

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO E COTIDIANO NAS HISTÓRIAS DE
AMOR EM PIRACICABA NO INÍCIO DA PRIMEIRA
REPÚBLICA**

ALLINE CRISTINA BASSO

PIRACICABA

2013

EDUCAÇÃO E COTIDIANO NAS HISTÓRIAS DE AMOR EM PIRACICABA NO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

ALLINE CRISTINA BASSO

Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação sob orientação do Prof. Dr. Cesar Romero A. Vieira.

PIRACICABA

2013

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP

Bibliotecária: Carolina Segatto Vianna CRB-8/7617

Basso, Aline Cristina

B322e Educação e cotidiano nas histórias de amor em Piracicaba no início da Primeira República / Aline Cristina Basso. – 2013.

162 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Romero A. Vieira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Educação, 2013.

1. Educação - História. 2. Histórias de amor – Piracicaba (SP). I. Vieira, Cesar Romero A. II. Título.

CDU – 37(81)(091)

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cesar Romero A. Vieira
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Prof Dr. José Claudinei Lombardi
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Rodrigo Batagello
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Prof. Dr. José Maria de Paiva (suplente)
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Agradecimentos:

Primeiramente preciso agradecer ao professor Elias Boaventura (in memoriam) por tudo o que significou em relação a este trabalho e para minha vida acadêmica. Bom professor, que com suas aulas preparadíssimas me encantou mais ainda com o período republicano. Orientador (e “desorientador”) marcante, sempre pronto para leitura atenciosa de meus textos. Seus muitos comentários que ajudaram a manter o fôlego mesmo após seu falecimento em janeiro de 2012. Seus conselhos foram extremamente valiosos a este trabalho, desde a afirmação da importância do tema que estava disposta a estudar. Conselhos de um professor já muito experiente que muito bem recebeu a proposta do meu trabalho. E dentre tantos conselhos, muitos ultrapassaram o plano acadêmico, são conselhos que levo com muito carinho para minha vida pessoal e profissional, muito feliz pela experiência de ter tido a oportunidade de ser aluna e orientanda deste querido professor. “Que Deus o guarde e não te dê juízo”.

Agradeço imensamente à professora Rosa Gitana Krob Meneguetthi, coordenadora do CEPEME com quem trabalhei por dois anos e amiga, pelos conselhos, incentivos nos momentos difíceis, e várias leituras feitas a meus textos. E por sempre estar disposta a me ajudar com tantas conversas.

Agradeço ao professor filósofo Edivaldo José Bortoleto, pela amizade, pelos incentivos, desde quando este trabalho era apenas um projeto.

Foi muito importante ter conhecido o professor José Maria Paiva. Agradeço muito a este professor querido, pelas aulas que tive o privilégio de assistir, pelo estágio docência que pude desempenhar sob sua orientação, pelas conversas, pelos cafés da tarde, e-mails, telefonemas... E suas várias leituras feitas a meus textos, inclusive os que compõem esta dissertação, e por ter aceitado ser suplente (muito ativo e presente) na banca de qualificação e defesa de meu trabalho. Obrigada professor, por ter sido presença muito marcante em minha experiência de Mestrado!

Muito obrigada também devo dizer ao professor José Claudinei Lombardi (Zezo), que me aceitou como ouvinte em sua disciplina, no PPGE da UNICAMP, durante o primeiro semestre de 2012, possibilitando-me participar de aulas tão estimulantes. Obrigada por aceitar fazer parte da banca deste trabalho, pela leitura atenta, e por todo o carinho!

Agradeço ao professor Rodrigo Batagello, para mim até então famoso por ter sido professor marcante de filosofia de meus amigos na cidade de Rio Claro, pelos

muitos questionamentos feitos ao trabalho durante o Simpósio de Dissertações e Teses e pela leitura da dissertação como membro da banca.

E a meus amigos e colegas do Programa. Deixando um muito obrigada especial a Karine Maria Heidmmen, pela amizade verdadeira, pelas ajudas de todos os tipos (não só as de formatação de texto), pelo carinho sincero que ofertou, pela sua honestidade, franqueza e alegria! Obrigada a Soraia Vieira e Flávia Zanini amigas de conversas significativas!

Agradeço ao professor André Luiz Paulilo, por suas aulas extremamente inspiradoras. Pelas novas leituras que me possibilitou, novas reflexões e a todos os colegas, alunos da UNICAMP que dividiram algumas das suas reflexões comigo nas aulas do professor André Luiz e do prof Zezo, com um carinho especial a Marcos Rocha, Christine Muller e Kathlyn F. de Souza e muitos outros colegas.

Meus sinceros agradecimentos a UNIMEP, por mais uma vez ter me possibilitado uma conquista tão importante e por todas as coisas boas que ela me trouxe. Ao CNPq por ter financiado grande parte desta pesquisa, possibilitando-me muitas experiências profícuas.

Agradecendo também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UNIMEP, destacando a profa. Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha e o prof. Cesar Romero Amaral Vieira (orientador após o falecimento do prof. Elias Boaventura).

Agradeço com muito carinho à professora Lucília Salomão, minha primeira professora de História, que já no Ensino Fundamental entre as salas e mangueiras do Colégio Instituto Baronesa de Rezende me encantou com o conhecimento histórico.

Agradeço a meus professores de graduação que se fazem muitos presentes em meus trabalhos. Lembrando com carinho dos professores Raimundo Donato, Uassyr de Siqueira (orientador de monografia) e Luiz Francisco Albuquerque de Miranda, das professoras Joseli Mendonça, Virginia Camellotti e Valéria Esteves Lima.

Agradeço as poucas, mas significativas, conversas que tive com a professora Karla Bessa (UNICAMP) sobre a possibilidade de continuar trabalhando com Processos de Defloramento, o que foi fundamental para a existência do projeto desta dissertação. Bem como ao professor Carlos Martins (UFGS), pelas ajudas e opiniões dadas ao meu trabalho tanto no encontro no Congresso Internacional de História em Maringá, quanto por e-mails.

Agradeço a amiga Fernanda Raserá Adorno, pelo carinho, amizade, opiniões, e pela ajuda dada à pesquisa com a documentação judicial de Piracicaba desde meu primeiro contato com os documentos em 2009 até a finalização deste trabalho. Agradeço ao Espaço Memória (CCMW) pela guarda e pela disponibilização dos documentos, lembrando com carinho dos estagiários que por lá passaram nos fazendo pensar com quantas mãos se faz um trabalho: Fernanda Raserá Adorno, Fellipe Furlan Chuahy, João Paulo, Amanda Tamborin, Leniara Santos, André Medolago, e a atual funcionária, e minha colega, Vivian Monteiro.

Ao CEPEME pela disponibilidade aos documentos e pelas inquietações de meu trabalho por lá, entre as janelas do Colégio Piracicabano e as janelas para a rua Boa Morte, muitas me levaram a esta pesquisa.

Agradeço com carinho à minha família.

E com muitos beijos a Luccas Escher Guarasemini, o mocinho da minha história, pela paciência, leituras, auxílios técnicos e emocionais. Por me encorajar, e por, sem dúvida, continuar tornando todo o percurso muito mais significativo.

Espero contar com vocês, novamente, também em próximas aventuras. Muito obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio
do Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Resumo:

Durante as décadas de 1890 a 1910, na cidade de Piracicaba, muitas histórias de amor foram parar nos Processos-Crime de Defloração. Estes Processos, testemunhos de uma época, são fontes ricas onde é notório o papel de personagens informais. Na leitura dos documentos percebemos que, em certa medida, estes Processos são meios de divulgação de condutas cotidianas. Esta pesquisa é uma tentativa de perceber como o cotidiano se articula com o processo educativo, entendido para além da escola. Os aspectos educativos do cotidiano encontrados nos documentos são percebidos no convívio no espaço público da cidade, nos papéis que caberiam as pessoas desempenhar, bem como por meio da instrumentalidade da oralidade, leitura e escrita que se fazem presentes nos documentos-fonte. A educação é vista como um processo permanente de construção e compreensão da realidade e como um espaço para transmissão da cultura, o que abre possibilidades para que o presente trabalho investigue as moralidades existentes na constituição dos autos dos Processos e nas suas relações com o processo educativo entendido para fora da escola, e desempenhado, muitas vezes à contra mão, pelos diversos agentes sociais. O trabalho pretende relacionar tanto um modo de fazer história que se realiza em muitos planos no cotidiano dos protagonistas, quanto busca pela historicidade do processo educativo, o que se faz além da escola.

Palavras-chave: História da Educação. Cotidiano. Processo-crime. Relação de gênero. Formação.

Abstract:

During decades from 1890 to 1910, in Piracicaba city, many histories of love were stopping in criminal processes of defloration. These processes, witness of an age, are rich sources where is seemed the informals personages function. By reading documents we realize that, in such measure, these processes are methods of divulgation of daily conducts. This research is an attempt to realize how the "day by day" articulates with the educative process, understood beyond of school. The daily educatives aspects found in documents are noticed in living togheter in a public space of the city, in the roles that everyone should play, as well as by instrumentality of orality, readind and writing that make themselves presents in the source documents. The education is seemed like a permanent process of building and understanding of reality and as a space for transmitting the culture, that opens possibilities to that the present study investigates the existents moralities in the proceedings' autos constitution and in their relashionship with the educative process as it is knowed outside of school, and played, so many times in the wrong hand , by many socials agents. The study intends to relate as the way to do history that performs in many daily plans of the protagonists, as the search for historicity of the educative process, that is done beyond of school.

Keywords: History of education. Day by day. Crime process. Relation of genre. Formation.

Sumário:

Introdução: Vida e Pesquisa em forma de Apresentação.....	9
1. Lendo Processos	16
2. O amor nos porões dos arquivos.....	37
3. Educação <i>do</i> e <i>no</i> Espaço Urbano	55
4. Mulheres (Re) Educadas, ou a Mãe Educadora	81
5. Bilhetes de amor e cultura letrada fora da escola	104
Considerações:	120
Anexos:	126
Fontes Utilizadas	151
Referências bibliográficas:	153

Índice de imagens:

IMAGEM 1.....	135
IMAGEM 2.....	135
IMAGEM 3.....	136
IMAGEM 4.....	136
IMAGEM 5.....	137
IMAGEM 6.....	137
IMAGEM 7.....	138
IMAGEM 8.....	138
IMAGEM 9.....	139
IMAGEM 10.....	140
IMAGEM 11.....	141
IMAGEM 12.....	142
IMAGEM 13.....	143
IMAGEM 14.....	144
IMAGEM 15.....	145
IMAGEM 16.....	146
IMAGEM 17.....	147
IMAGEM 18.....	148
IMAGEM 19.....	149

Índice de tabelas:

TABELA 1: QUADRO DE PROCESSOS CATALOGADOS COMO DEFLORAMENTO NO ACERVO DO JUDICIÁRIO NA CIDADE DE PIRACICABA/ CCMW (ANO A ANO) DE 1853 A 1946... 129

TABELA 2: CRIMES REGISTRADOS CONFORME ACERVO DO JUDICIÁRIO NA CIDADE DE PIRACICABA/ CCMW NOS ANOS DE 1888, 1898 E 1908..... 131

TABELA 3: PROCESSOS ENVOLVENDO CASAMENTOS DURANTE O PERÍODO DE 1888 A 1930 133

TABELA 4: DOCUMENTOS ENVOLVENDO DIVORCIO DURANTE O PERÍODO DE 1888 A 1909 134

**"Somos a memória que temos e a
responsabilidade que assumimos. Sem
memória não existimos, sem responsabilidade
talvez não mereçamos existir."**

José Saramago

Discurso feito em 1998, para a entrega do Prêmio Nobel de Literatura.

Introdução: Vida e Pesquisa em forma de Apresentação.

É possível ser um bom professor sem ter qualquer conhecimento da história da educação, do mesmo modo que um cidadão leal pode não conhecer a história do seu país. Este pode ser um especialista político, mas não será um estadista. Aquele pode ser um professor, mas não será um educador¹.

Durante os anos de Ensino Fundamental as aulas de História me indicavam a possibilidade de fugir das estruturas conhecidas, de experimentá-las em sua relatividade e de como, enquanto ser finito seria muito difícil entendê-las sem o papel da História. As aulas acabavam se tornando refúgios das minhas próprias limitações, um gosto pessoal, e estudar história para determinada prova, ou com o limitado objetivo de cumprir as exigências escolares, nunca foi o real motivo que me levava a enfrentar o desafio.

Quando o Ensino Médio chegou, e com ele toda a preocupação em descobrir a vocação profissional, não foi difícil decidir “o que queria ser”. Logo que terminei o terceiro ano, prestei vestibular para História e meses após, estava matriculada no curso de Graduação em História na Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP. O percurso dos anos que se seguiram foi bastante proveitoso gerando algumas experiências que aqui valem ressaltar.

No segundo ano da graduação, me inscrevi para participar da seleção de alunos estagiários, junto ao prof. Luis Francisco de Albuquerque Miranda (Chico), no Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP). Durante o ano letivo tive a oportunidade de desenvolver atividades no Instituto com um grupo de mais três alunos de outros semestres. As atividades desenvolvidas estiveram em torno de conservação e organização do acervo, atendimento ao público, e auxílio em pesquisas, tanto as do Instituto quanto as de pesquisadores.

Já no segundo semestre de 2008, também por seleção do prof. Chico, tive novas experiências, como participante do Programa Bolsa-Atividade da UNIMEP, em que desempenhei atividades no NEPEP (Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação Popular) e, por mais tempo, no CEPEME (Centro de Estudos e Pesquisa sobre

¹ KIEHLE, D.L. apud In: CAMBI, Franco. História da Pedagogia. Tradução de Álvaro Lorencini – São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 12.

Metodismo e Educação), ambos da UNIMEP.

No ano de 2009, desenvolvi a pesquisa para o trabalho monográfico, visando conhecer assuntos ainda não trabalhados ao longo da graduação. Assim, fui me dedicar aos Processos-crime de Defloração da cidade de Piracicaba no período entre o final do século XIX e XX, buscando entender o que de fato esses processos diziam sobre ações cotidianas dos protagonistas. Acabei me deparando, para minha surpresa, dessa forma, não mais com um único assunto mas com vários, na medida em que histórias, comportando várias versões, iam sendo tecidas ao longo da leitura dos processos. Neste sentido, ao me aproximar das fontes emergiam uma história que se realizava em muitas dimensões: a história das mulheres, a história das relações de gênero, assim como a história do cotidiano, a história da família, a história dos ideais republicanos, do público, do privado...

O fato de já ter tido contato com outros documentos, inclusive da época, e a proximidade de acesso ao arquivo judiciário da cidade, que desde novembro de 2001 está sob guarda do CCMW (Centro Cultural Martha Watts), alocado no mesmo prédio do CEPEME, facilitaram meu interesse e o contato com as fontes. Pouco a pouco procurava superar as grandes dificuldades de leitura que se apresentavam, mas que, para meus estudos aparecia como excelente forma de inovação. A partir deste momento, mantive-me vinculada ao CEPEME na condição de estagiária do CIEE até a conclusão do curso de graduação em História. Em junho do mesmo ano comecei a atuar como professora de História no Governo do Estado de São Paulo.

Vale destacar que, felizmente, os três acervos-fonte correspondentes ao tema de meu projeto – o arquivo do fórum bem como o arquivo do Colégio Piracicabano no CCMW, e o acervo sobre educação do CEPEME – estiveram próximos ao meu espaço de trabalho, facilitando assim o exercício da pesquisa. Destaco que grande parte do meu interesse pelo projeto surgiu a partir do contato com as fontes. O arquivo do Fórum, por exemplo, é composto de mais de 13.000 processos dentre os quais usei alguns como fonte.

Para mim, que trabalho com História, parece-me muito verdadeira a ideia de que me dedicar à História da Educação é a melhor maneira de realmente me deparar com este objeto e me preparar para o exercício docente. Refletir sobre a historicidade do processo educativo me daria abertura para refletir e buscar resolver dificuldades teóricas e práticas com que poderia me deparar no campo da educação formal, considerando que

a docência esta em minha perspectiva profissional.

O tema sobre o qual este trabalho se debruça refere-se às formas de transmissão de saberes e modos de conduta entre populares em Piracicaba na Primeira República. Fazendo-nos pensar sobre quais foram os lugares das ações educativas na Primeira República e como se apresentaram no cotidiano popular em Piracicaba.

Por conta do conhecido cenário federalista do período, bem como pela preocupação com os aspectos do cotidiano do período estudado, o trabalho parte de uma pesquisa em escala reduzida que, pela proximidade com os acervos, elege como palco o cenário piracicabano privilegiando os anos entre 1890 a 1910.

De fato, durante o início do século XX histórias de amor estão presentes nos Processos-crime de Defloração e podem emergir, enquanto fontes, para uma pesquisa histórica, pois são, sobretudo, testemunhos de uma época, trazendo a público um tema entendido como privado. As histórias de amor que encontramos nos processos são fontes riquíssimas para um estudo no qual os populares e as personagens femininos, pouco percebidos em outras fontes, exercem um papel notório. Neste trabalho estas são as fontes principais de pesquisa mas que pretendem estar em diálogo com os Relatórios da Câmara e os Jornais da cidade no período.

Busca-se no primeiro capítulo da pesquisa, denominada de *Lendo Processos* apresentar algumas histórias encontradas nos Seis Processos-Crime² que foram utilizados na pesquisa, como procurei lê-los e o que foi priorizado como recorte, e o diálogo com os autores que defendem a utilização de fontes criminais em trabalhos historiográficos. Neste sentido Silvia Humond Lara e Joseli Mendonça chamam a atenção para a valorização das fontes judiciais como “via de acesso ao cotidiano e ao universo de homens e mulheres cujas vozes não haviam sido registradas nos chamados ‘documentos oficiais’” (2006, p.10) e partindo desta premissa que procuro justificar a escolha da fonte em meu trabalho.

No capítulo *O Amor nos porões dos arquivos*, a intenção foi mostrar as especificidades do crime de Defloração que envolve também elementos subjetivos articulados no próprio Código Penal de 1890 que por tratar-se de um acordo entre namorados, ou melhor, noivos (já que não pressupõe violência) leva o leitor a conhecer muitas características do cotidiano dos envolvidos, tem como evidência a própria

² Os Processos pertencem ao Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

aplicabilidade da lei, que entre os crimes mais populares no Brasil, tendia muito mais a reenquadrar as pessoas envolvidas – entende-se forçando casamentos - do que de fato a agir punitivamente. A função do Processo-Crime de Defloramento era reparadora.

A educação vista como um processo permanente de construção e compreensão da realidade e como um espaço de transmissão da cultura através dos séculos, abre possibilidade para que o presente trabalho investigue, por meio da análise de Processos-Crime de Defloramento, constantes do Arquivo do Tribunal Judiciário da cidade de Piracicaba, a historicidade do processo educativo desenvolvido por meio do discurso e empenho legislativo, executivo e judiciário que ultrapassam as paredes das escolas.

Assumindo a impossibilidade do discurso neutro, e considerando a especificidade das fontes, não é válido utilizar os processos criminais como fontes para descobrir o que realmente se passou, considerando-se que, enquanto discurso construído, os processos estão repletos de incoerências, contradições, ou ficções. Vale lembrar que quando os atos são transformados em autos, torna-se, o fato, carregado de significações que muitas vezes se contradizem, tendo em vista a variedade dos agentes sociais envolvidos. Sendo assim, o fundamental neste tipo de análise é tentar compreender como se produzem e se explicam estas versões, em que concepção de sociedade se alicerçam, para além de tentar enxergá-las como fato, puro e simples.

De fato, ao ser julgado um crime de defloramento, crime que quebrava uma norma jurídica sexual, emergiam valores sociais mais amplos. “Ou seja, a conduta total do indivíduo é que iria, ou não, redimi-lo de um crime; não estava em pauta apenas o que havia sido feito, mas aquilo que o acusado e a ofendida eram, poderiam ser, ou seriam” (ESTEVEZ, 1989, p. 41). Pois, na verdade, o que se julgava em tais crimes eram os comportamentos, sobretudo das jovens ofendidas. Na prática, embora o acusado fosse o rapaz, o que se julgava, efetivamente, nos tribunais, era a honra da ofendida, permitindo perceber o tipo de comportamento julgado como adequado. Caberia à jovem ofendida provar ser honrada e, dessa forma, merecer justiça, por meio de sua conduta cotidiana. O que pode nos levar a concluir que o cotidiano da ofendida e suas condutas seriam o determinante.

Podemos perceber que os Processos-crime de Defloramento, na prática, tendiam a divulgar formas cotidianas de existência e civilidade as quais toda a população deveria seguir, muito embora estivesse projetando um cotidiano burguês inaplicável nos meios

populares e em seus dramas vividos. Em diversas pesquisas realizadas³ é possível perceber nos Processos-Crime que estas normas não eram simplesmente absorvidas pelos populares, sendo, portanto necessário um olhar mais atento para suas formas de apropriação. Nos três últimos capítulos a pesquisa propõe abordar as experiências vivenciadas, ou melhor, como estes aspectos educativos encontrados nos capítulos anteriores estão ou não interferindo no cotidiano dos cidadãos. A possibilidade de utilização de Processos-Crime, sobretudo no que tange aos crimes de defloramento, são também como portas para auxiliar na interpretação da experiência temporal vivida por estes protagonistas.

Empenhos legislativos, executivos e judiciários foram investidos na reeducação dos hábitos populares, e visavam remodelar até os âmbitos mais privados da moral popular. Torna-se evidente o esforço do poder público em buscar apagar, através do código de posturas que se construía, o contraste gerado pelo apogeu da *Belle Époque*⁴ e da burguesia urbanizada advinda do café, e a presença desagradável de certos elementos, tais como vendedores ambulantes, vagabundos, mendigos, e moças perdidas.

Pretende-se analisar a partir da pesquisa quais os processos educativos que cercavam as personagens envolvidas nos Processos-crime. Para tanto se optou em trabalhar com um número reduzido de documentos, e após várias leituras feitas a sequencia de Processos no período recortado (a sequencia pode ser vista na tabela 1) excluiu-se da análise aqueles cujo enredo, encontrados nos vários textos que compõem os documentos, o desqualificava como defloramento. Como veremos nos próximos capítulos o crime previa certa caracterização, e em muitos casos os processos são abertos como defloramento, mas os indícios apontam outra direção e o crime é estabelecido em outra definição.

Isso ocorre principalmente quando há evidencias de violência, proximidade parental com o ofensor ou a não virgindade imediatamente anterior à relação. Há ainda um caso específico em que a relação fica estabelecida como tentativa e a virgindade comprovada no exame médico torna o Processo encerrado. Assim, a primeira escolha

³ Aqui é feita uma aproximação com as discussões de Boris Fausto (1984) e Sidney Chalhoub (1986). Procurarei me direcionar conforme os trabalhos de Marta de Abreu Esteves (1989), que muito bem percebeu as possibilidades de evidenciar o cotidiano popular por meio dos Processos. Dentro da historiografia Michelle Perrot, Mary Del Priore, Claudia Fonseca, Margareth Rago, Raquel Soihet e Louise Tilly discutem a dificuldade em se perceber, com fontes e leituras tradicionais, as mulheres ao longo da história.

⁴ Período de encantos da classe alta e média de propagação de modelos burgueses precedente a 1914. Ver Hobsbawm, 2011.

dos documentos se fez entre aqueles que, durante o período recortado, mantém as características prescritas no Código Penal de 1890 (vigente durante o período de estudo) e são, dessa forma, continuados.

Após a primeira seleção, buscou-se por documentos cujas histórias envolviam enredos próximos ao conjunto da sequência. Após a escolha dos seis processos-fonte foram feitas várias leituras ao conjunto dos textos que compõe cada documento e buscou-se neles os indícios de suas provas de boas condutas nas falas das ofendidas e ofensores e de também testemunhas e mesmo nos próprios enunciados jurídicos.

Procurando manter a fragmentalidade presente na construção dos documentos, como veremos a seu tempo, a intenção deste trabalho não é fazer com que o leitor conheça a integralidade das narrativas presentes nas fontes. Tendo em vista os propósitos de um trabalho de dissertação, bem como a preocupação com a historicidade do processo educativo em sua dimensão na vivência social, o que se tomou como objeto foram fragmentos dos textos comportados nos Processos analisados, em que aparece a descrição das maneiras de mostrar bons modos. O critério de escolha se baseou em trechos dos documentos em que havia a intenção de provar como a pessoa envolvida sabia se comportar bem. Dessa forma emergem-se trechos em que a prova de bons modos se referem a boa conduta no espaço urbano, boa vivência com a vizinhança, boa educação familiar, a intenção de se casar, maneiras de bem falar, familiaridade com a construção de textos e conhecimento da norma escrita.

Nesse sentido passou-se a refletir sobre a possibilidade de se trabalhar com uma educação possível na vivência da cidade. A cidade se reorganiza e se reforma, divulgando também normas e padrões de conduta que propagam uma reeducação de posturas nos espaços urbanos. A pesquisa possibilita esboçar quais seriam as características da educação familiar que, por meio de vários exemplos de conduta, deveriam aproximar os homens e mulheres no estereótipo desejado pelos discursos jurídicos presentes nos Processos.

Este trabalho busca responder às questões sociais, sobretudo no que toca às relações de gênero e papéis femininos no período de transição do Brasil Império para o Brasil Republicano. A pesquisa propõe-se a ultrapassar a barreira dos âmbitos judiciário e educativo, preocupando-se com as formas como as figuras sociais da época estabeleciam suas relações de amor, se deparando com os cenários educativos fora da escola.

É objetivo do trabalho propor uma abordagem de uma educação fora do ambiente escolar, indagando sobre quais seriam os lugares privilegiados de transmissão de saberes na Primeira República. Preocupando-se com as concepções de mundo e de vida que se convertem em conduta e hábito busca-se também dialogar com as fontes e temas do campo da História e as da História da Educação, favorecer o debate sobre a importância da utilização de fontes não usuais no campo da História da Educação. E objetivando dar destaque a personagens informais, como os populares no período em destaque, além de contribuir com os estudos sobre a História e História da Educação da cidade de Piracicaba.

Educação aqui aparece como um conceito amplo, não exclusivo do espaço escolar, mas, ao contrário, resultado do diálogo entre saber escolar e o cotidiano, sinalizando quem frequentava e quem não frequentava a escola. Entendida como saberes, indicações de posturas que se convertem em conduta e hábito. Partindo de uma investigação sobre as propostas de formação de famílias nas histórias de defloração é possível perceber que o cotidiano popular estava rodeado de processos de transmissão de saberes. Investigando a transmissão de saberes devemos neste cenário trazer discussões acerca de: relações educativas (estabelecidas) *no* e *do* espaço urbano piracicabano entre o final do século XIX e início do XX, educação no meio familiar e a imagem educadora da mulher neste contexto, e cultura letrada e oralidade fora da escola.

1. Lendo Processos

Se você sabe que ela já sabe que a Amélia sabe que o velho sabia
Fique sabendo que o velho sabendo vai querer que casa, ai Virgem Maria!
Se você sabe que ela já sabe que a Amélia sabe que o velho sabia
Fique sabendo que o velho sabendo vai querer que casa, ai Virgem Maria!
Eu não sabia que ela sabia que o velho sabia que nos se via
E eu sabendo que ela sabendo que o velho sabendo faz estripulia
Puxo a anca da minha potranca que ganhei em Franca do seu Malaquias.
Eu não sou bobo, largue a mão de choro
Eu gosto de namoro e não de pretoria.
Se você sabe que ela já sabe que a Amélia sabe que o velho sabia
Fique sabendo que o velho sabendo vai querer que casa, ai Virgem Maria!
Se você sabe que ela já sabe que a Amélia sabe que o velho sabia
Fique sabendo que o velho sabendo vai querer que casa, ai Virgem Maria!
Se você soube que sua mãe soube que o velho soube do nosso namoro
Se eu soubesse que você soubesse que o velho sabendo ele dava estouro
Puxo a anca da minha potranca que ganhei em Franca do seu Malaquias.
Eu não sou bobo, largue a mão de choro
Eu gosto de namoro e não de pretoria.
Se você sabe que ela já sabe que a Amélia sabe que o velho sabia
Fique sabendo que o velho sabendo vai querer que casa, ai Virgem Maria!
Se você soube que sua mãe soube que o velho soube do nosso namoro
Se eu soubesse que você soubesse que o velho sabendo ele dava estouro
Puxo a anca da minha potranca que ganhei em Franca do seu Malaquias.
Eu não sou bobo, largue a mão de choro
Eu gosto de namoro e não de pretoria.

(Se Você Sabe – Craveiro e Cravinho)

Em 1904, o trato de casamento entre Benedicta e Camillo⁵ era conhecido até mesmo pela vizinhança. Ainda mais quando, por vezes, viam Camillo visitando Benedicta em sua casa. Estas visitas se tornavam cada vez mais frequentes, fazendo com que se acreditasse, cada vez mais, na promessa de casamento feita por Camillo. Passados três meses, o trato de casamento se mostrava *firmado*⁶. Confiando em Camillo a mãe de Benedicta passou a permitir que passeassem a sós pelas ruas da cidade.

Em um desses dias de passeio, Camillo teria *abusado do trato* e convidado Benedicta para ir a sua casa. Ameaçando romper o trato, Camillo *forçou* Benedicta a ter

⁵Processo-crime de Defloramento. Réu: Camillo André Silva. Requerente: a justiça. Sobre a honra de Benedicta Pereira da Silva. Ano de 1905, pertence ao 2º Ofício, caixa n. 55/C. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

⁶ Cabe o aviso ao leitor que expressões singulares e exploradas nos textos dos documentos foram incorporadas ao texto estando em itálico.

com ele *relações ilícitas*, mantidas até quando Benedicta, enfim, percebe que estava sendo enganada e resolve dar queixa contra sua *desonra*.

Acreditando na culpabilidade do réu, o *doutor juiz de direito* encarregado, manda que *qualquer oficial* se dirigisse a qualquer *parte desta comarca onde se pudesse encontrar o réu* e que o recolhesse à cadeia pública da cidade de Piracicaba, interior do Estado de São Paulo.

Na Fazenda Santa Rosa, em março do mesmo ano, Gertrudes Ferreira⁷ foi a um tanque (distante uns dois quarteirões de sua casa) buscar água com um pote na cabeça. Encontrou pelo caminho Lucio Medeiros, (moço de 20 anos, viúvo, empreiteiro da fazenda que trabalhava por ali) que a deflorou por meio de *sedução*. Lúcio a teria pedido em casamento. Na delegacia de Piracicaba quando da abertura do processo disse, a ofendida que nem ela, nem os pais queriam tal casamento. Defendendo-se das acusações Lucio diz que, se ela não quer mais se casar com ele, deve ser culpa das instruções de sua irmã Maria. E que além do mais, Gertrudes tinha dado motivo para o defloramento, pois não era a primeira vez que ela ia lá, provocando-o. A prisão preventiva de Lucio, assim como a de Camillo também ocorre. Lucio ainda insiste em provar sua inocência e assim tenta elaborar um discurso convincente a fim de que se invertesse sua culpabilidade. Logo a primeira testemunha chamada para dar procedimento ao processo diz não acreditar nisso, já que Gertrudes sempre teve se portado corretamente.

Anos antes, o pai de Geraldina da Conceição⁸ desconfia de seu desaparecimento da casa onde moravam no bairro Serranegra. Ao descobrir que a filha estava grávida, o pai João José de Oliveira Bello acusa Candido Pedro de tê-la deflorado e abre uma ação policial.

Na mesma cidade, pouco tempo depois, Claremundo Martins⁹, praça de 21 anos do 2º batalhão da 4ª Companhia, diz em seu depoimento que estava vindo do Bairro Alto em direção ao Quartel, localizado na Rua da Glória, nas proximidades da linha

⁷ Processo-crime de Defloramento. Réu: Lucio Medeiros. Requerente: a justiça. Sobre a honra de Gertrudes Ferreira. Ano de 1905, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 41/C. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural

⁸ Processo-crime de Defloramento. Sobre a honra de Geraldina da Conceição. Ano de 1897, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 1/E. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

⁹ Processo-crime de Defloramento. Réu: Claremundo Martins. Requerente: a justiça. Sobre a honra de Maria Angelina Alves da Silveira. Ano de 1906, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 52/D. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

férrea da cidade. Era uma noite muito escura e por volta de umas 7h30 ou 8 horas da noite ouviu chamarem seu nome. Respondendo ao chamado, percebeu que era Maria Angelina Alves da Silva. Embora explique que não se conheciam, tiveram *relações ilícitas* no campo de futebol próximo ao local onde passavam. Depois ele se dirigiu ao Quartel e a moça à Rua Moraes Barros. Disse que não a conhecia, mas como aceitou o seu convite estava convencido de que era *mulher da vida*.

Anos depois, Amélia de Lima¹⁰ moradora da fazenda Santo Antonio (cujo proprietário era D. Paulo de Moraes) diz que há cerca de um mês fora deflorada pelo administrador da fazenda. Foi *perseguida* por ele muitas vezes, tendo ele por fim escrito uma carta declarando seu amor. Além da promessa de casamento ele lhe prometeu dois contos de réis. Disse a ofendida que por ocasião da festa de Santo Antônio, sabendo que ela esteve no baile ele lhe entregou um bilhete censurando-a por ter ido a tal festa. Quando o bilhete é descoberto pela família, Amélia tenta fugir, com medo dos pais, para uma fazenda vizinha. Sem conseguir se afastar dos pais, eles a levam para abrir um processo de Defloramento com a intenção de que o administrador reparasse a ofensa.

Outros anos se passaram até que o soldado do destacamento local Luiz Augusto da Silva¹¹ fosse acusado de ter deflorado uma moça italiana de 18 anos de idade, Maria Antonia Sapriani. Namoraram por mais de 6 meses e ele frequentava a casa da moça na presença de seus pais sempre na qualidade de noivo. Mas, não tendo cumprido o trato de casamento, deserta do destacamento e foge para Limeira onde é preso trazido à cadeia desta cidade, e é preso preventivamente. Ofendida, Maria Antonia diz que o ofensor sabia que deveria *reparar a ofensa*.

Histórias como estas aqui descritas se tornam referências fáceis, recorrentes no imaginário popular, sobretudo dos mais antigos. Não é difícil lembrar-se das canções populares de tempos atrás, dos livros, de romance que nossos avôs liam, das músicas caipiras, das histórias contadas por ouvirem dizer dos mais vividos, constituindo um imaginário profícuo sobre as relações de amor de populares, por vezes bem humorada, como a música em epígrafe.

¹⁰ Processo-crime de Defloramento. Réu: José Pacheco (Pedro). Requerente: a justiça. Sobre a honra de Amélia de Lima. Ano de 1908, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 8/A. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

¹¹ Processo-crime de Defloramento. Réu: Luiz Augusto da Silva. Requerente: a justiça. Ano de 1909, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 18/D. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

Entretanto, as histórias de amor contadas acima, não são fictícias, foram reconstruídas a partir de Processos-Crime de Defloração do Arquivo do Tribunal Judiciário da Comarca de Piracicaba. E a partir de muito esforço durante o processo de pesquisa tornam-se documentos de pesquisa, cujos relatos trazem as histórias de vida, testemunho de uma época.

Neste sentido, trazem ao presente, como num fragmento despercebido, indícios de experiências, de existências, de práticas amorosas, de transmissão de conhecimentos e comportamentos entre populares, que auxiliam na compreensão sobre o passado (GINZBURG, 2006).

Para este trabalho, entende-se o Direito, conforme apontam Lara e Mendonça (2006), como produto social, de forma que suas produções (sejam textos, normas, ou processos) estão diretamente relacionados com os ritmos do processo social. Neste sentido, o Direito pode ser entendido como campo simbólico, como práticas discursivas ou como mecanismos de poder. A lei e a justiça deixam de ser “vistas como simples instrumentos de dominação de classe, para se configurarem como recursos que poderiam ser apropriados por diferentes sujeitos históricos que lhes atribuíam significados sociais distintos” (p. 11/12). Segundo as autoras, a partir dos anos 1980 os Processos-crime tornam-se fontes importantes ao “permitir o acesso ao interior das fazendas e ao cotidiano das relações entre senhores e escravos” (...) utilizando “os processos de modo muito diverso do que tinha dado origem àquelas fontes” (LARA e MENDONÇA, 2006, p.10).

Por sua vez, as relações de amor, são práticas culturais, de forma que suas representações mudam de uma sociedade para a outra e em função das transformações, sobretudo, as ocorridas no campo dos costumes e da vida privada. Como argumenta Priore (2006), o amor age singularizando o ser amado e para isso pretende se impor aos costumes e às leis sociais rotineiras e, dessa forma, há pelo menos quinze anos historiadores fizeram da *sexualidade* um objeto da História, aproximando-a, graças aos arquivos judiciais, à literatura, à correspondência e aos documentos de toda a sorte.

Em um belíssimo trabalho, já bastante conhecido, Esteves (2005) diz que não devemos perder as esperanças, uma vez que a historiografia anda resgatando muitos outros “perdidos” da história, relacionando sua observação ao fato de que as mulheres estavam, por muito tempo, invisíveis para a história.

Sobre essa invisibilidade alguns pontos merecem destaque, conforme indica

Perrot (2007). Em primeiro lugar, suas fontes são silenciosas, já que pouco se manteve sobre suas produções. É comum conservar apenas os papéis dos maridos. As mulheres, além de começarem a escrever tardiamente, tiveram suas produções consumidas e dispersas com mais facilidade, uma vez que sua escrita costuma ser de domínio privado. Um segundo ponto é que a própria linhagem feminina é difícil (em muitos casos impossível) de ser reconstruída e, o uso do sobrenome masculino é o principal motivo. O terceiro ponto é que suas representações, como as presentes na literatura e na pintura, são por vezes retratos masculinos de sua condição. Saber como elas mesmas se enxergavam é difícil, já que as imagens produzidas dizem pouco sobre as mulheres reais. E como quarto ponto, como eram pouco vistas no espaço público, que por muito tempo era para a História o único que merecia interesse e relato, as mulheres foram silenciadas. Esta situação que muda, tendo em vista a emergência do privado e do cotidiano, em que a presença de segmentos subalternos, e das mulheres, emerge, com força absoluta principalmente quando a intenção é destacar papéis informais.

Dessa forma, na difícil tarefa de dar vozes às mulheres, não raro historiadores elegeram os arquivos policiais e judiciais como fontes principais de sua pesquisa, uma vez que apesar de tantos silêncios, a perturbação da ordem pública nota-se como uma constante na história das mulheres. Conforme sugere Perrot (2007) pode-se, inclusive, supor que as mulheres perturbem a ordem com mais frequência. E neste momento, como sinaliza Farge, por meio de “um incidente de rua, o roubo de uma banca, uma carroça virada ou uma mordida de cachorro” já basta para “colocá-la em cena nos autos e nos depoimentos; assim, ela pode ser vista em ação no interior de uma sociabilidade feita tanto de promiscuidades difíceis quanto de solidariedades eficazes” (2009, p. 38).

De fato, os arquivos foram de indubitável importância para o desenvolvimento da História das Mulheres, tanto no Brasil, como em escala mundial. Sua importância se destaca na tentativa de ultrapassar o silêncio até então presente. Como sabemos, o território do historiador manteve-se durante muito tempo exclusivamente de um só sexo, a ponto de na historiografia, constar que “a noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem” (PERROT 2007, p.13).

A utilização de Processos-crime nesta análise torna-se uma forma de transpor parte do silêncio, pois através do estudo das histórias de defloramento é possível percebê-las em sua relação entre os gêneros e outros segmentos sociais que teceram

cada parte dos processos. Afinal, estes Processos fazem uma ponte interessantíssima em que temas entendidos como privados são tratados como assuntos públicos emergindo assim histórias de mulheres e homens reais que partem de sua informalidade para o discurso público.

No entanto, o destaque dado à figura feminina, ou às mulheres, não deve ser visto como particularidade, mas como uma categoria ampla em que se podem tecer relações com outros personagens sociais. Esta maneira de pensar está próxima ao argumento de Duby (1991) que propõe uma história decididamente relacional que interroga toda a sociedade e que é, na mesma medida, história dos homens.

Quando proponho como objeto da pesquisa os aspectos educativos do cotidiano encontrados nos Processos-Crime de Defloramento estou, de fato, pensando em uma *educação* “constituída pelo encontro de diversas ciências e portanto como um saber interdisciplinar que entrelaçava a sua história com a de outros saberes”. Assim, faz-se necessário perceber que a educação também “se prestava a um papel cada vez mais central na vida social: formar o indivíduo socializado e operar essa formação através de múltiplas vias institucionais e múltiplas técnicas” (CAMBI, 1999 p. 23), disseminadas no corpo social.

Tratando de um período tão rico como a *Belle Époque* e acompanhando os argumentos de Hobsbawm (2011a) sobre o período, pode-se perceber que educação e cultura tornaram-se elementos de distinção social para designar ou restringir práticas de grupos ou indivíduos. Em suas palavras:

Estabelecer critérios identificáveis era, portanto urgente para os então membros, reais ou virtuais, da burguesia ou da classe média e particularmente para aqueles cujo dinheiro, por si só, não seria suficiente para a compra de um status seguro de respeito e privilégio para si e para sua descendência. Três modos de estabelecer esse pertencimento adquiriram grande importância no período – pelo menos em países em que já surgia alguma incerteza em relação a ‘quem era quem’. Todos exigiam que se preenchessem duas condições: deviam distinguir claramente os membros das classes médias das das classes operárias, dos camponeses e de outros ocupados em trabalhos manuais, e deviam apresentar uma hierarquia de exclusividade, sem afastar a possibilidade de o candidato galgar os degraus desses critérios; uma atividade ociosa e especialmente a nova invenção, o crescentemente veio a ser, e ficou sendo, a educação formal. (HOBSBAWM, 2011a, p. 275).

Assim como Hobsbawm, que aponta para evidência de que educação e cultura produzem modelos e ideais que a educação formal trata de realizar, Gramsci (1891-1937) também identifica a escola, e a educação e cultura, transmitidas por ela como

privilégio de restrito acesso.

Lembrando sua época de estudos Gramsci identifica o acesso à cultura por meio da educação escolar como privilégio para poucos. E compreende que “a cultura para se converter em instrumento de transformação política deve popularizar-se” (JESUS, 2005, p. 88).

Em seus estudos Gramsci percebe a relação educativa exercida pela sociedade inteira através da escola e de todas as outras vias educativas, dentro das quais pode-se, neste trabalho, conceber a dimensão do cotidiano. Manacorda (1990) reconhece que a denúncia do privilégio de classe que caracteriza a escola e a identificação entre pedagogia e política que garante a concepção de relação social como relação de colaboração educativa, é perceptível não só no pensamento de Gramsci, mas também de alguns idealistas próximos ao movimento socialista.

Sendo assim,

Gramsci rejeita a atitude de recepção passiva dos dados espontâneos de uma evolução da organização – de uma cultura capaz de intervir no desenvolvimento político e econômico. É dessa raiz que nasce seu discurso, rico e contraditório, sobre a escola e as outras instituições educativas existentes, e acima de tudo, a sua denúncia apaixonada de seu caráter classista, para o que confluem imediatamente suas experiências pessoais e de reflexão ponderada. (JESUS, 2005, p. 24).

Gramsci então, “valorizou a segunda parte da relação escola-vida por ter consciência de que a atividade educativa formal é apenas uma fração na vida do aluno” (JESUS, 2005, p. 87). As ações de Gramsci em defesa da concepção de publicações como meios educativos (MANACORA, 1990) e das “escolas” informais (JESUS, 2005) podem ser entendidas como portas para sua compreensão de que as relações educativas estão presentes na realidade social.

O conceito de formação humana em Gramsci ajuda a entender o conceito de *educação* que este trabalho se propõe ao investigar a ação educativa realizada pelos agentes que compõem os Processos- Crime de Defloramento ora investigados.

A formação do homem em sociedade é parte indissociável da obra de Gramsci. Convencido da potencialidade da concepção de formação humana em Gramsci, Vieira (1990), estudioso da obra gramsciana, analisa as ideias do autor sinalizando a “cultura como lugar de síntese das lutas entre os diversos projetos em disputa na sociedade” (p.56), podendo ser entendida em duas direções. Primeiro, “a cultura significa o modo de viver, de pensar e de sentir a realidade por parte de uma civilização e, em segundo

lugar, é concebida como projeto de formação do indivíduo, como ideal educativo a ser transmitido para as novas gerações.” (p.61). Sendo assim, “cultura significa um modo de viver que produz e se reproduz por meio de um projeto de formação” (p.61), estando para Gramsci a educação inserida neste processo complexo.

Nas palavras de Vieira:

A cultura é composta de múltiplas ambiências: a família, a região, a língua, a classe social, a religião, a escola, o trabalho, enfim, na expressão de Gramsci, as diversas sociedades que produzem os horizontes culturais de formação do indivíduo em sociedade. A cultura de uma época é o resultado do embate e da interação das concepções de mundo, das experiências e das práticas sociais que perpassam essas diferentes ambiências culturais. As diferentes posições ocupadas na estrutura econômica da sociedade, com a natureza; contudo, a ação dessa variável importante deve ser compreendida no interior de um processo mais complexo de afirmação de um determinado modo de vida. (VIEIRA, 1990, p.62).

Dessa forma, cultura para Gramsci não é “somente uma organização subjetiva do próprio ou interno, mas também objetiva, externa, dos instrumentos para sua difusão” (MANACORDA, 1990, p.23) considerando segundo o autor que um modo de ser determina uma forma de consciência.

Para Vieira (2010), os conceitos de Gramsci trazem a possibilidade de “interpretar os fenômenos sociais e, por extensão, os educacionais a partir de uma concepção biunívoca entre o poder estruturante das estruturas sociais e as dimensões criativas e subversivas dos indivíduos e dos grupos sociais nos seus contextos históricos e sociais singulares.” (p.520). Divulgando a “possibilidade de entender a cultura e os processos formativos como síntese sociais, ou melhor, como resultado de lutas, negociações e acomodações operadas pelos sujeitos historicamente situados em contextos que envolvem determinações econômicas e sociais, bem como resistência ressignificação e criação cultural e política.” (p.520).

A compreensão de historicidade, percebida em Gramsci por Vieira (1990 e 2010) demonstra que, somente pela análise histórica podemos vislumbrar a presença e, sobretudo, a continuidade de formas de pensar e agir caracterizadoras de um modo de ser e de viver, considerando que “[...] tendências econômicas e as novas formas de produzir se transformam em cultura, ou melhor, em um modo de viver, sentir e interpretar a realidade” (Vieira 2010, p. 528).

Nas palavras de Vieira,

Estudar historicamente a participação dos sujeitos – considerando as suas experiências comuns e, por extensão, o processo de formação das suas identidades – impõe a compreensão dos lugares e dos processos de formação que, direta ou indiretamente, atuam sobre os modos de agir e de pensar. (VIEIRA, 2010, p. 528/529).

Assim, Gramsci defende um projeto educativo que confere centralidade à ação formadora do ambiente social não excluindo o papel educativo do sistema escolar formal.

(...) qualquer escola, mesmo as mais perfeitas cientificamente, não é jamais suficiente para educar e formar o indivíduo (...). A escola acelera a formação, é o sistema Taylor da educação, a partir de um método ensina a estudar, cria uma disciplina intelectual, mas não pode substituir o espírito de iniciativa no campo do saber. **A vida em geral, a ação, a experiência individual e coletiva são elementos que completam a escola ou mesmo são complementados por ela.** (grifo meu) (*La vita della scuola*, GRAMSCI [1978, p. 59] apud in VIEIRA 2010, p. 534)

Processos educativos formais são entendidos como extensão aos meios de formação produzidos nas experiências de vida. Os processos de formação humana podem estar institucionalizados ou pela escola e pelos sistemas públicos e privados de ensino, ou por outros processos não formalizados, mas presentes nas ambiências familiar, étnica, religiosa e tantas outras. “Compreender a formação humana a partir dessa dinâmica correlacional, do indivíduo com a sociedade, supõe considerar a sociedade como uma síntese de várias ambiências, nas quais interesses, práticas, experiências, visões de mundo estão se produzindo de forma permanente e contraditória” (VIEIRA 2010, p. 530/531).

Com isso, Vieira (2011) considera que a visão de Gramsci em seus escritos “sugere uma história das formas de pensamento e dos seus protagonistas encarnada nas práticas sociais” (p.85) preocupando-se com o impacto produzido pelas diferentes concepções de mundo.

Segundo Baptista (2010) a abrangência do conceito de educação em Gramsci articula-se com sua potencialidade no campo da direção política e, dessa forma, com o papel que desempenha nas organizações culturais e políticas. A autora considera que durante os anos de cárcere, Gramsci amplia o conceito de Estado, considerando que este envolve tanto as funções da sociedade política quanto as da sociedade civil, sendo o “papel adaptativo-educativo”, hegemônico, adequando o aparelho produtivo à ‘moralidade’ das massas populares” (p.185).

Outra questão que demonstra a importância da educação na concepção de Gramsci pode ser entendida em sua afirmação de que as crianças possuem orientação já adquirida por hábitos familiares que as distinguem na vida escolar (GRAMSCI, 2004, vol.2, p. 52). Segundo o autor, a criança de uma família tradicional de intelectuais supera com mais facilidade as dificuldades escolares, enquanto a da família do operário urbano domina mais o trabalho na fábrica, e o filho de camponeses teria facilidades para o trabalho na vida rural.

Gramsci considera que todo homem, fora (penso, independente) de sua profissão, “desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar.” (GRAMSCI, 2004, p. 53).

Já no Brasil, algumas ideias que nos permitem apreender uma concepção de educação em dimensão para além da educação escolar, pode ser perceptível em textos como o de José Veríssimo. Logo após a Proclamação da República, José Veríssimo publica, em 1890, a obra “A Educação Nacional”, em que pretende dar indicações para uma reforma educativa que esperava vir com o novo regime. Em seu entendimento, a reforma do regime político deveria ter sido consequência da reforma moral do povo brasileiro. Mas, uma vez que foi “invertida a ordem do processo e instalada a República antes da formação moral republicana, urge corrigir essa afoiteza, concentrando todos os esforços na reforma educacional” (CAVAZOTTI, 1997 apud In SAVIANI 2011). Considera, Veríssimo então, como base do povo brasileiro, definidos como eixos da nova organização do ensino, a educação do caráter, a educação cívica, a educação física e o papel da mulher como educadora do caráter das novas gerações. Manifesta, também, “a tensão entre a reforma educativa como base da reforma política e a reforma política como indutora da reforma educativa” (SAVIANI, 2011, p. 169).

De fato, José Veríssimo acredita que a evolução geral da humanidade de nada adianta se a educação prática do povo não tem o primeiro lugar em seu programa. E aí cabe a intenção do livro de chamar a atenção do público para a questão da Educação Nacional. Ela carece de espírito brasileiro, pois “o nosso sistema geral de instrução pública, não merece de modo algum o nome de Educação Nacional”. Ele é “em todos os ramos – primário, secundário e superior – apenas um acervo de matérias, amontoadas,

amenos nos dois primeiros, sem nexos ou lógicas, e estranho completamente a qualquer concepção de pátria” (VERÍSSIMO, 1902, p. 1), correspondendo a uma mera instrução:

Pode ser um meio – bom ou mal, não é nosso propósito discutir o seu valor – de mera instrução, mas não é de modo algum um meio de educação, e sobretudo de educação cívica e moral. Ora, toda a instrução cujo fim não for a educação e, primado tudo, a educação nacional, perde por simples fato toda a eficácia para o progresso, para a civilização e para a grandeza do povo (p. 1 e 2).

Veríssimo estava escrevendo na ilusão de que o novo regime viesse a regenerar a pátria, devendo eliminar os vícios e os defeitos que os propagandistas (se incluindo) impunham ao regime monárquico. Para ele, que se dedicava à educação, esta parecia a maneira mais profícua e direta de reparar esses vícios, pois “é no povo que reside, e é a maior soma de seus esforços, em qualquer ordem de fenômenos, que produz a Civilização e o Progresso” (Introdução à 1ª edição pg. L).

E neste sentido da Educação:

Si de véras pensamos em educar a sociedade, a educação da mulher impõe-se com o rigor de um postulado geométrico. A educação de uma sociedade – no sentido complexo e completo que neste livro tem a palavra educação – supõe a dos indivíduos que a compõem. Ora como, em toda a significação do termo, o primeiro e principal educador do indivíduo, desde seu nascimento, e quieá ainda em antes, até a sua morte, é a mulher, segue-se logicamente, necessariamente, que a educação da sociedade deve começar pela educação da mulher (p.139).

Afinal “a mulher brasileira, qual o foram nossas avós, essa é impossível ressuscitá-la ou revive-la.” E não deve ser esta nossa intenção, pois “a brasileira, como a temos hoje, corresponde tanto á nossa sociedade atual quanto aquela á do seu tempo”. Entretanto como a situação da época era “transitória e todos – não finjo uma suposição, antes conluo das manifestações de todos os órgãos do pensamento e do sentimento nacionais – queremos melhorar” de maneira a favorecer “intencionalmente a evolução brasileira de modo a dar um dia ao nosso país uma posição proeminente no mundo”, devemos “começar por melhorar o principal órgão de educação de uma sociedade, que é evidentemente a mulher” (p.160).

Procurar relacionar a educação com as concepções sociais e culturais do momento histórico de transição do modelo imperial para o republicano faz par com a concepção de um conceito de educação não de forma isolada e abstrata, mas como um saber estreitamente relacionado com a sociedade e cultura de uma época. Torna-se interessante e necessário investigar como, e de que modo, o propósito de educar os

brasileiros para o ideal de Brasil Republicano, passa a vigorar, tanto no discurso jurídico como no pedagógico, envolvendo vários aspectos da experiência cotidiana também fora da escola.

É nesta perspectiva que os Processos-Crime de Defloração guardados na última sala do prédio pertencente ao Centro Cultural Marta Whatts, compondo o acervo judiciário da cidade de Piracicaba, são utilizados como fontes de pesquisa neste trabalho. Um longo conjunto de caixas poliondas azuis onde se alocam os diversos Processos judiciais ocorridos na cidade entre 1801 e 1946, abrem ao pesquisador um mundo só perceptível com luvas.

A pesquisa presente partiu de análises dos textos de Processos-Crime de Defloração, e pretendeu articular-se com análises de jornais da época bem como com o Relatório da Câmara da Cidade de Piracicaba no período estudado.

Trabalhar com o Relatório da Câmara Municipal significou também perceber as relações entre os dados registrados nos relatórios e a constituição do estado moderno no Brasil, possibilitando uma leitura de como este se relaciona com a população. Intenciona-se aqui articular os dados presentes nos documentos analisados com as contribuições impressas nos jornais. De acordo com Nóvoa (2002) a análise da imprensa permite articular discursos que relacionam práticas e teorias, situando-se ora no nível *macro* do sistema, ora no plano *micro* da experiência concreta, exprimindo “desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente” (p.11). Mas muito diferentemente a materialidade dos Processos não guardava a intenção que posteriormente viessem a ser lidos, pois tinha outros objetivos específicos. Trata-los então como fonte principal de pesquisa faz com que sua descrição mereça detalhes.

Um conjunto de folhas (que nos lembram papel almaço) compõe o processo, fixado por uma espécie de taxinha, entre 2 ou 4 já enferrujadas, que mantem as folhas unidas segundo cada documento, ainda que com o passar do tempo muitas já tenham se desprendido e saído de seu conjunto. Muitos defeitos materiais prejudicam a leitura, com cantos corroídos, bordas danificadas, pedaços de papel faltosos, palavras apagadas ou ilegíveis, deixam o sentido em suspenso, incompleto. Afinal, os Processos são escritos em letra de mão com grafia de época por pelo menos 3 personagens, o escrivão (não significa que tenha a letra mais legível, ainda mais se pensarmos que ele devia escrever com pressa) o juiz de direito que normalmente escreve alguns encaminhamentos e o médico que faz o exame de *corpo delicto*.

As folhas mal se dobram e mal se deixam ler o lado agrupado pelo grampo que ainda causa um volume difícil para movimentar o documento, e que estando aberto quase sempre se fecha sozinho. As folhas finas, com várias dobraduras e pedaços soltos ficam mais seguras se viradas com auxílio de uma régua.

Textos longos, mas sem continuidade que obrigatoriamente são sempre intercalados por longos enunciados jurídicos. É evidente que nenhum Processo é igual ao outro, mas a primeira vista eles procuram seguir uma mesma estrutura.

No caso dos Processos de Defloração eles mantem uma construção estruturada em sequências compondo-se de capa que contem data no alto centralizado da folha, acima das linhas com cores que o tempo modificou (tom avermelhado), o tribunal ao qual pertenceu esse Processo, e o tipo de ação (que no caso dos documentos de defloração são Processos-Crime). Abaixo a capa apresenta designação dos envolvidos, e em grande maioria os Processos judiciais guardam em sua capa apenas o nome do réu, pois a acusação é feita pela justiça. No meio da folha de capa ainda está a assinatura do escrivão. E no final da página de capa temos um pequeno resumo com data por extenso que sempre começa com *anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus e*, novamente, a assinatura do escrivão. A contra-capas, na folha seguinte, segue uma lógica muito próxima, mas já é escrita em folha de linhas pretas. E logo na terceira folha já entram em cena os diversos tipo de textos que compõem o conjunto material do documento.

O Processo de Defloração normalmente se inicia com a *queixa-crime* onde alguém expõe¹² o Defloração, e onde, geralmente se indica a sequência de testemunhas que estão cientes do caso e que eventualmente podem ser chamadas (o que ocorre na maior parte dos casos). As datas são sempre marcadas, quase que em cada página, ainda que no conjunto todo o documento nem sempre guarde a lógica temporal.

O texto seguinte traz a autuação onde é aberto o *inquérito policial* e chamado o réu para comparecer. Data, local nome e hora da queixa (quase sempre ao meio dia) são reescritos, atestando legitimidade à abertura de inquérito.

O Auto de Declarações aparece logo em seguida em papel carimbado pela Delegacia de Polícia de Piracicaba com rabiscos à mão e cor de tinta diferentes, ao lado

¹² Que pode ser acionado por meio de *queixa* em que a ofendida declara o ocorrido, *denúncia* quando a abertura do processo se dá a partir da fala de um terceiro, geralmente pai ou mãe da ofendida, ou ainda *flagrante* quando a polícia interroga casais suspeitos (ainda que não seja o caso de nenhum dos Processos escolhidos para este trabalho).

direito da página cujas marcações são pouco identificáveis e que parecem servir a uma lógica de organização perdida no tempo. Em centralizado e letras maiúsculas estão *Auto de Declarações* e na linha de baixo o nome completo da possível vítima. Linhas duplas centralizadas na linha abaixo dão oficialidade e certo charme ao documento e indicam que ali se começa a registrar a história contada por quem abriu o inquérito. São listados a data, a cidade, o local, a hora e os presentes geralmente nome do Delegado e do escrivão. No Auto de Declarações encontra-se a primeira versão da história contada pela vítima, ainda que seja possível nesse momento, como ocorre com o Processo-Crime de Amélia de Lima¹³, escrever-se também o Auto de Declaração de seus pais.

Após algumas páginas do Auto de Declarações encontra-se o *Auto Exame de Corpo Delito*, e a citação da hora, local, nome do médico e presença do delegado encarregado formam os primeiros parágrafos deste texto que procurará responder, por meio de exame visual e de toque, perguntas entendidas como necessárias. Sendo quase sempre na seguinte estrutura: 1. Se houve defloramento; 2. Qual o meio empregado; 3. Se houve cópula carnal; 4. Se houve violência para fins libidinosos; 5. Se houve algum tipo de força física.

Mais encaminhamentos entre delegado e escrivão e em seguida a certidão de intimação das primeiras testemunhas. A cada texto dito por pessoas diferentes é perguntado seu nome, idade, estado civil, naturalidade, residência, se saber ler e escrever, e sua versão da história, ou no caso de testemunhas o que sabe sobre o acontecimento em questão.

Uma nova declaração da vítima onde é recontada a história e muitos detalhes são retomados e aqui descritos e tentam encontrar sentido ao longo da fala da vítima.

Em seguida, aparecem páginas de *conclusões e encaminhamentos*, bem como a *acusação do réu*. E nas próximas páginas já se encontra o interrogatório do acusado.

O auto de qualificação do réu, o Auto de acareação, as declarações, e mais as falas de testemunhas, podem compor os próximos textos dos Processos. Pode ainda ter em anexo taxa judiciária, uma carta, uma receita médica. Alguns Processos podem até chegar ao *Tribunal do Juri* e conter todos os passos e falas ocorridos no tribunal registrados pelo escrivão. E por último, antes de algumas folhas em branco temos o resumo das despesas.

¹³ Processo-crime de Defloramento. Réu: José Pacheco (Pedro) Alvino. Requerente: a justiça. Sobre a honra de Amélia de Lima. Ano de 1908, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 8/A. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

Embora os encaminhamentos sejam quase sempre os mesmos, cada Processo é peça única, podendo até conter textos diversos, e possuem diferentes números de página. O Processo aberto contra Luiz Augusto da Silva¹⁴ por exemplo possui 83 páginas. Já o Processo sobre a honra de Gertrudes Ferreira¹⁵ em que o acusado é Lucio Medeiro possui 106 páginas. O Processo de Geraldina da Conceição¹⁶, que como veremos a seu tempo acaba sendo interrompido, contem apenas 38 páginas. O Processo em que o réu é Camillo André Silva, acusado de deflorar Benedicta Pereira da Silva¹⁷, possui 102 páginas. Por sua vez o Processo contra Pedro Alvino¹⁸ é estruturado em 148 páginas. E o processo sobre a honra de Maria Angelina Alves da Silveira em que o acusado é Claremundo Martins¹⁹ possui 90 páginas.

A diversidade de construções de textos e a dificuldade em lê-los reflete a singularidade deste documento que não visava uma leitura posterior, tinha um uso imediato muito particular frente a outros documentos. O arquivo não foi composto para surpreender, agradar ou informar, mas para servir a uma polícia que vigia e reprime. É um conjunto de sequências curtas onde os problemas de continuidade tornam sua leitura ainda mais pesada. Sua irregularidade une-se às palavras que saltam de sua estrutura e a cada novo texto pode-se perceber indícios novos que muitas vezes se chocam com a narrativa que conseguimos captar. Como considera Farge, essa diversidade está relacionada à diversidade de autores que escrevem os textos “cada ator testemunha o que viu e a maneira singular pela qual se ligou ao acontecimento, improvisando seu lugar e seus gestos, com veemência ou hesitação conforme o caso, inventando às vezes novas ações que deslocarão o curso dos acontecimentos” (2009, p.88). E neste sentido sem contar com narrativas lineares “o arquivo judiciário apresenta um mundo fragmentado: como se sabe, a maior parte dos interrogatórios é feita de perguntas com respostas geralmente lacônicas ou imprecisas, de frases e de pedaços de vida, com um fio condutor quase sempre pouco visível” (FARGE, 2009, p.79). Afinal, os acontecimentos são incidentes, personagens comuns, e os arquivos coletados fragmentos de vida.

¹⁴ 1909, Doc. Cit.

¹⁵ 1905, Doc. Cit.

¹⁶ 1897, Doc. Cit.

¹⁷ 1905, Doc. Cit.

¹⁸ 1908, Doc. Cit.

¹⁹ 1906, Doc. Cit.

Dessa forma o Processo não se parece com textos, nem documentos impressos, nem com relatos, tampouco correspondências, diários ou biografias. É difícil em sua materialidade. É conjunto de documentos, independente de sua forma ou suporte material, cuja construção se deu no exercício das atividades de uma pessoa. Assim, necessidades específicas e práticas fizeram com que as palavras fossem ali guardadas. Os Processos são vestígios brutos em que, ainda segundo Farge:

Suas palavras são consignadas uma vez ocorrido o fato, e ainda que, no momento, elas tinham uma estratégia, não obedecem à mesma operação intelectual que o impresso. Revelam o que jamais teria sido exposto não fosse a ocorrência de um fato social perturbador. De certo modo, revelam um não dito. Na brevidade de um incidente que provocou a desordem, elas vêm explicar, comentar, relatar como ‘aquilo’ pôde acontecer em suas vidas, entre vizinhança e trabalho, rua e escadas. (2009, p. 13/14).

Estas considerações ajudam a entender suas sequências curtas. O arquivo não pretende escrever uma história, pretende descrever com palavras a ação sobre a qual os policiais e delegados haviam perguntado, visando descobrir quem são os responsáveis e qual é a melhor maneira de puni-los. Uma vez que “o arquivo nasce da desordem, por menor que seja; arranca da obscuridade longas listas de seres ofegantes, desarticulados, intimados a se explicar perante a justiça” (FARGE, 2009, p. 31). E dessa forma os indivíduos e suas experiências de vida se apresentam a nós “(...) espremidos entre poucas palavras que os definem e a violência que, de uma hora para outra, os faz existir para nós, eles preenchem registros e documentos com sua presença” (p. 32).

Na concepção de Bakhtin percebe-se que nas palavras estão os modos mais puros e sensíveis de relações sociais. Elas penetram em todos os espaços sociais, não tendo esfera social que escape, de forma que, nas palavras se encontram diversos valores, diversos sentidos e significados. Para Toledo, Bakhtin propõe ao historiador “decifrar o passado segundo suas próprias práticas de interação verbal em que são produzidos os vestígios que se quer analisar” (2011, p.120) num sentido de repolitização da linguagem e do ato de comunicar, analisando o enunciado em relação à enunciação.

As palavras formam frases que permitem ao historiador captar momentos ou tensões externas ou internas no recôndito de uma mesma sociedade, já que, como considera também Farge, “as palavras traçam figuras íntimas e expõem as mil e uma formas da comunicação de cada um com o mundo” (2009, p. 89). E dessa forma, “a questão reside na difícil interpretação de sua presença, na busca de seu significado, na localização de

sua 'realidade' em meio a sistemas de signos dos quais a história pode tentar ser a gramática" (2009, p. 19).

Poderia aqui ser sinalizado que talvez este trabalho siga o que Vainfas (2002) chamou de "incurção microanalítica". Seguindo a ideia de que a prática cotidiana de um certo indivíduo não fale somente de si mesmo, mas seja indício de suas escolhas e compromissos frente à sociedade de sua época. Dessa forma "apega-se obsessivamente às mínimas evidências que a documentação pode fornecer para dar vida a personagens esquecidos e desvelar enredos e sociedades ocultados pela história geral" (VAINFAS, 2002). Pesquisando as evidências, talvez banais, talvez incertas, mas que reunidas em uma trama lógica seja capaz de reconstruir a dinâmica de seus objetos, é possível reconstruir o vivido, propondo indagar, como sugere Ginzburg (1989) as estruturas invisíveis das quais o vivido se articula.

Uma das novidades da análise de Ginzburg é sugerir que, "se a nossa documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas, como também personalidades individuais, seria absurdo descartar estas últimas" (GINZBURG, 2006, p. 20), estendendo às classes mais baixas o conceito histórico de indivíduo. Para o autor então trata-se de "a partir de dados negligenciáveis, remontando a uma realidade complexa não experimentável diretamente" (GINZBURG, 2006a, p.153).

De fato, a evidência de sua existência que nos chega, nada mais é do que palavras, presentes num documento por vezes fragmentado. Estas palavras são nossas janelas onde podemos buscar o cotidiano dos personagens retratados, pois, o arquivo trata da visão de um fato inesperado, de uma brecha no conjunto dos dias. Vale considerar que aquele que responde, exprime-se por meio de imagens que veicula dele mesmo, de sua família e de seus vizinhos e amigos e, portanto, oferecendo todo um horizonte preciso, pois "palavras são portadoras do presente, elementos de reconhecimento e da distinção do tempo do qual vieram" (FARGE, 2009, p.81). Expressão fragmentada do ser, as palavras se tornam vestígios.

Nesta dissertação, o conceito de cotidiano está em sintonia com a concepção de Agnes Heller. A filósofa, preocupando-se com o tema do cotidiano, buscou compreender sua estrutura vinculando-o ao debate de questões como a constituição social dos preconceitos, a importância da vivência em comunidade, a construção histórica dos valores de uma sociedade e a representação dos papéis sociais. Dessa

forma, entende-se que o cotidiano não está fora da História, mas no centro do acontecer histórico, sendo “a verdadeira essência da substância social” (HELLER, 2011, p.34). Mesmo os considerados acontecimentos maiores só podem ser estudados em sintonia com a perspectiva do cotidiano, pois é no efeito da vida cotidiana que se dá importância a um fato histórico. (HELLER, 2011, p. 20).

Todo homem já nasce inserido em sua cotidianidade e começa dentro do grupo a aprender os elementos desta. Mas as normas assimiladas só ganham valor quando essas realmente “comunicam ao indivíduo os valores das integrações maiores”. De modo que “a condução da vida supõe, para cada um, uma vida própria, embora mantendo-se a estrutura da cotidianidade; cada qual deverá apropriar-se a seu modo da realidade e impor a ela a marca de sua personalidade” (HELLER, 2011, p. 61). Articulando a concepção de cotidianidade em Agnes Heller, conceito entendido como dimensão do aspecto da vida social, a vida cotidiana é o lugar onde a sociedade adquire existência concreta e o lugar onde se dão as transformações sociais.

A vida cotidiana é o lugar privilegiado de apreensão do processo histórico. A vida cotidiana é a experiência de vida de todo homem, uma vez que não há quem esteja fora dela. É nela que são postos em funcionamento todos os seus sentidos, capacidades intelectuais e manipulativas, sentimentos, paixões, ideias e ideologias. Como propõe Patto (1993) esta concepção, por estar voltada para as relações entre a vida comum dos homens também comuns, e os movimentos da história, mantendo em vista as especificidades das pessoas envolvidas, torna-se referência promissora para se pensar a escolarização de classes subalternas, e aqui podemos sinalizar não apenas a escolarização como um dos âmbitos do cotidiano, ao mostrar a possibilidade de colocar o indivíduo no centro das reflexões.

Dessa forma,

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. (...) O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso não pode aguçá-los em toda sua intensidade. (HELLER, 2011, p. 30).

Há, no trabalho investigativo dos documentos, momentos singulares onde é possível não só identificar o cotidiano, mas o pensamento do cotidiano por trás das palavras expostas nos processos. Como diz Farge,

(...) é um trabalho então de identificar modos de pensar, de descobrir suas regras e circunscrever condutas que inventam simultaneamente sua própria significação, a fim de compreender sobre quais sistemas de inteligência e de sentimentos se fundamenta o conjunto das coesões e das rupturas sociais (2009, p.100).

Mas é claro que acontece também de as palavras se embaralharem e se contradizerem, enunciando incompatibilidades de sentido pouco claro. Mesmo que os textos sejam confusos, misturando a verdade com a mentira, a submissão com o desafio, isso não o compromete em suas possibilidades. Pois,

Por trás das palavras expostas nos autos, pode-se ler a maneira como cada um procura se posicionar diante de um poder coersivo, como cada um articula sua própria vida, com êxito ou não, em confronto com a do grupo social e em relação às autoridades. Para isso, apropria-se, de forma bem-sucedida ou não, do vocabulário dominante, e tenta ser ao mesmo tempo o eco inteligível daquilo que pode permitir que o considerem inocente ou menos culpado possível. (FARGE, 2009, p. 35).

Dessa forma, segundo os argumentos de Farge (2009), as palavras confessadas ou não em função do poder como o qual se entra em choque, revelam o abrigo precário das palavras com as quais cada pessoa constrói sua defesa, sempre elaborados entre as estruturas de poder existentes e o que a autora chamou de “hábitos contemporâneos de explicação de descrição dos fatos” (2009, p. 34).

É certo que o texto fonte da pesquisa – os Processos-crime de Defloramento – que chegam a nós foi forjado na interlocução entre as várias vozes que tecem os Processos e, simplificando, isso implicaria dizer que teriam as falas captadas dos personagens populares e dos juízes encarregados. Isto não tira do pesquisador a possibilidade de reconhecer as vozes, e dessa forma o cotidiano dos personagens populares, pois estamos aqui entendendo que há circularidade entre as culturas.

Indagando sobre a presença de vozes dos juízes encarregados nos documentos sobre personagens populares Ginzburg considera que as fontes escritas são:

(...) duplamente indiretas: por serem escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados a cultura dominante. Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam. É o que basta para desencorajar, antecipadamente, as tentativas de pesquisa nessa direção. (2006a, p. 12/13).

Entretanto, para o autor “o fato de uma fonte não ser ‘objetiva’ (mas nem mesmo um inventário é ‘objetivo’) não significa que seja inutilizável” (GINZBURG, 2006a,

p.16). E apresenta que este não é o limite do livro de Bakhtin sobre “*A Cultura Popular na Idade Média*” em que os camponeses artesãos, protagonistas da cultura popular, que ele tentou descrever nos falam quase só através das palavras de Rabelais. E sinaliza suas perspectivas de pesquisa por meio do que chamou de *Circularidade da Cultura*.

Em suas palavras,

Pode-se ligar essa hipótese àquilo que já foi proposto, em termos, semelhantes, por Mikhail Bakhtin, e que é possível resumir no termo ‘circularidade’: entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo (exatamente o oposto, portanto, do ‘conceito de absoluta autonomia e continuidade da cultura camponesa (GINZBURG, 2006a, p.10).

Burke (2005) sinaliza quão importantes são os conceitos de Bakhtin, considerado por ele um dos teóricos mais originais do século XX, para a Nova História Cultural, de modo que “hoje é difícil lembrar como conseguíamos trabalhar sem eles” (p.71). Burke considera que Bakhtin, tinha uma visão peculiar sobre a importância da subversão e a penetração da alta cultura pela baixa, especialmente por conta do riso popular.

Procurando entender melhor as perspectivas de Bakhtin que Ginzburg denominou de Circularidade da Cultura podemos sinalizar em suas palavras,

No campo da cultura, a distancia é a alavanca mais poderosa da compreensão. A cultura do outro só se revela com plenitude e profundidade (mas não em toda a plenitude, porque virão outras culturas que a verão e compreensão ainda mais) aos olhos de outra cultura. Um sentido só revela as profundidades encontrando-se e contactando com outro, com o sentido do outro: entre eles começa uma espécie de diálogo que supera o fechamento e a unilateralidade desses sentidos, dessas culturas. Colocamos para a cultura do outro novas questões que ela mesma não se colocava; nela procuramos resposta a essas questões, e a cultura do outro nos responde, revelando-nos seus novos aspectos, e a cultura do outro não responde, revelando-nos seus novos aspectos, novas profundidades do sentido. Sem levar nossas questões não podemos compreender nada do outro de modo criativo (é claro, desde que se trate de questões sérias, autênticas). Nesse encontro dialógico de duas culturas elas não se fundem nem se confundem; cada uma mantém a sua unidade e a sua integridade aberta, mas ela se enriquecem mutuamente. (BAKHTIN, 2011, p. 366).

Em outras palavras,

Assim, para Bakhtin a cultura não é estática em movimento, circula, é apropriada nas diferentes situações de comunicação, nas diferentes posições ocupadas pelos sujeitos da comunicação. Carrega, portanto, a polifonia de vozes e sentidos, fruto do processo histórico-social de produção dos

repertórios culturais e das relações de poder de determinada comunidade semiótica. (TOLEDO, 2011, p. 120).

Neste sentido os documentos que nos chegam são, nas palavras de Farge:

Paradoxal, o arquivo aqui contém ao mesmo tempo o que ele nega e aquilo que quer ouvir a qualquer preço: as falas encurraladas, as histórias que se contam, o investimento de lugares criadores de ação, as representações e os atos prestes a se consumarem, tudo isso são formas embutidas de um saber social e formas reconhecíveis da expressão popular. São uma história em construção cujo desfecho nunca é inteiramente apreensível; para perceber isso, é preciso abandonar as margens soberanas do saber dominante que pretende explicar a posteriori os arcaísmos de uns e os modernismos de outros, para seguir o caminho dos atores que inventam suas formas de ação simultaneamente à sua participação nos acontecimentos, que descobrem seu sentido contra todas as tentativas vindas de cima para que este permaneça opaco para eles (...). (2009 p. 108/109).

Dessa forma encontramos ao longo das respostas dadas aos interrogadores a maneira como comportamentos pessoais e coletivos se relacionam com as condições estabelecidas pelo poder. Neste trabalho não cabe a pretensão (infundada) de esgotar os documentos selecionados.

Preocupada com a temática das transmissões de saberes e modos de conduta entre populares em Piracicaba na Primeira República, os objetos desta pesquisa são os aspectos educativos do cotidiano encontrados nos Processos-Crime de Defloração. E dessa forma o enfoque é dado nos trechos em que aparecem mais explicitamente os aspectos educativos do cotidiano, bem como suas formas de transmissão de saberes. Para isso ao longo do capítulo foram sendo feitas reflexões sobre o papel do Direito neste período, a questão da historiografia dos grupos populares, a questão da mulher e os desdobramentos das questões de gênero, o conceito de educação presente à época e a importância dos documentos judiciais como fonte.

2. O amor nos porões dos arquivos²⁰

“O quarto de uma virgem é como que o arcano de uma flor ainda por desabrochar, um floco alvo numa placa escura, a célula íntima de um lírio por abrir que as vistas do homem não devem devassar, enquanto não penetrarem os raios do sol.

Deve ser sagrada a mulher em botão.

Aquela cama que inocentemente se descobre; aquela adorável semi-nudez que até de si mesma tem medo; aquele alvo para que se refugia no bordado carmim; aquele seio que se vela em presença de um espelho como si fosse um olho aberto sobre os mistérios desse seio; aquela camisa rapidamente chegada para os ombros, ao estalido de um móvel, ao rumor de uma sege na rua; aquele aconchego de cordão, de lilás, de colchetes; aqueles estremecimentos de frio e de movimentos, aquela agitação quase volátil onde não há nada a temer; aquelas sucessivas fases do vestuário aprazíveis como as da aurora – coisas tão impróprias para contar, se é que indica-las simplesmente já não o é de mais.

A diferença das distancias deve converter-se em respeito.

Ao pé desta castidade, que nem sequer sabe que é casta, a penugem do pêssogo, o polmo da ameixa, o cristal radiado da neve, asa da borboleta pulverizada são tudo cousas grosseiras.

A donzela não é ainda uma estrela, é apenas o clarão de um sonho.”

“A Virgem”, autor anônimo. Jornal de Piracicaba – 26 de agosto de 1900

Os juristas sempre cortejavam a história. E, no caso dos juristas brasileiros, como percebe Mendonça (2006) durante boa parte do século XIX e por toda a Primeira República, esse cortejo se deu de maneira ímpar. Guiados pela crença na marcha da sociedade em direção ao progresso muitos juristas se baseavam no resgate da história enquanto peça essencial de seus projetos de intervenção, sendo para reconhecer o percurso civilizatório da sociedade brasileira, ou para propor formas racionais de

²⁰ Este texto é tecido na interlocução entre o trabalho de monografia apresentado ao curso de História da UNIMEP em 2009 e o projeto de dissertação iniciado em 2011 junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP. Algumas referências e ideias foram contempladas na comunicação “Formas de Amar, Práticas Jurídicas e (Re)Educação: Marcas de Experiências Cotidianas e Temporais nos Processos de Defloração no Início da Primeira República” apresentada no Congresso Internacional de História na Universidade Estadual de Maringá, Paraná, em Setembro de 2011.

aplicação de princípios científicos, visando atingir o progresso almejado. De fato, “vários juristas buscaram na especificidade da história do país a chave para a construção de preceitos e normas jurídicas que pudessem, de maneira mais eficaz, fazer o Brasil cumprir seu caminho rumo à civilização” (MENDONÇA, 2006, p. 303). Num mesmo movimento que “ao criar jurisprudência, mais que estabelecer critérios de julgamento ou aplicação de sentença, a lei estabelecia ou transformava valores acerca de determinadas questões” (p.323).

Concordando com Geraldi (2008), a preocupação com a honra de mulheres e constituição de famílias, é tônica de discurso e se apresenta nas falas de delegados, chefes de polícia e juízes como valor de modernidade e civilidade que se transpunha para a proteção da nação.

Quando nos referimos aos processos policiais e judiciais, não se pode esquecer que esses processos se configuram como discursos, logo são construções. Afinal, é preciso lembrar que os fatos se transformam em versões durante um processo, ou seja, a transformação dos atos em autos está carregada de significações para além do fato bruto. Como explicaria Fausto (1984), há diferença entre criminalidade real e criminalidade apurada.

E sobre esse aspecto os crimes sexuais, ou melhor, os crimes de Defloração, que são as fontes principais utilizadas nessa pesquisa, são extremamente ricos. Nas palavras de Fausto “se em todo processo penal o aprisionamento da fala pelo cânone erudito ou pelo jargão forense não é despido de significações, isto é particularmente verdadeiro nos crimes sexuais” (1984, p. 184). Uma vez que nos casos dos crimes de defloração, é possível perceber que a própria definição do crime abria margem a significações. Se por um lado a definição buscava envolver elementos objetivos como idade e miserabilidade; por outro apelava para valores e representações mentais, envolvendo elementos como a figura da “mulher honesta” e o emprego de “sedução”.

Para o defloração ser considerado como crime, conforme o Código Penal de 1890, (ver anexo 1) deveria a ofendida ser menor de 21 anos de idade e ser considerada miserável, situação em que o crime poderia ser passível de denúncia junto ao ministério público e não por meio exclusivo da queixa privada. Muito embora, como argumenta Esteves (1989), é provável que em muitos dos casos encaminhados ao ministério público isto fosse feito mesmo sem pedido da ofendida. E a forma de explicar seu consentimento (nota-se que o crime de defloração não pressupõe violência) seria

alegando sedução, engano ou fraude, pois eram estas as especificações de condições em que o crime poderia qualificar o ofensor como culpado.

Desse modo, dentre as formas de sedução “a promessa de casamento é a forma, sabidamente, mais comum e tradicional da sedução; fazem-na os assaltantes da honra feminina, ou com o malicioso fraudulento fim de a seu cumprimento se furtar (...)” (GUSMÃO, 1981, p.220). Neste caso, a mulher que apenas tivesse “adiantado o direito de posse” a quem se tornaria seu marido estava “perdoada”. Nas palavras de Esteves,

Segundo os juristas da época, o espírito da mulher transforma-se com a promessa de casamento, e se não houvesse esse ‘gancho’ nenhum crime de defloramento seria punido. É no casamento que os desejos da mulher se realizam; ela poderia vive-los antes, se realmente tivesse o casamento como garantia futura (1989, p. 56).

Segundo a explicação de Gusmão “a mulher, em tais casos, cede, ingenuamente”, pois o vê “como que uma antecipação do casamento prometido, entregando-se desde logo, (...) na doce certeza de ser o promitente o seu próximo esposo” (GUSMÃO, 1981, p. 220). É dessa forma que se pode alegar sedução e aceitar que se está diante de uma mulher honesta.

O espírito de Benec dita²¹ também havia se transformado diante da promessa de casamento de Camillo. Foi temendo que ele retirasse a promessa que Benec dita cedeu a seus impulsos libidinosos.

Benec dita deveria ter achado, então, que para a preservação da promessa de casamento ela deveria ceder. Poderia ter acreditado que se recusasse “é porque não sentiam amor ou porque não confiavam nele o bastante” (CAULFIELD, 2000, p. 235). Se fora esta realmente sua intenção deveria ter ficado frustrada com o desfecho de seu romance. Conforme nos avisa Azevedo,

Os namorados e os noivos, muitas vezes tomam como razão para romperem seu compromisso o fato de sua namorada ou noiva se ter prestado ou acedido em ter relações sexuais com eles mesmos; supõe-se que isto é um indício de experiências anteriores não-confessadas ou, pelo menos, de ‘facilidade em oferecer-se’ e de prevaricar no casamento (1986, p. 71).

Como lembra Martins (1995) segundo o próprio Viveiros de Castro²², a caracterização do crime de defloramento estava estritamente articulado com a forma

²¹ Camillo André Silva (e Benec dita Pereira da Silva), 1905, doc. cit.

como se dera o consentimento da mulher. Sendo “elemento moral por natureza, a maneira como ela consentira, ou mesmo se não fizera, assinalava tanto a diferença entre o defloramento e o estupro, quanto a distinção entre a ‘mulher honesta’ e a ‘desonesta’” (p. 64). De modo que a “verdadeira sedução era aquela que tinha no engano ou na fraude seu substrato básico” já que somente poderia ser considerada vítima de uma sedução criminosa a mulher que “comprovadamente” cedera à cópula, “animada pela crença em uma força coercitiva” (p.65) suficientemente relevante, de modo que fosse, realmente, possível dizer que ela não teria cedido se faltasse essa causa, ou seja, se soubesse que aquilo em que acreditara era falso. Em oposição a este consentimento estava a mulher que cedera por motivos considerados fúteis e assim recaiam sobre esta suspeitas de prostituição ou de fraqueza de caráter.

Entretanto é interessante lembrar que, como argumenta Caulfield (2000), as evidências da libido podem ser encontradas durante o Processo por meio de contradições, mas não podiam justificar o fato de as mulheres terem cedido. O desejo sexual não poderia aparecer como “único fator que influenciava na decisão de abrir mão da virgindade” (p. 237). A mulher que cedesse à sedução vulgar de nada teria que se queixar à polícia, pois só poderia culpar a ela mesma.

E sobre esse aspecto, a mulher deveria sempre ter sido submissa. Caberia à mulher provar ter sido seduzida e não sedutora. O protagonista de todo o jogo de sedução deveria ter sido o homem. Ora, ele é que a teria que ter a pressionado, e dado início aos atos preparatórios.

Se, como ressaltou Esteves (1989), existia uma “corda bamba”²³ entre a figura do ofensor e da ofendida esta terá nestes crimes de defloramento contornos envoltos aos termos de sedutor e seduzido. Muitas mulheres, como nos lembra Caulfield (2000) e Esteves (1989), não se esqueceram de destacar seu papel de submissas, ou seja, seduzidas frente às atitudes sedutoras dos ofensores. Gertrudes Ferreira²⁴ também não se esqueceu e se faz como exemplo nesta questão.

Em seu auto de declarações Gertrudes lembra-se de mencionar que ao encontrar Lucio (21 anos, lavrador e viúvo, empreiteiro da fazenda Santa Rosa), ele a segurou por

²² Viveiros de Castro, importante jurista brasileiro, nasceu em 1862 em São Luiz do Maranhão. Estudou na Faculdade de Direito do Recife. Seguiu carreira política e publicou várias obras literárias. Para mais, ver Martins (1995).

²³ Este, conforme ESTEVES (1989) se refere ao crime de que a “ofendida” poderia ter inversamente cometido.

²⁴ Lucio Medeiros (e Gertrudes Ferreira), 1905. doc. cit.

uma mão e com a outra retirou-lhe o pote para carregar água que estava em sua cabeça. Suas ações submissas não acabam por aí. Quando procurou justificar a sua não resistência ao defloramento, Gertrudes ressalta que, não o fez por ter certeza de que seus esforços seriam fracassados, tendo em vista sua própria fraqueza e a força de Lucio. Irineu Bastos, a 1ª testemunha (lavrador de 61 anos), também fez os mesmos apontamentos. Para ele, Gertrudes, que até aqui tinha se comportado corretamente, só teria tido relações com Lucio, se tivesse sido *forçada*.

Quando perguntam a Geraldina²⁵, outro caso que exemplifica a questão, *quem seria o pai da criança de que se acha grávida*, de forma clara ela explica que é um *sedutor*. Embora a promessa de casamento não seja evidenciada, Geraldina, sabendo provavelmente dos códigos morais, faz questão de ressaltá-lo como sedutor. Para isso compõe um discurso convincente que procura representá-lo como tal e tenta codificá-la como passiva/submissa, seduzida e não sedutora. É provável que seja com essa intenção que Geraldina descreve que embora sempre tenha resistido, antes de ser *desonrada* era constantemente *perseguida* por ele já há algum tempo. Tanto que Candinho chegou a *piscar para ela na rua*.

Outros elementos são articulados pela moça a fim de manipular tais imagens. Geraldina faz questão de ressaltar que Candinho fora o *único homem* com quem teve relações, apelação já percebida por Esteves (1989), que demonstra que ter apenas um namorado tinha certa importância (pelo menos assim acham grande parte das moças perdidas) na hora de provar seus bons modos, e dessa forma merecer o status de “honesta”.

Dessa forma, para não ser acusada (já que poderia ser tanto vítima quanto acusada) de um crime que inversamente poderia ter cometido, caberia à moça ofendida destacar de forma clara que tinha sido seduzida pelo ofensor e que seus modos eram próximos à figura da mulher honesta.

Obviamente questões subjetivas como mulher honesta e sedução são aspectos cercados de significações e de valores morais, possibilitando concluir que o próprio uso de elementos subjetivos acabava por trazer estampadas as premissas do conceito normativo de mulher. De modo que não eram apenas provas materiais que estavam em jogo na caracterização do delito. O elemento moral se fazia presente e moralidade/honestidade assumiam conotações muito próximas. E como propõe Martins

²⁵ Geraldina da Conceição, 1897. doc. cit.

“nessa medida, esses conceitos subjetivos e seus antípodas, imoralidade/desonestidade, desvinculavam-se do tema virgindade física para se associarem ao comportamento, à conduta, aos atos e mesmos às intenções passadas e presentes dos envolvidos” (1995, p. 63).

Afinal, “a mulher que procurasse reparar uma ofensa teria, então, que articular um discurso convincente sobre sua honestidade, dentro dos parâmetros esboçados pelo saber jurídico e também médico” (ESTEVES, 1989, p. 38). Pensando nas diversas formas de violência durante a conhecida *Belle Époque*, Soihet considera possível concluir “(...), que os elementos envolvidos eram julgados muito mais pela adequação de seu comportamento às regras de conduta moral, consideradas legítimas, do que propriamente pelo ato criminoso em si” (1997, p. 41).

Ao ser julgado um crime de defloração, crime que quebrava uma norma jurídica sexual, emergiam valores sociais mais amplos. “Ou seja, a conduta total do indivíduo é que iria, ou não, redimi-lo de um crime; não estava em pauta apenas o que havia sido feito, mas aquilo que o acusado e a ofendida eram, poderiam ser, ou seriam” (ESTEVES, 1989, p. 41). De fato, “uma ordem moral e sexual emergia dos julgamentos sobre os comportamentos populares e, em seu desenvolvimento, muitos seriam sacrificados (...)” (p.54).

Não podemos nos esquecer de que haviam moças que “eram marginalizadas porque não tinham essas características ou porque não foram avisadas da obrigação de declará-las” (ESTEVES, 1989, p.65). Na verdade, o que se julgava em tais crimes eram comportamentos, sobretudo das jovens ofendidas. Na prática, embora o acusado fosse o rapaz, o que se julgava, efetivamente, nos tribunais era a “honra” da ofendida, permitindo perceber o tipo de comportamento julgado como adequado.

Neste sentido, caberia à jovem ofendida provar ser honrada, e dessa forma merecer justiça, por meio de suas condutas cotidianas. O que pode nos levar a concluir que o cotidiano da ofendida e suas condutas seriam o determinante. Por exemplo, dentro desse cotidiano sua conduta não poderia deixar espaço para se pensar a possibilidade do defloração, acontecimento que não poderia ser aceito como um fato circunscrito ao espaço do cotidiano. Aos olhos dos juristas, por exemplo, caberia à ofendida jamais não

se esquecer da data (e outras questões, como o “mito da dor e do sangue”²⁶) de tal fato que “acabara com seu futuro”.

Uma vez que “(...) a função do judiciário consistia em garantir a vigência de um sistema de normas vistas como universais e adequadas à sociedade” (SOIHET, 1997, p. 388), fazia isto desconsiderando a existência de padrões alternativos, circunstância que muito afetava as moças ofendidas, pois, para que valesse o Processo contra o deflorador, antes de tudo caberia a mulher atestar sua “honestidade”, por meio de testemunhas²⁷. A ofendida teria que se fazer apresentar como merecedora da justiça por manter uma conduta moral honesta. Não se pode esquecer da intensão do ofensor e da função do advogado do ofensor, que tentava provar o oposto, alegando uma má postura por parte da ofendida, e buscando associá-la à figura da mulher desonesta.

Quando precisou, durante o Processo alegar sua honestidade contra os maus costumes da moça, Claremundo²⁸ não teve dúvidas. Bastou chamar alguns amigos também Praças da cidade que passaram a associá-la à moça de costumes fáceis, que ficava na janela, andava sozinha pelas ruas da cidade e costuma ir em bailes e festas. Parecia ser grande a lista de condutas que as moças não podiam apresentar.

Tais situações nos mostram que embora a definição de mulher honesta e falta de moral feminina fossem amplas a ponto de se construir como ameaça contra praticamente qualquer mulher, não é desconsiderável o fato de a mulher honesta acabar por se referir a um estereótipo que não se enquadrava no cotidiano da mulher popular. Esta prática permite a percepção, conforme nos lembra Soihet (1997), de preconceitos que se acrescentavam relativos à sua condição de gênero, comportamento, e condição de classe dos envolvidos. Entendemos aqui por preconceito, como quer Heller (2011), como uma categoria do pensamento e do comportamento cotidiano. São juízos provisórios que se conservam inabalados pelos argumentos da razão. Seguindo esta concepção a maioria dos preconceitos tem caráter mediata ou imediatamente social. “Em outras palavras: costumamos, pura e simplesmente, assimilá-los de nosso ambiente, para depois aplicá-los espontaneamente a casos concretos através de

²⁶ Mito comum, presente em todas as camadas sociais. Como destaca Esteves e Caulfield, era necessário para se acreditar uma primeira relação sexual. Caberia a ofendida descrever um período de dor e de sangramento após a relação com o ofensor, que tivesse significado para a ofendida, pelo menos em frente às autoridades e juízes. Era necessário construir imagens que pudessem ser notavelmente manipuladas durante os processos, seja pelo advogado ou mesmo por seus parceiros.

²⁷ Vale lembrar que o ofensor em poucos casos estudados se valia de testemunhas, fato que acabava, na prática, se limitando às mulheres.

²⁸ Claremundo Martins. Sobre a honra de Maria Angelina Alves da Silveira. Ano de 1906. Doc. Cit.

mediações” (HELLER, 2011, P. 71), uma vez que os preconceitos são obras das interações sociais em que as pessoas vivem, construída no movimento pragmatismo da vida cotidiana.

Em outras palavras, como a vida cotidiana é entendida como formada pelo pensamento cotidiano, e neste pensamento a ultrageneralização está na base, esta mesma ultrageneralização atua criando espaço para um tipo particular de juízo provisório: o preconceito. Seguindo a concepção de Heller (2011), a maioria dos preconceitos tem caráter imediatamente social, pois são assimilados e/ou aplicados através de mediações. A vida cotidiana é propícia aos preconceitos, mas não é ela quem os determina. São criados com a finalidade de consolidar e manter a estabilidade e coesão das integrações sociais. Daí entender o argumento da autora que sinaliza, que os grandes recursos técnicos e esforços ideológicos da burguesia garantem-na como a maior produtora de preconceitos, assegurando que o saber por ela desenvolvido é sempre interessado.

Ora, a incorporação destes preconceitos poderia marginalizar determinadas mulheres que não se enquadrassem no padrão moral. Martins percebeu esse encadeamento de ideias nas obras do jurista Viveiros de Castro e sintetizou:

(...) ao reforçar o nexo entre crime e comportamento individual em apontar os delitos sexuais como produto da dissolução dos costumes que colocava sobretudo a família sob ameaça de desagregação, introduziu no país um saber médico-jurídico que deveria penetrar todas as instâncias do cotidiano, reconhecendo e opondo condutas “sadias” e “patológicas”. Na realidade, seus estudos revelam, acima de tudo, a inquietação das autoridades públicas e dos intelectuais da época com a existência de uma multidão urbana composta por trabalhadores, “vagabundos” e mendigos, na grande maioria negros e mestiços, bem como com os caminhos mais eficazes para ordenar seus comportamentos (MARTINS 1995, p.7).

Dessa forma, como também percebeu Geraldi (2008), a presença de mulheres que levavam uma vida longe dos padrões sociais esperados era entendida como possibilidade de risco a outros indivíduos. De modo que as “descrições de que essas mulheres ameaçavam a ordem podem ser lidas como uma expressão de tensões sociais mais amplas, envolvendo a massa de homens livres, também apontados como perigosos” (GERALDI, 2008, p. 94).

E neste sentido as descrições da vida da mulher pobre parecem, desembocar na ameaça da mulher decaída, figura que pode ser caracterizada como “assombração que surgia a mínima oportunidade” (FONSECA, 1997, p. 528) e que, na prática, acabava

por servir como instrumento de distinção entre as moças burguesas e as moças populares.

As relações de trabalho se destacam neste sentido. A mulher trabalhadora, não era admirada e nem seria honrada por ser boa trabalhadora, fato que ocorria com os homens. Como nos lembra Fonseca (2007), o que ocorria era oposto, ao ser trabalhadora, deveria provar sua honra e defender sua reputação contra qualquer tipo de poluição moral que poderia estar presente em seu ambiente de trabalho. Seu trabalho era apresentado como suplemento à renda masculina, não sendo considerado profissão. Sua profissão não recebia nome específico, era ocultado e minimizado em conceitos gerais. Só apareceria em maior detalhe se fosse intenção destacá-lo em termos negativos.

Ora, não é novidade para a história que mulheres populares trabalhavam, mas para o discurso jurista no período estudado, “o simples fato de trabalharem torna verossímeis as alegações de ‘esperteza’, independência ou a viabilidade de que um terceiro (colega ou simples transeunte) seja o verdadeiro autor da ofensa.” (FAUSTO, 1984, p. 188). O trabalho, inclusive, impediria a mulher ser *boa mãe*, uma vez que o controle sobre a vigilância dos filhos (em especial se fossem filhas) era uma característica importante para o comportamento desejável.

Assim também ocorria com o fato de terem salário, circunstância que fazia com que as mulheres se tornassem “ameaça” para os homens, pois estariam substituindo seu papel de provedor do lar. Além disso, as próprias relações de trabalho não se ajustavam à ideia de recato feminino.

De fato, a integração social da moça pobre não está relacionada à noção de recato feminino, tão cara ao comportamento dito adequado que se tentava implantar. Se sair sozinha era uma conduta condenável, mulheres que saíam a trabalho não estavam perdoadas.

Pode-se perceber também incompatibilidades presentes na forma de lazer das populares. Mulheres que tinham seu lazer no espaço público, fugiam aos padrões morais defendidos pelos juristas. Como lembra Esteves (1989), hábitos de frequentar festas populares e, especialmente, o carnaval, eram fatores que mostravam a falta de honestidade das moças. O lazer das mulheres deveria ser enquadrado no âmbito privado, jamais público. Se para muitas jovens de classe abastada era, em certa medida, fácil a tarefa, para moças populares, que já tinham contato com o mundo público,

especialmente por conta do trabalho, e uma vida privada limitada a espaços reduzidos das habitações populares, não era tão fácil.

Dessa forma, atitudes cotidianas vividas pelas mulheres eram o fator primordial para sua tipificação, ora associada ao comportamento de mulher honesta, ora como mulher decaída. As relações cotidianas de sobrevivência de muitas jovens populares, faziam com que as ofendidas não fizessem parte das consideradas mulheres de conduta honrosa, nos lembrando que havia embutido na estereotipação simbólica, a marca de um cotidiano próximo aos valores da elite da época.

Voltando aos argumentos de Heller (2011) percebemos que o conceito de estereótipo é estabelecido por meio de ultrageneralizações que, por sua vez, são um juízo provisório, ou uma regra provisória de comportamento. De maneira geral, os homens costumam-se orientar-se num complexo social dado por meio de normas e de estereótipos. “Todo preconceito dominante ou relativamente generalizado, porém, apresenta via de regra um ‘núcleo’ estereotipado(...)” (HELLER, 2011, P. 71).

De fato, o cotidiano da mulher deveria estar de acordo com a moral sexual, moral que ganhava novos contornos, funções e muita importância no período estudado. Nas palavras de Gusmão,

A moral sexual é a base, o substractum de todo o edificio da moral, ou, antes, é sua viga-mestra; ela se dilui, se mescla, invade e influencia, mais ou menos direta ou indiretamente, mediata ou imediatamente, em forma inicialmente propulsora ou reflexa, todos os mais campos da moral social (GUSMÃO, 1981. p. 71).

Pode parecer estranho à primeira vista, que um assunto íntimo e teoricamente privado como a primeira relação sexual, fosse julgado de forma pública. Mas a própria classificação de crime sexual pelo Código Penal de 1890, vigente durante o período estudado, sugere uma resolução para o estranhamento.

De acordo com o Código Penal de 1890, os crimes sexuais, se enquadravam como “*Crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias*”. Essa honra, conforme o discurso jurista estabelecia, tinha lugar definido, estava relacionado com a virgindade. Neste sentido, conforme aponta Perrot (2010), a família não se configura apenas um patrimônio, mas também como “capital simbólico de honra” (p.266). A virgindade seria então a localização da honra feminina, conforme sugeria o discurso moral dominante. Sendo assim, a virgindade enquanto honra, tornava-se uma obsessão familiar e social. “Ou seja, a vigilância da sexualidade da mulher se tornou o objetivo da

lei, e com isso, acreditava-se na preservação da família como base da ordem social” (GERALDI, 2008 p.58).

Não é toa que “a mulher se confunde com seu sexo e se reduz a ele, que marca sua função na família e seu lugar na sociedade” (PERROT, 2007, p. 64). Seu sexo deve ser protegido, fechado e possuído por outra pessoa.

Nas palavras de Soihet, a localização da honra feminina tinha lugar preciso:

A honra da mulher constitui-se em um conceito sexualmente localizado do qual o homem é o legitimador, uma vez que a honra é atribuída pela ausência do homem, através da virgindade, ou pela presença masculina no casamento. Essa concepção impõe ao gênero feminino o desconhecimento do próprio corpo e abre caminhos para a repressão de sua sexualidade (1997, p. 389).

Ora, como podemos perceber, *A diferença das distancias* deveria *converter-se em respeito*²⁹. Logo, o respeito da moça estaria localizado na distância com o gênero oposto. Tal localização, como bem lembrou Soihet (1997) na citação acima, determina o homem como legitimador ao se tornar o ponto de referência da “honestidade feminina”.

Se é o homem quem legitima, e se cabe à moça estar distante deste homem, a relação da mulher com a própria honra é uma relação distante. Enquanto “apanágio do marido ou da família” seria atributo imposto, não pertencente à mulher. Assim, é possível entender como esta “concepção impõe ao gênero feminino o desconhecimento do próprio corpo e abre caminhos para a repressão de sua sexualidade” (SOIHET, 1997, p. 389).

Podemos encontrar evidências neste sentido ao longo do decorrer dos Processos, em especial quando se consideram os exames de *corpo delito* ao qual as ofendidas eram expostas. Era a forma médica de que dispunham os ilustres juízes para averiguar a virgindade do corpo e também a dignidade dos sentimentos.

Em cada um dos seis Processos analisados aparece o exame como confirmação, sobretudo, dos bons hábitos da ofendida. Pois, mais que confirmar uma desvirgindade caberia ao exame responder a várias outras perguntas que pouco variava de um Processo ao outro. Dentre essas perguntas a que mais significado tinha ao longo do documento era a segunda: *É recente ou antigo?*

Responder essa pergunta tinha um grande significado ao longo do Processo-crime: revelaria se havia ou não virgindade imediatamente anterior à relação sexual com o ofensor. Dessa forma, era interessante porque poderia sugerir que a ofendida já tivesse

²⁹ “A Virgem”, autor anônimo. Jornal de Piracicaba – 26 de agosto de 1900.

sido deflorada por outro. Embora não tenha ocorrido nenhuma confirmação disto nos Processos analisados, certamente era uma ameaça constante que aparecia à mínima oportunidade.

No entanto, a comprovação da virgindade, que era assunto médico, era também verificada por não médicos. Lucio³⁰ acreditava poder ter percebido, durante a relação sexual, que não foi o autor do defloramento, pois pode notar *perfeitamente* que Gertrudes já tinha tido relações sexuais com alguém, visto ter o *canal vaginal perfeitamente dilatado* (imagem 9). É interessante perceber que conforme destaca Caulfield (2000): “A maioria dos homens parecia absolutamente confiante em suas técnicas de verificação da virgindade” (p.214).

Notamos com isso, como explica Fausto, que o poder oficial também ganha dimensões sobre o corpo da mulher, já que a honra, questão central que estava sendo julgada, poderia ser traduzida no caso das mulheres, como virgindade. Tal associação teria feito com que o hímen peça anatômica de preocupação central, tornasse o símbolo material de uma abstração, em torno do qual se estruturam imagens sociais. Caberia então conservar o “selo” (1984, p. 181).

A responsabilidade da família para a preservação da honra da mulher é descrita por Fonseca:

Enquanto, depois de ‘desvirginada’, a menina arca quase sozinha com as consequências de sua ‘culpa’, antes da ‘perda’ sua proteção é vista como a responsabilidade de outras pessoas, para justificar a autoridade destas sobre ela. A necessidade de defender a pureza das meninas vem repetidamente à tona nas disputas jurídicas que percorremos. Zelar pela virgindade das moças parecia ser um argumento de peso que qualquer adulto podia acionar (FONSECA, 1997, p. 530).

Dessa forma podemos entender como um assunto tão íntimo e teoricamente privado vinha a público nos crimes de defloramento. Crime de inegável popularidade, pois como nos lembra Caulfield (2000), estava entre os crimes mais comuns até 1940. Martins chega a considerar, analisando documentos jurídicos, que talvez “nenhum outro aspecto da vida cotidiana tenha despertado mais interesse de intelectuais, políticos, reformadores sociais e órgãos públicos brasileiros” no contexto do final do século XIX, “do que as práticas afetivos-sexuais elaborados pelos indivíduos dos chamados ‘grupos

³⁰ Lucio Medeiros (e Gertrudes Ferreira), 1905. doc. cit.

sociais subalternos” (1995, p.5) e considera que um motivo pode ser sua instrumentalidade.

Para a conservação da virgindade o autocontrole da moça não bastava, era recomendada a necessidade do controle externo. Daí a importância dada à vigilância sobre os filhos (especialmente filhas). Assim, para a sua conservação o domínio privado não bastava.

Investigando sobre a ideia de confinamento feminino, Rago salienta que o próprio movimento operário, “atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar” (1985, p. 63). Conclui a autora que, em prática, o discurso operário, a legislação trabalhista e a ideologia burguesa se aproximavam ao pensar a mulher da mesma forma e ao tentar levá-la de volta ao lar. Em suas palavras,

Do mesmo modo que os industriais e os poderes públicos, o movimento operário participa do movimento que define o lugar da mulher na sociedade, privilegiando a esfera sagrada e privilegiada do lar, construindo e impondo uma identidade que também as mulheres aceitaram ao interiorizarem a representação masculina e burguesa de sua figura (p.70).

Também não podemos desconsiderar a “ajuda” dada pelos representantes da lei, que logo abaixo dos relatos assinavam *lido e achado conforme pelo subdelegado*. Pode-se supor como destaca Esteves (1989) e Caulfield (2000), que em certa medida, como constatado pelo uso padronizado de certos conceitos, que os interrogadores da polícia acabaram por ajudar as ofendidas a compor seu discurso. Nas palavras de Caulfield,

(...) a repetição padronizada de muitas das descrições dos primeiros contatos sexuais, juntamente com o uso de uma linguagem técnica, como ‘introduziu seu membro viril’, ‘vagina’ e ‘deflorar’, sugere que os interrogadores da Polícia ‘ajudaram’ as moças a relatar suas experiências (2000, p.231).

Apesar destas considerações não se pode desconsiderar a utilização dos Processos judiciais, ainda que sejam um texto oficializado e com ajudas dos escrivães, para a aproximação do cotidiano popular ou o seu código alternativo de comportamento. A pesquisa trabalha com a ideia de *Circularidade da cultura*, de modo a considerar que, tanto o discurso jurista quanto o popular, podem ser percebidos nos discursos dos diversos agentes que teceram os Processos. Também é possível evidenciar a linguagem poética e religiosa presente no poema que está em epígrafe, como tentativa de difusão (e em certa medida como reapropriação) do discurso jurídico nos meios populares.

Ora, valeria perguntar o porquê muitas meninas perdidas iam à justiça dar queixa apesar das grandes diferenças que mantinham com o discurso jurídico? Martha de Esteves fez pergunta semelhante:

De todos estes autos, vistos e revistos', uma pergunta ainda permanece no ar: se muitas moças pobres da cidade do Rio de Janeiro viviam uma moralidade diferente da que se pretendia impor através do aparato policial e jurídico do início do século, por que procuravam aquele aparato, apresentando uma queixa que, para os mais desavisados, poderia resumir-se em vingar a 'honra perdida', sinal de 'desordem' combatido pela política de controle familiar? (1989, p.203).

A resposta mais significativa que se pode encontrar, tendo em vista a bibliografia utilizada, diz respeito à subversão e/ou reapropriação. Para além de simples submissão presente nos valores morais dominantes, pode-se encontrar a reapropriação e a subversão nascentes na incorporação desse discurso, que não necessariamente estariam ligadas a rupturas, mas a prática de resistência. Chartier nos ajuda a entender melhor essas considerações, em suas palavras:

As fissuras à dominação masculina não assumem, via de regra, a forma de rupturas espetaculares, nem se expressam sempre num discurso de recusa ou rejeição. Elas nascem no interior do consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação é reempregada para marcar uma resistência. Assim, definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra o seu próprio dominador (1995, p.40).

E neste sentido as afirmações de Soihet completam:

O que significa que a aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação (1997, p.82).

Podemos considerar, conforme Caulfield, que:

Portanto, essas jovens não fugiam dos papéis de gênero constituídos social e historicamente. Ao contrário, elas contavam histórias, brigavam com a mãe ou com o namorado e viviam a vida de modo que, mesmo sem contrariar a lógica das identidades masculina e feminina contida nos discursos, redefinissem continuamente esses discursos e, desse modo, subvertessem sua lógica (2000, p.247).

Ora, pode-se argumentar que se “o estudo dos vencidos nos permite compreender melhor os vencedores, compreender porque e como eles venceram” (TILLY, 1994, p.62), permite também procurar evidências de um código alternativo referente a valores

próprios de seu grupo social. É possível, então, procurar qual a visão dos populares sobre determinadas práticas, suas formas de transmissão de saberes e as formas de expressões de sua resistência.

Dentre as contradições possíveis de serem encontradas nos discursos das moças populares a mais lembrada, pela maioria dos autores estudados, é o “mito de passividade”. Esteves (1989), como Caulfield (2000), tanto Fonseca (1997) como Soihet (1997) encontraram contradições a respeito do estereótipo de mulher passiva.

Destacando essas contradições, tanto Esteves (1989) como Caulfield (2000), perceberam a evidência de influência da libido, presentes no discurso de algumas jovens, que acabam por se contradizer com o mito da mulher passiva. Nos Processos-crime da virada do século as autoras não encontraram nada mais que evidências espessas e indiretas. No entanto, tratando dos mesmos Processos entre as décadas de 1920 e 1930, Caulfield percebe que em seus depoimentos as moças populares deixavam escapar uma nova linguagem. “Mas, embora algumas mulheres jovens admitissem que sentiram a pressão da própria libido, o desejo sexual raramente aparecia como o único fator que influenciava na decisão de abrir mão da virgindade”(Caulfield , 2000, p. 237).

Outras evidências de contradições são percebidas por Esteves (1989) e lembradas por Caulfield (2000). Em alguns depoimentos é possível perceber que as posições em suas relações sexuais, contrariam as imagens de passividade presentes no estereótipo de mulher honesta. Há também as contraditórias moças que contam em seus depoimentos que se despiram, ou na maioria dos casos eles as despiram, e mesmo assim suas vestes foram sujas de sangue, como pressupunha o “mito do sangue e da dor” na primeira relação sexual. Outras moças contam que após terem sido defloradas continuaram a passar a noite com o ofensor, situação em que mantiveram mais de uma relação sexual.

Há também, como sugere Esteves (1989), a não passividade de certas mulheres que denunciavam seus patrões³¹ e aquelas que mesmo correndo o risco de perder seu emprego não deixavam de amar, na forma que lhe era possível, ou seja, “perdidamente”. Em suas palavras:

A desobediência às normas dos patrões, dos juristas e dos higienistas demonstra que muitas mulheres pobres pouco tinham de passivas, o que também já vimos em relação aos namoros e relações sexuais, ou de conformadas a determinadas regras e à exploração dos patrões (p.196).

³¹ Como se pode perceber também pelos Processos aqui selecionados e outros presentes no acervo da comarca de Piracicaba.

Como sugere Esteves (1989), enquanto norma o casamento parecia não regular a sexualidade das camadas populares. Ora, as relações sexuais antes do casamento, nas camadas populares, não eram a primeira ou a única norma a ser desrespeitada.

Como nos lembra Fausto:

Apesar da variedade dos relatos, um padrão se desenha, a partir de uma constatação básica que não é demais repetir: o controle da sexualidade feminina através do casamento e da família atravessa todas as classes e categorias sociais, mas não tem o mesmo sentido nem é vivido da mesma forma por cada uma delas (1984, p.224).

Conforme nos lembra Esteves, as nossas mocinhas protagonistas das tramas julgadas, poderiam estar atrás de outras buscas que não aquelas que os juristas supunham que fossem:

(...) buscando responsabilizar o amante por uma gravidez que, assumida sozinha, traria maiores dificuldades na luta pela sobrevivência; desejando realizar um casamento proibido pelas famílias; sendo pressionadas pelos patrões ou pela polícia; tentando não perder um ‘bom’ partido ou mesmo uma paixão. A própria diversidade de motivos explicados nos depoimentos indica que pelo menos, a internalização do dever da honra não era a primeira necessidade na busca pelas reparações, como os juristas gostariam que fosse. (1989, p.203).

É através de pequenas contradições, presentes nos discursos, e das consequentes hipóteses levantadas por eles se pode encontrar a diferença entre prática e discurso. E é de fato esta a forma que existe para pensar como os populares enxergavam suas práticas amorosas, e seu código alternativo como um todo, enquanto formas de transpor o *discurso oficial*, já que “a ideologia burguesa era, sem sombra de dúvida, forte. Mas seria simplista imaginar que todas as pessoas digeriam passivamente as normas oficiais” (Fonseca, 1997, p.531).

Moças da elite também deviam divergir entre o que deveria ser cumprido e o que se cumpria, mas como imagina Esteves: “(...) tinham maiores possibilidades de saber como as aparências eram mantidas. Nossas famosas ofendidas, porém, nem nos discursos camuflam (...)” (1989, p.156).

É importante lembrar que havia pessoas que se esquivavam aos controles legais: namoraram da forma que podiam, juntavam-se sem casar, pariam filhos sem fazer certidão de nascimento, separavam-se sem fazer divórcio. É possível perceber ao longo do trabalho que, embora os populares pudessem perceber as práticas oficiais, não

deixaram de exercer suas práticas populares. Estas nem por isso, deixam de ter regras e compromissos. Dessa forma, as moças populares não deixam de namorar ou de amar da forma que lhes eram possíveis, e que embora soubessem que se referia a práticas alternativas, não deixam de ser legítimas a seus olhos.

Encontram-se várias evidências de que, de certa forma, o discurso oficial não estava apenas sendo incorporado, no cotidiano, mas estava sendo, sim, apropriado na linguagem dos Processos. Por outro lado há evidências que garantem sua reapropriação e a subversão de sua lógica.

Os crimes de defloramento, presentes nos Processos analisados, podem, por outro lado, ser discutidos sob a ótica do processo educativo/formativo das pessoas em sociedade³². Quais seriam suas relações com o processo educativo desenvolvido pelo próprio discurso jurista e alimentado pela moralidade expressa na legislação sobre o crime que envolvia tantos elementos subjetivos. E como estas moralidades aparecem nas ações do executivo, dos policiais, e no próprio decorrer do Processo. E qual o papel educativo desempenhado, muitas vezes à contra mão, pelos diversos agentes sociais, salientando o papel civilizador que caberia à mãe, como *educadora*, desempenhar?

A necessidade de responder às questões sociais, sobretudo no que toca às relações de gênero e papéis femininos no período de transição do Brasil Império para o Brasil República parece ultrapassar a barreira dos âmbitos judiciário e educativo, e muito possivelmente pode ter esbarrado nas formas como as figuras sociais da época estabeleciam suas relações de amor.

Criava-se assim, a partir do discurso jurídico e médico, um estereótipo capaz de envolver um conceito normativo de mulher, no sentido de que estes discursos estavam repletos de comportamentos julgados como adequados. A escolha em trabalhar principalmente com os Processos-crime de Defloramento parte da permissa de que o documento está baseado na possibilidade de perceber indícios do cotidiano popular, uma vez que o crime se baseia num acordo entre noivos e a própria legislação, como já dito, abre margem para elementos subjetivos, chama a atenção igualmente, a função educativa da lei. Já que a grande maioria dos casos os Processos de Defloramento não

³² Uma primeira aproximação foi entre estas moralidades e as propostas educacionais foram estabelecidas na apresentação do texto “Formas de Amar, Práticas Jurídicas e (Re)Educação: Marcas de Experiências Cotidianas e Temporais nos Processos de Defloramento no Início da Primeira República” durante o V Congresso Internacional de História na Universidade Estadual de Maringá (Paraná), 2011.

visavam à punição (a intenção não era levar a prisão), e sim forçar casamentos, no caso de se tratar de uma mulher honesta ou de sinalizar a falta de honra de uma mulher que agia mal. Em resumo, a prática jurídica em relação aos crimes de defloramentos servia como meio de difusão de normas boas e negação de comportamentos que não se enquadrassem nesse padrão e marginalização de condutas cotidianos das classes populares. Seguindo-se a concepção de Gramsci sobre Formação humana considera-se as diversas relações humana como portadoras de intenções educativas a partir da concepção de relação social como relação de colaboração educativa (MANACORDA, 1990). Tal argumentação permite a percepção de que, o discurso jurídico presente nos documentos tinha a intenção de educar os envolvidos.

3. Educação *do e no Espaço Urbano*



Figura 1: Femme et enfant au balcon de Berthe Morisot (1872)

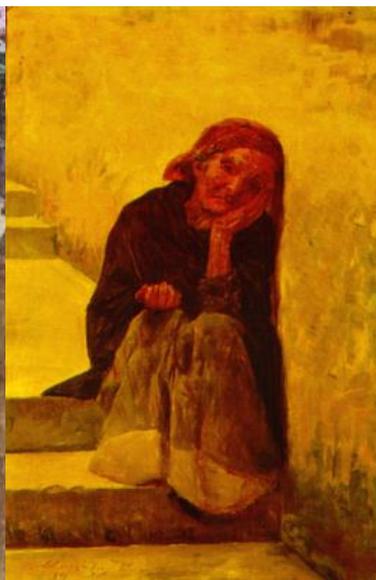


Figura 2: Estudo da Mendiga, de Almeida Junior 1899.

Destacando a história de Claremundo e Maria Angelina³³, *os jovens da mesma cor, ele alto e esbelto, ela graciosa e ardente*, vale dizer que quando foi preciso se defender Claremundo passa a retratar Maria Angelina como uma moça não honesta e se utiliza de uma série de expedientes do espaço público (imagem 10). É importante procurar entender como este era um argumento de grande valor. Ora, a relação sexual ocorreu no campo de futebol, após ela ter lhe chamado às 8 horas da noite nas proximidades do trilho do trem (imagem 8³⁴). Ele e seus amigos, também Praças e testemunhos da falta de honra de Maria Angelina, disseram que ela era moça de costumes fáceis, pois ficava sozinha à janela até altas horas, costumava frequentar bailes, andava sozinha (como no dia em que mantiveram relações) e saía à noite.

De fato, a experiência de viver na cidade pode ser percebida como um aspecto educativo. Entende-se esta experiência como “(...) o encontro da mente com o mundo, no qual nem este nem aquela são jamais simples ou totalmente transparentes”, uma vez que, “além de ser um encontro da mente com o mundo, a experiência é também um

³³ Processo-crime de Defloração. Réu Claremundo Martins. Ano de 1906. Doc. Cit.

³⁴ A imagem de construção do trilho foi encontrada no acervo do IHGP e esta catalogada como sendo do ano de 1906. Muito importante como instrumento de “modernidade” a presença do trem muito envolve os habitantes na cidade. Os escombros da construção podem ser percebidos bem como a obra as casas ao redor. Por ali perto passava Claremundo, que contornava o trilho e seguia caminho para o quartel. Na imagem pode-se ver o processo de construção envolvendo trabalhadores em ação, um homem que observa, quem sabe um chefe da obra ou um expectador assim como o menino que muito próximo observa o trabalho.

encontro do passado com o presente” (GAY, 1988, p. 19). Como se pode perceber, as mudanças no espaço da cidade que surgia impõe à população, mesmo a residente no campo, novas formas de se portar no espaço público e privado. Afinal, como considera Benjamin (1985) “habitar significa deixar rastros” (p. 38). Neste capítulo procura-se argumentar de que modo podemos perceber o novo traçado do espaço urbano como espaço educativo.

Afinal, como argumenta Hadler “o número maior de novidades presentes nas cidades brasileiras, permeadas pelo avanço desse processo de modernização urbana, permite que nos perguntemos pela natureza dessas experiências urbanas que estão se constituindo historicamente” (2007, p. 134).

Até 1930 o Brasil era basicamente um país de economia agrária, mas a cidade se convertia, cada vez mais, em centro dos negócios cafeeiros. A abolição da escravidão e o crescente processo de imigração iniciados nos fins do século XIX favoreceram o desenvolvimento das cidades. Durante este movimento de desenvolvimento os membros da elite cafeeira tornavam-se os principais investidores nas atividades urbanas. Embora o grande interesse do Estado fosse os agroexportadores, o desenvolvimento de indústrias que redesenhavam as cidades já se apresentava como uma realidade.

Logo percebemos como aponta Terci (1997) que Piracicaba se inclui no movimento de normatização do espaço, também perceptível em várias cidades do Brasil como Rio de Janeiro e São Paulo. No mesmo sentido, o conceito de Doin (2007) sobre o termo *Belle Époque* Caipira colabora para aproximação das mudanças de cotidiano e visões de mundo, considerando que as medidas normativas tornavam a palavra progresso como movimento inevitável que se relacionava com as ações dos cidadãos. Bresciani (2004) propõe um diálogo interessante sobre indivíduos e cidade e auxilia nesta aproximação.

O período de transição do século XIX ao XX é marcado por várias medidas de intervenção no espaço público de Piracicaba, desejosas de difundir no espaço da cidade a modernização que pediam as elites cafeeiras (cf. BASSO; GUARASEMINI³⁵, 2012). Tais intervenções modificavam as experiências dos cidadãos nos espaços da cidade e impunha novas posturas.

³⁵ Pesquisa desenvolvida com análise do Relatório da Câmara Municipal no triênio de 1890-1901 pertencente ao acervo CEPEME/UNIMEP e Jornais como J. de Piracicaba e Gazeta entre 1880 – 1910 pertencentes ao Acervo da Biblioteca Municipal de Piracicaba.

A produção cafeeira, o desenvolvimento da indústria e do comércio, bem como o desenvolvimento das cidades, com o crescimento da população urbana modificam rapidamente o cenário. Estas mudanças, para além das estruturadas, envolvem reformulações de novos modos de agir, de comportamentos e de valores, sendo também emergentes os problemas sociais, os quais passam a ser vistos, no período, pelo viés do controle policial.

Até 1930, como já mencionado, o Brasil continuou a ser um país agrícola, mas a cidade se convertia no centro dos negócios cafeeiros controlados por medidas governamentais de valorização do café³⁶. Foi justamente o café que passou a ser o eixo da economia e constituição da base inicial da urbanização e do surto industrial. É época também da absorção da mão de obra imigrante e da abolição da escravidão (acelerada em 1871 pela libertação do ventre escravo e completada em 1888 pela abolição total) e de aceleração do processo de imigração. O Estado de São Paulo esteve à frente de um processo de desenvolvimento capitalista, caracterizado pela diversificação agrícola, urbanização e o surto industrial. “O café continuou a ser o eixo da economia e constituiu a base inicial desse processo” (p.282). Em geral todas as cidades cresceram, mas o maior salto se deu na cidade de São Paulo. Segundo Carvalho (1998), entre 1880 e 1920, quase dois milhões de imigrantes, a maioria italianos, entraram em São Paulo, alterando profundamente a demografia, a economia e a sociedade do Estado. Mas, precisamente, como argumenta Fausto (2010), a grande arrancada se deu “entre 1890 e 1900, período em que a população paulista passou de 64.934 para 239.820 habitantes, registrando uma elevação de 268% em dez anos, a taxa geométrica de 14% de crescimento anual” (p.286).

Entretanto não era apenas a capital que ganhava destaque no cenário econômico brasileiro, mas o estado de São Paulo como um todo se tornou o principal destino da imigração europeia. Geraldi (2008) informa que de uma população de aproximadamente 1.384.753 habitantes em 1890 e quase se dobro na década seguinte, contando com cerca de 2.282.279 habitantes.

Neste movimento de desenvolvimento das cidades os membros da elite cafeeira tornavam-se os principais investidores de atividades urbanas. Embora o grande interesse

³⁶ Visando garantir a renda da cafeicultura, surgiram no Estado de São Paulo durante o começo do século XX, vários planos de intervenção do governo no mercado cafeeiro, que culminou em 1906 ao Convênio de Taubaté. Para mais informações ver Fausto, 2010, p. 266.

do Estado fosse os agroexportadores, estiveram em consonância com o desenvolvimento de indústrias que redesenhavam as cidades.

É período também em que ocorre a separação entre a Igreja e o Estado, é oficializado o registro e o casamento civil, os cemitérios são secularizados, libera-se a prática pública de outras religiões quebrando-se o monopólio até então exercido pela Igreja Católica sobre a vida do cidadão. As invenções técnicas, no período, introduziram pequenas revoluções nos hábitos da população dos principais centros urbanos: o telefone, o gramafone, o cinema, a máquina de escrever, o bonde elétrico, o avião brasileiro triunfante no Rio de Janeiro.

É o período do ponto alto de investimento estrangeiro, sobretudo inglês, em ferrovias, navegação, serviços urbanos e comércio e mesmo na valorização do café. “A nova visão da ideia de progresso dá ainda maior ênfase a ciência e a técnica como fatores de transformação social”. Isto se deve a dois fatores: um o próprio avanço da ciência, pelas novas descobertas na física, na biologia, na engenharia mecânica; dois, e pela especificidade brasileira onde é possível constatar o surgimento de um grupo social urbano e educado que se sentia sufocado na sociedade escravista e rural. Neste contexto espalha-se pelo Brasil um grupo crescente de “engenheiros civis, geógrafos, médicos sanitaristas, higienistas, legistas e criminólogos que acreditavam na possibilidade de usar a moderna fisiologia na análise e tratamento dos delinquentes” (CARVALHO, 1998, p. 109). “Era a época em que o ministro das Relações Exteriores, Rio Branco, procurava exibir ao exterior um País com cara branca e européia” (CARVALHO, 1998, p. 102).

Durante o governo de Campos Sales, os parques e jardins do Palácio do Catete foram abertos ao público. Substituindo Campos Sales, o conselheiro Rodrigues Alves³⁷, paulista de Guaratinguetá, assume com um propósito: fazer do Rio de Janeiro o cartão de visitas que atrairia o capital estrangeiro. De fato, como se sabe é a partir das últimas décadas do século XIX que o Rio de Janeiro e São Paulo, então polos dinâmicos da economia nacional, conheceram um intenso processo de urbanização que alterou profundamente a fisionomia dessas cidades. Conforme Luca, com o “crescimento populacional, surto industrial, instalação de serviços de utilidade pública, criação de

³⁷ De 1892 a 1896 foi presidente de Minas Gerais, quando deu início às obras de construção de Belo Horizonte, que viria ser capital substituindo Ouro Preto. Foi vice-presidente da República no governo de Rodrigues Alves. E quando foi indicado à presidência tinha 58 anos de idade. Foi presidente entre 1902 e 1906.

uma infra-estrutura ferroviária e portuária, bancos, casas de importação e exportação, companhias de navegação e seguradoras” (2003, p. 46). Pereira Passos e Antônio Prado, “Hausmanns locais”, derrubaram e redesenhavam a cidade buscando contemplá-las com os emblemas da modernidade, que não se expressavam apenas nas grandes obras públicas, “antes impregnavam o cotidiano, povoando-o com artefatos novos, maravilhas da ciência que, de forma sutil, porém definitiva, inauguravam outra sensibilidade e alteravam valores, comportamentos, papéis e relações sociais” (LUCA, 2003, p. 46). Nesta perspectiva os bondes, carros, trens, aviões, telefones, fonógrafos, gramofones, cinematógrafos, revistas, jornais implicavam outra dinâmica à vida, “encurtavam distâncias, transformavam os modos de percepção, esfumavam as fronteiras entre o real e o fictício” (LUCA, 2003, p. 46).

E assim, ao lado da remodelação arquitetônica, também se dava uma verdadeira guerra sanitária, levada a cabo pela lanceta de Oswaldo Cruz. Disposta a dar fim ao pesadelo da varíola e de outras doenças contagiosas que assolavam, endêmica ou epidemicamente, a capital nos verões – obrigando as boas famílias a se refugiar nas serras, sobretudo em Petrópolis -, os administradores da cidade lançam a campanha da vacina obrigatória. Para Carvalho (1998) esta foi a mais espetacular missão urbana de saneamento da cidade do Rio de Janeiro. Um novo porto foi construído, ruas foram alargadas ou abertas, centenas de casas demolidas. Uma avenida rasgou o ventre da velha cidade colonial expulsando gente, alterando o transporte, mudando a cara da cidade. “O prefeito Passos quis ainda mudar os hábitos da população para que a cidade também nisto se parecesse com o modelo parisiense”. Para isso recolheu mendigos, mandou tirar vacas e cães das ruas, proibiu cuspir nas ruas e dentro dos veículos. Oswaldo Cruz, empregando as novas descobertas da pesquisa médica e biológica, atacou a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Neste contexto, brigadas sanitárias percorreram a cidade inspecionando, limpando, desinfetando, mandando reformar ou derrubar casas. “Sua ação culminou com a introdução da vacina obrigatória contra a varíola que levou à revolta popular de 1904. Era a euforia: o Rio civiliza-se” (CARVALHO, 1998, p. 112).

Neste contexto uma revolta popular tomou conta da cidade por uma semana, pondo em risco a estabilidade do governo. Partes da cidade foram tomadas pelos rebeldes que ergueram barricadas que lembravam as revoltas parisienses do século XIX. Segundo Carvalho (1998) “mesmo setores que poderiam ser considerados modernos,

como os operários das fábricas de tecidos, aderiram. Setores chamados marginais, como ambulantes, capoeiras, malandros, prostitutas, formaram a linha de frente da luta” (p. 117). O avanço do Estado na regulamentação da vida das pessoas foi uma das causas mais frequentes de revoltas populares, sobretudo porque ele se dava sem a contrapartida do aumento da participação política. “Foi assim nos casos da introdução do sistema métrico, do sorteio militar, do recenseamento do casamento civil e da vacinação”. No último caso, como vimos, o esforço de regulamentação ia muito além da vacina, “incluía a maneira de construir as casas, o tratamento dos doentes, o modo de se comportar e vestir em público” (p. 118).

Ainda segundo Carvalho (1998) as revoltas no Rio de Janeiro podem evidenciar que a força da tradição não se limitava ao interior, como pensava Euclides da Cunha, mas também estava presente na cidade mais cosmopolita do País. Buscou-se uma nova descoberta do Brasil que se escondia no interior, o que aconteceu segunda década do século, segundo Carvalho (1998) graças ao que se chamou o *movimento sanitaria*, liderado por alguns médicos preocupados com a saúde pública. Estando muitos convencidos de que a saúde era o principal problema nacional, envolveram-se em campanhas que os levaram ao interior do País, inclusive às zonas mais pobres.

As propostas e transformações urbanas tornavam-se para a opinião pública – jornais e memorialistas – uma inspiração de modernidade e civilização, ideias presentes também no cotidiano das cidades. No entanto as cidades enfrentavam problemas com as contradições entre uma política constante de higienização e modernização dos costumes como comer, banhar-se, morar, etc. e obstáculos reais de manutenção da organização pública. Sustentado e inspirado na modernização, um mundo marginal constituiu-se, fazendo emergir novos personagens urbanos como ladrões, punhuistas, vigaristas, vadios, bêbados, prostitutas e mendigos. Estas figuras transformavam a paisagem urbana em algo cada dia mais desconhecido e assustador aos olhos de médicos, políticos, juristas e reformadores sociais que pretendiam ordená-la. Tornando-se, como argumenta Martins (1995), laboratórios de observação, esses agentes sociais produziram em relação àqueles imagens extremamente contraditórias. De um lado estavam a instalação de novos sistemas de iluminação, de saneamento básico e de transportes; além da busca de novas formas de lazer e prazer, fazendo com que o espaço urbano fosse representado como emblema da modernidade e do progresso. De outro lado, porém, as agitações operárias, a concentração da pobreza e a exposição pública do

trabalho sustentaram, no plano do imaginário, a emergência de imagens das cidades como símbolos do “caos, locais de ajuntamento, nas áreas centrais e em cortiços insalubres, de uma multidão miserável e indisciplinada capaz de esconder, em suas entranhas, o vício, a doença e o crime” (MARTINS, 1995, p. 77). Somados, estes ingredientes acabaram promovendo mudanças radicais nas concepções e práticas da saúde, bem como na noção e abrangência da criminalidade.

Respaldadas na noção de ciência como fundamento do progresso, os diferentes desvios passaram a ser crescentemente separados e classificados, intensificando o desejo das elites e dos poderes públicos em aprofundar estratégias de controle das camadas populares, vistas como produtores de prostitutas, vadios, bêbados, moças perdidas. Dessa forma, “ser preso por vadiagem não era privilégio de poucos brasileiros no início do período republicano” (GARZONI, p.11). No Rio de Janeiro, então capital do país, esse era um dos motivos mais recorrentes das prisões de muitos trabalhadores pobres, em grande parte negros ou mestiços, envolvidos com ocupações provisórias e instáveis.

Piracicaba possuía, segundo estatística organizada pelo tenente-coronel a António de Paulo Leite Filho, informação veiculada pela *Gazeta*, 42 ruas, 23 paralelas e 19 perpendiculares, 12 largos ou praças e quatro ruas não edificadas. As ruas mais populosas da cidade eram: Direita com 241 casas, Comércio com 171, rua Prudente de Moraes com 159, rua Alferes José Caetano com 108, e 13 de Maio com 100 casas. Já as menos edificadas eram: a rua Um com 10 casas, a do Salto com 8, a rua Três com 8 casas, a rua Cinco com 2 e a rua Nova com 1 casa. Muitas outras ruas são importantes para este trabalho como a rua Moraes Barros (imagem 1³⁸), Boa Morte (imagem 2³⁹) e a rua do Rosário, mas que se caracterizavam como medianas em número de habitantes.

³⁸ A imagem da Rua Moraes Barros foi publicada no Relatório da Câmara de 1915 e segundo informações data-se de uma fotografia de 1910. Nela observados trajeto de parte da rua, casarões e lojas ao redor da rua, algumas árvores compunham o cenário da rua. Vários habitantes estavam transitando na rua no momento da foto, possivelmente era uma rua de grande movimento. Observando os habitantes percebe-se a presença de pedestres andando na via para carros, talvez um menino observando uma construção, mulheres próximos a um edifício, senhores ao lado de carroça com cavalo. A esquerda o percebe-se um homem, acompanhado de uma mulher (ambos bem trajados) e talvez acompanhados de duas crianças, uma no colo da mulher e outra próxima a mulher mas em pé.

³⁹ Esta imagem compõe o acervo do IHGP e data de 1905. A fotografia expõe a Rua Boa Morte e a presença de indivíduos nela. Em geral a rua é formada por construções baixas, mas ao lado esquerdo é possível se ver o que talvez seja a torre do Colégio Piracicabano e mais a ao longe a construção que pode ser o Colégio Assumpção. A esquerda vemos 3 homens, um em carroça, outro a pé e outro à cavalo. Atrás deles talvez passe pela rua uma mulher. Ao longe mais um homem observando as construções. Já a direita percebe-se a presença de crianças e alguém, talvez com mais uma criança no colo sentado na sarjeta.

Conforme indicação de 3 de fevereiro de 1887 a delimitação do perímetro urbano estendia-se entre a:

 ponte sobre o rio Piracicaba, no Salto, margem esquerda; ponte sobre o ribeirão do Enxôfre, na rua do Porto; portão da Boa Morte; extremo da rua do Comércio até a última casa existente do lado de cima; alto do espigão do Bairro Alto, até a casa de Zeferino Bacchi; caixa de água da Empresa Hidráulica, até o portão do isolamento e ponte sobre o riacho que vem da chácara do Bibiano da Costa Silveira, no caminho que vai à fazenda São João da Montanha (GUERRINI, 2009 p. 281).

Nas vésperas dos ventos de 1900, Piracicaba, segundo Relatório da Câmara da Comarca, tinha dispostas em suas ruas, varridas duas vezes por semana, por volta de 2.092 casas para 11.060 habitantes que pagavam, de acordo com o artigo de Posturas de 1889, imposto “de frente de casa” apenas nas ruas iluminadas. Iluminada por luz elétrica, a construção da nova ponte do rio Piracicaba (imagem 3⁴⁰) foi reportada pela *Gazeta* em 24 de fevereiro de 1895, nesta também se destacava o consumo de 274 toneladas de ferro provenientes de uma casa de Liverpool e o nome da chefia em sua execução feita pelo engenheiro italiano Paulo Alfredo Polto.

Em cada quarteirão central havia iluminação pública, ainda à querosene, contando com 3 lâmpões espalhados e 2 em cada esquina iluminando a passagem de quem por lá passava. O maior número de pessoas se concentrava, no ano de 1899, na faixa de 10 a 20 anos, somando 2.519 habitantes. De 1 a 10 anos havia cerca de 2.316 habitantes, entre 20 a 30 anos, calcula-se 2.174; de 30 a 40, 1.978; de 40 a 50, 979; de 50 a 60 contavam-se 718 moradores; entre 60 a 70, 261 pessoas; de 70 a 80, havia 75; já entre 80 a 90, havia 13 habitantes, de 90 a 100 havia só 6 e de 100 a 110 havia apenas um cidadão. Vida longa parecia desejada, em nota do jornal *Gazeta* que noticiava o falecimento na fazenda Santa Rosa do preto Ricardo que aparentemente contava com a avançada idade de 130 anos.

Dos 3.006 estrangeiros moradores na cidade, neste período, conforme indica o relatório da Câmara, 2.064 eram italianos, 387, espanhóis, 225, portugueses, 129, alemães, 102, árabes, 23, belgas, 18, austríacos, 14, suíços, 11, argentinos, 15, franceses, 6, africanos, 4, ingleses, 3, russos, 2, dinamarqueses, 1, escocês, 1, holandês e

⁴⁰ Esta imagem faz parte do acervo do IHGP e esta datada como sendo de 1875, de forma que possivelmente corresponde ao período em que ainda não havia iluminação elétrica. Em geral as construções estão distantes e a presença de área vegetal é grande. Em muitos processos-crime da época a presença da ponte e as proximidades do rio são retratadas e em geral guardam no período característica de lugar “perigoso”.

1, polaco. Com o decreto do governo provisório da República permitindo a adoção da cidadania brasileira, grandes festejos populares foram realizados em Piracicaba no dia 1 de Janeiro de 1890. Havia “bandas de música, discursos, meninas representando as diversas colônias estrangeiras da cidade, foguetes e povo – cerca de 4.000 almas, segundo a imprensa citadina” (GUERRINI ano p. 188).

Por sua vez, em 1888, o jornal *Gazeta* noticiava que havia na cidade, 2.107 casa em 58 ruas e largos, citando os apontamentos geográficos e históricos de Manuel de Moraes Barros e Prudente de Moraes Barros. Já Guerrini (2009) informa que havia na cidade, em 1883, por volta de 15.738 habitantes, mas vale destacar que entre esses: 5.339 eram escravos. Merece destaque a presença do cemitério com uma parte para acatólicos (metodistas, judeus e outros). Fato curioso é que durante a arborização de um desses largos e praças em julho de 1888 foi descoberto pelo jardineiro de Luiz de Queiroz no Largo da Matriz uma ossada humana.

De fato esses dados, às vezes divergentes, apontam números que devem ser aqui percebidos como forma de se classificar os indivíduos e a cidade. Não cabe procurar questionar quais dados nos parecem mais verdadeiros, mas sim, perceber sua construção. Ora, os dados que apontam que mais da metade da população piracicabana já sabia ler próximo, à década de 1900, ainda que não houvesse distinguido a população em idade escolar nos da a impressão de que havia mais pessoas, de outras camadas sociais, que não estavam sendo somadas a este número. Ou ainda que se queria, com o relatório, apresentar uma cidade com maioria letrada, ou destacar os avanços da escolarização na cidade. Percebemos que a classificação de imigrantes não inclui os norte americanos, ainda que conforme veremos, já havia sido instalado uma escola na cidade, o Colégio Piracicabano por meio de missionários norte-americanas. Outra tentativa de classificação ocorreu no dia 6 de maio de 1895 quando uma lei municipal autorizou a Intendência, por meio de concurso, a adquirir placas esmaltadas, quantas fossem, para nomenclatura de ruas e largos da cidade, bem como para a devida numeração das casas. Com o intuito de facilitar as reclamações de postos de luz que não acendessem, ou não tivessem intensidade de luz, a *Gazeta* pediu, em outubro, a Luiz de Queiroz, que numerasse os postes. Resumidamente os dados aqui descritos indicam a intenção de se normatizar o espaço da cidade em função de moderniza-la.

Em 1883 foi proposto um projeto de iluminação à querosene para a cidade que, não solucionou os problemas da população de modo que em 1890 esperava-se pelo

melhor resultado do projeto proposto por Luiz de Queiroz de iluminação elétrica para as ruas e praças da cidade. Tempo depois, em 2 de agosto de 1893, como aponta Guerrini (2009), com excelentes resultados, a iluminação pública à eletricidade estreava suas primeiras experiências sendo iluminados os largos da matriz e do teatro, o jardim público e parte das ruas Prudente de Moraes, São José, Alferes José Caetano, Direita, do Comércio, da Glória, 13 de Maio e Santo António tendo inauguração oficial em 6 de setembro do ano corrente. No final de março de 1895 dava-se a notícia de que a Câmara Municipal se responsabilizaria pela dívida de 250 contos contraída em duas parcelas por Luiz de Queiroz para fazer face às grandes despesas das obras de iluminação elétrica na cidade, tanto pública como particular.

Animada pelo momento de modernizações, sinaliza-se que em 4 de outubro 1898 houve festiva inauguração de serviços de construção da rede de esgoto que começou na rua do Porto, subindo a rua da Direita. A mesma animação também foi sentida na notícia divulgada em 31 de janeiro de 1900 pelo *O Popular*, dizendo que o delegado de polícia da cidade iria mandar construir um banheiro na cadeia pública.

O grande baile de 6 de janeiro de 1886 ainda deveria estar na memória dos habitantes marcando época pelo luxo e esplendor do baile que trazia a inauguração do Clube Piracicabano. Grandes bailes parecem invadir o cenário, neste período, pois em janeiro de 1889 um *Curioso* afirmava pelo jornal *Gazeta* que na cidade, no ano de 1888, havia sido gasto nos seus três clubes a importância de 10:440\$000 em despesas com bailes.

Um ano depois, sabemos que alguns cidadãos de Piracicaba podiam beber cerveja das três fabricas de cervejas da cidade (Jacob Wagner, Sachs&Filho, Manoel Barbosa Gomes) que estabeleceram neste ano, em acordo, o preço de 18\$000 por cem garrafas. Passados mais de dez anos, por meio de anúncios podemos considerar que havia em Piracicaba cerca de 6 fábricas de cerveja, e os proprietários, em novo acordo, agora em 1899, decidiram passar a vendê-la por 3\$5000 a dúzia.

De fato, Piracicaba já se mostrava com um quadro complexo. Como sugere Doin et all (2007) é possível perceber que o fenômeno urbano no Brasil, transformando vilarejos em complexas tramas, se acentuava desde meados do Império. Este movimento ganhará mais força com a abolição do tráfico de escravos e a liberação desse capital comprometido com o comércio de cativos, bem como com a hegemonia da produção cafeeira e a intensificação da imigração, momento em que se inicia o

desenvolvimento das cidades no “Brasil Caipira”, especialmente na porção interiorana do mapa paulista, mediante o que já foi chamado de ‘modernização conservadora⁴¹’ (p. 92).

Segundo sua argumentação seria,

A partir de meados do século XIX, por conta das plantações de café o Brasil caipira se transformaria num espaço capaz de coadunar tais características com um profundo gosto pelo moderno e por toda a materialidade e simbolismo que o envolviam e que eram experienciados na Europa como marca de um novo tempo, ou melhor, daquilo que era tido como o melhor dos tempos: a *Belle Époque*. (DOIN et all, 2007, p. 94)

Daí Doin et all (2007) atrela o estudo das transformações promovidas pela riqueza gerada pelo café ao contexto vivido pelo “estado de São Paulo, o Brasil e o mundo”. Vamos em parte emprestar alguns conceitos a fim de alocar algumas medidas tomadas pela elite piracicabana no período. Salientando ser o café um “*produto-mundo*”: plantado num local, articulado aos projetos de uma “elite encastelada nas esferas estaduais e federais e era consumido especialmente nos Estados Unidos e na Europa, de onde surgiam os projetos modernizadores” (DOIN et all, 2007, p. 108).

Poucos anos mais tarde, por um conto de réis era possível assistir a uma sessão de cinema em Piracicaba de 1896. O cinema havia chegado em Paris em 1895 e em um ano depois entrava em terras brasileiras sendo exibido no Rio de Janeiro e segundo anúncios no jornal em 18 de Outubro de 1896, projetando ser esta *última palavra da ciência! A maior maravilha do século! ...quem não for cego deveria ver*, também entrava para o cenário piracicabano.

A presença francesa pode ser percebida quando, por exemplo, a *Société de la Sucrerie* de Piracicaba, fundada em Paris, no dia 29 de abril de 1899 adquiriu a Sociedade “Niágara Paulista”, fundada em 1881. Seus maquinários foram encomendados da França e se esperava a chegada para novembro do mesmo ano. Era então dirigida pelo dr. Cícero Bastos, o barão de Rezende e sua compra se deu pela quantia de 2.200.000 francos.

É fácil perceber que “o crescimento desabalado e sem medidas da riqueza no interior de São Paulo influía nas disputas vinculadas à conquista e ao exercício do poder

⁴¹ “Modernização conservadora” é utilizada por DOIN et all (2007 p. 92/93) como forma de vinculá-la a manutenção do poder pelas elites.

público.” (DOIN, 2007, p. 96) podendo ser exemplificada em várias medidas reformadoras do cenário urbano. Doin et all (2007) explica,

É preciso destacar que esta composição do cenário chamado de ‘Belle Époque Caipira’ era constituída, em especial, pela ação de uma elite desejosa de modernizar-se aqui localizada sobretudo pelas oligarquias cafeeiras, constituindo-se também por homens de letras formados em importantes faculdades, assim como pioneiros da indústria. Num momento em que buscando atingir as benesses do progresso um avalanche de transformações vinham atingindo as pequenas vilazinhas desde 1852 afim de que entrassem no ‘bonde da história’ acordados que foram pelo aroma forte e instigante de uma bebida dadivosa como o café e atingidos pelo imaginário alimentado em torno do moderno (p. 95).

Já em 1881 foi assunto entre os vereadores a necessidade que a cidade tinha de um mercado público. Fruto desse assunto, foram sugeridos planos, estudos e comissões. Em 1886 temos sugestão de troca de localidade para sua construção, a Câmara sugere que a construção do Mercado Municipal fosse não no Lago do Gavião, mas na rua do Comércio (imagem 4⁴²). Mesmo com a mudança de localidade, ainda havia preocupação em abastecer as regiões mais distantes e, em agosto de 1892, percebendo a distância do mercado municipal com a rua Prudente de Moraes, a Intendência tomou a iniciativa de construir um açougue popular próximo, segundo indicações de Guerrini (2009, p. 118), ao chapeleiro “João Hansen”.

Em 1899 o Governo Provisório dissolve as câmaras municipais e determina a instalação de Conselhos de Intendência Municipal. Foram membros do Conselho em Piracicaba os senhores Paulo Pinto de Almeida, Joaquim Moreira Machado de Oliveira, Honório José Libório, Joaquim Fernandes Sampaio, João Augusto de Brito, José Ferraz de Carvalho e António Barbosa Ferraz. Em 10 de janeiro houve a instalação do Conselho de Piracicaba, com 7 membros, “com função legislativa e executiva, sendo também destituídos de seus cargos todos os funcionários municipais do velho regime e nomeados outros. A fórmula republicana do tratamento ‘cidadão’ também foi instituída” (GUERRINI, 2009, p. 189). O primeiro ato público deste Conselho foi a construção de um rancho no Mercado Municipal para acomodação dos tropeiros, bem como uma repartição para prisão de galinhas e leitões.

⁴² A fotografia do Mercado Municipal data de 1918 e faz parte do acervo do IHGP além do galpão que corresponde ao mercado percebe-se a presença, talvez em posição para fotografia, de diversos indivíduos. Talvez os trabalhadores, com presença de crianças, animais e mercadorias.

Mostra-se curioso o enquadramento e confinamento de animais ao longo dos anos analisados pela administração pública. Quanto a isso o jornal *Gazeta* nos traz informações interessantes.

Em 10 de agosto de 1884 a *Gazeta* noticiava, que continuava solta pela cidade:

a vaca de berro grosso, a que há dias nos referimos. Não sabemos a quem pertence; o que sabemos é que tem mesmo o berro muito grosso, original, especialíssimo e passa todas as noites cá pela nossa porta, a procura de quem prenda, pensamos nós (GUERRINI 2009, p. 118).

Por meio de notícia em 31 de julho 1887 realizou-se a corrida de animais. Foi uma atividade muito concorrida “sendo agradável passeio na época. O local apresentava o aspecto de um acampamento de exército de cavalaria, tal era o número de animais selados que ali se registrara” (GUERRINI, 2009, p. 150). Neste mesmo ano projeta-se a construção de um novo Matadouro, pois o atual não oferecia segurança nem higiene.

Outra notícia diz que em caçada realiza pelo capitão Rodrigo Nogueira, em 1893, foi morto um veado branco, verdadeira raridade, o qual foi empalhado e oferecido ao Museu Ornitológico que existia na cidade.

Em 26 de abril de 1896 o jornal *Gazeta* elogiava:

o novo sistema das ‘redes’ para caça de cães vadios, que perambulavam pela cidade, substituindo o velho processo de matá-los nas vias públicas. Bastava, todavia, contra o meio de eliminar os pobres vira-latas, n curral, do Conselho - a bordoadas, que tinham algo de dantesco (GUERRINI, 2009, p. 275).

Realmente os casos de roubos de animais, sobretudo aqueles empregados em fazendas era recorrente (ver tabela 2). Várias notícias integram as páginas também do *Jornal de Piracicaba* durante a década de 1900 sendo descrito nas páginas do jornal de 8 de janeiro de 1904 como “esta praga de ladrões de animais já tem um caráter de moléstia endêmica”. Ao início de outubro do mesmo ano noticiava o mesmo jornal que fugira do Jardim Público um dos cisnes pretos, “doados à edilidade por Júlio Conceição. A Câmara Municipal prometia gratificação a quem o encontrasse, o mesmo prometendo o cidadão Firmino Dias de Almeida” (GUERRINI, 2009, p. 308).

Do mesmo modo como se pretendia ordenar e enquadrar os animais, empenhos da câmara também são notado em outros momentos, como em 1883, foi apresentado um projeto para se ajardinar todo o Largo da Matriz, que em abril já tinha engenheiro designado. Também se tem registro de arborização empenhada pela Câmara nas ruas e praças da cidade e nas margens do Rio no córrego Itapeva.

Pode-se perceber estes empenhos, conforme aponta Doin, como “decorrência do comportamento cíclico do processo de expansão do café, que possibilitava o investimento de parte dos lucros”, seja na produção industrial ou em outros âmbitos, “tornando-o um elemento indutor fundamental na criação de uma dinâmica favorável à modernização da economia” (DOIN, 2007, p. 99). A edificação de prédios, por exemplo, era tão presente em Piracicaba que em outubro de 1892 o dr. vereador Joviniano Alvim lembrou a Câmara da necessidade de se criar um cargo para contratar um engenheiro, alegando ser interessante para os trabalhos continuados a presença de um profissional competente e não de um curioso como se fazia.

Preocupando-se com a história das cidades Le Goff nos lembra que “o papel de centro monetário e financeiro que, é claro, se afirmará com o capitalismo, aparece já na Idade Média e continua”, fazendo com que a cidade seja sempre o “lugar de reunião e de difusão dos especialistas do direito”. Entretanto destacam-se que é também aí que se encontram os poderosos e os presunçosos da inteligência e da cultura: “sabe-se que a riqueza não é o único critério do poder urbano” (1998, p. 144) mas que são vários os poderes que influenciam na dinâmica das cidades.

Para Doin “essa riqueza gerada pelo café movia a busca por signos que a traduzissem”, ganhando contornos em várias marcas de inspiração na utopia da *Belle Époque*, mas “destacando-se, porém, o apreço pelos novos projetos arquitetônicos e urbanísticos” (2007, p. 99). E o “mundo do *coffee business*” então ultrapassou vários limites de influência, pois se “engalanava e se tornava rapidamente sofisticado” (p. 1000) transformando também, as muitas formas de agir sobre a cidade.

Apoiando-se em sonhos de modernização e acreditando nas potencialidades da região, o bacharel piracicabano Henrique Marques de Carvalho e o dr. Maximiliano Marques de Carvalho do Rio de Janeiro, dirigiram a S. M., o Imperador, um ofício pedindo “privilégio por 30 anos para explorarem, nos municípios de Araraquara e Piracicaba minas de petróleo, descobertas nas margens do Araraquara, bem como carvão pedra, se houvesse” (GUERRINI, 2009, p 141).

De fato, conforme nos lembra Terzi (1997), a elite piracicabana adentrou pela quarta porta⁴³ de acesso à cidade. Uma porta que dava acesso não apenas ao saneamento físico, mas, sobretudo, moral. Neste sentido pode-se perceber uma verdadeira campanha

⁴³ Conforme Bresciani (1991) In: As Sete Portas da Cidade. Espaço e Debates, v. 34, p. 10-15, 1991.

de saneamento moral quando se passa a analisar os reformadores urbanos como reformadores também sociais.

Pois,

se a elite cafeeira do interior paulista desejava construir as imagens modernas e civilizadas das suas cidades e de si mesma, fosse numa inauguração de obras públicas, fosse na publicação de revistas e almanaques, não menos intrigante era a participação dos chamados populares, ou, para usar uma expressão consagrada, dos pobres urbanos (DOIN et al, 2007, p. 101).

São estes populares, ou pobres urbanos, cidadãos, que experimentaram de maneira concreta todas essas intervenções no espaço urbano. É preciso lembrar que “entre outros emblemas que eram construídos e destruídos rapidamente, num átimo, evidenciando uma realidade que se desmanchava no ar...” (DOIN et al, 2007, p. 101). De maneira que:

Naquele instante, entretanto, não eram apenas as cidades que mudavam, mas também os homens que nelas habitavam. O olhar tornava-se o sentido privilegiado desse feérico baile de máscaras, em que se enrodilhavam e se embaraçavam homens sem raízes, prontos a inventar tradições e a forjar práticas (DOIN, 2007, p. 101).

Designar *Belle Époque Caipira*, segundo as referências aqui trabalhadas, trata-se de que entre os séculos XIX e XX

(...) muitos homens no interior paulista tinham seus sonhos povoados por desejos como o de viver um grande amor em Paris, desfrutar de seus cafés e *cabarets*, passear pelas suas ruas olhando as vitrines das butiques e admirando a luz elétrica, entre outras novidades técnicas e materiais. Seguindo as reflexões de Eric Hobsbawm (1977) poderíamos dizer que tais personagens eram lançadas no ‘drama do progresso, a palavra chave da época: maciço, iluminado, seguro de si mesmo, satisfeito, mas acima de tudo, inevitável (DOIN et al, 2007, p. 94).

O interesse em aproximar as medidas realizadas em nome das melhorias, com os habitantes, era notória. Destaca-se, por exemplo, os relatórios da Câmara da época, (do triênio de 1899 a 1901) que, ao procurar explicar o excelente estado sanitário da cidade que conseguiu impedir o aparecimento de moléstias que assolavam outras localidades chega a uma consideração provocante: conforme índices do cemitério em 1899 ocorreu na Comarca 889 mortes, das quais, 370 eram adultos e 519 eram menores. Em 1900 registrou-se 369 adultos mortos e 620 menores, e em 1901 386 adultos e 590 menores. Mas, teria havido na cidade poucos casos de Diphteria tendo as casas das pessoas

atingidas sofrido rigorosa desinfecção. Houve apenas 4 casos de varíola registrados pela Câmara, sendo os infectados todos migrantes. O serviço de vacinação parecia andar bem, tendo só em 1901 vacinado 1.800 pessoas.

Sabe-se pela ata da Câmara que em dezembro de 1885 havia 4 farmácias na nossa cidade para abastecer os habitantes e que o Sr. João José Ribeiro de Escobar desejava transferir sua Botica de Bragança para Piracicaba. Em 30 de dezembro de 1897 inauguração do Hospício de Alienados, construído às expensas do Barão de Rezende, anexo à Santa Casa de Misericórdia, esta inaugurada em julho de 1883. Comemorava-se também o aumento de 5 carroças de limpeza as quais passaram a 6 durante o triênio até 1901.

Medidas oriundas do poder público e da elite, desejosa de modernização somam-se para obter um bom estado sanitário, mas, segundo o Relatório, quadro sanitário tão satisfatório só foi possível, por ter-se somado as forças e empenhos do poder público com o auxílio dos habitantes, havendo boa vontade e participação de populares quanto às medidas de higiene e também na observância do cumprimento das medidas. Percebe-se que havia interesse dessa elite reformadora em contar com o apoio popular, porque assim seria possível considerar a lógica de normatização do outro e de eliminação da diferença, perceptível tanto no equacionamento da cidade, como na construção de um código de posturas, elevado à ordem pública nos tempos de implantação da República. Criavam estereótipos capazes de conter e ordenar os hábitos populares, o que não era exceção em Piracicaba.

Como sugere Terci (1997), é possível pensar que com as sucessivas crises políticas no período subsequente à proclamação da República, o Brasil se visse com a necessidade de resgatar sua credibilidade no exterior e, neste sentido, as grandes cidades ganham uma função importante. As grandes cidades deveriam ser os cartões de visita do Brasil moderno. Cidades “saneadas, higienizadas, produtivas, disciplinadas, desobstruídas da pobreza itinerante, enfim, civilizadas,” deveriam servir para desfazer “a imagem cultuada no estrangeiro de povo preguiçoso e indolente” (1997, p. 85/86). E neste sentido, as elites políticas piracicabanas não se conformavam em deixar Piracicaba em segunda categoria.

Se for levado em conta que “progresso envolvia a articulação de duas forças vitais e complementares por parte das elites locais: *modernização e civilização*” (DOIN, 2007, p. 94) pode-se procurar articular os diversos empenhos normativos sobre a cidade

de Piracicaba dentro deste arcabouço conceitual. De fato, um novo código de posturas deveria dar conta de reeducar os hábitos populares. Era a forma encontrada para integrar a massa de despossuídos à sociedade que se pretendia construir. E para isto era necessária a remoção dos velhos hábitos coloniais. O espírito da regeneração “tomava conta da administração pública e inspirava a elaboração do código de posturas municipais” (TERCI, 1997, P. 122).

Reclamações com os barulhos, por exemplo, ultrapassa o berro da vaquinha citada nos anúncios de jornais. Havia, por exemplo, a proibição do toque prolongado de sinos da igreja na cidade (decreto 7 de dezembro de 1896), havendo limites para determinadas horas, e multa de 20\$000 aos infratores.

Em 20 de fevereiro de 1884 reclamação a Gazeta dizia:

O código de posturas deste município proíbe que os condutores de carroças estalem os relhos, naturalmente pelo incomodo que causa esse abuso; entretanto, a infração dessa disposição se dá todos os dias, não constando que se haja providencias de modo a ser observada a lei. É notável o barulho que fazem alguns condutores pelas ruas. (GUERRINI ano p.113).

Reclamações dessa ordem continuam, encontrando-se em 17 de setembro de 1885 um artigo na Gazeta que reclama de alguns incômodos e inconveniências da cidade, destacando-se entre eles o chiar dos carros de bois que incomodavam as pessoas nas ruas centrais.

A presença do trilho do trem no Processo de Clareundo nos faz pensar na presença deste equipamento urbano moderno. Como demonstra Hedler (2007), o bonde foi presença significativa no espaço urbano de diversas cidades brasileiras, sendo elemento capaz de conduzir à apreensão de determinadas práticas culturais de uma cidade, na relação com a modernidade capitalista, sendo possível estabelecer relações entre a cidade e seus equipamentos e o processamento de uma educação histórico-política das sensibilidades.

Em suas palavras,

Como um transporte coletivo urbano, o bonde cria situações de convívio social antes inexistentes, como o fato de muitas pessoas terem de estar muito próximas fisicamente umas das outras durante um certo tempo de duração de um trajeto. Essa nova situação colocaria em relevo alguns comportamentos ou hábitos costumeiramente observados no cotidiano das relações sociais e que poderiam ser considerados como inconvenientes se praticados numa

situação de convivência próxima forçada, como é o caso de uma viagem no bonde. (HADLER, 2007, p. 70).

Segundo a autora, além do convívio de diferentes pessoas no ambiente do bonde, deve-se lembrar os transtornos com moradores durante as construções dos trilhos e como este equipamento também recebia a característica de perigoso, propondo um ambiente de atenção e cuidado em suas proximidades, bem como de que modo contribuíram para as alterações da noção de espaço, de tempo e de velocidade. No entanto, a disseminação desses novos padrões de comportamento urbano não se realiza sem tensões e conflitos.

E no tempo da cidade, o bonde mesclava-se com outros meios de transportes muitas vezes convergentes. Em Piracicaba durante dezembro de 1888 os proprietários de carros de praça estabeleceram entre si preços que seriam cobrados por seus trabalhos na cidade. O delegado de polícia concordou estabelecendo que os cocheiros destes carros deveriam vestir preto em enterros.

Três anos após, em março de 1891, encontra-se elaborado um novo regulamento para os atos fúnebres: nenhum cadáver poderia ser enterrado sem ter atestado passado pelas autoridades policiais juramentadas, havendo multa de 10\$000 para infratores. Ficou também absolutamente proibido o transporte de cadáveres para o cemitério sem caixão ou carro fúnebre, havendo também multa de 5\$000 para quem violasse. No mesmo ano um artigo de postura aprovado pelo conselho decretava que o lixo das casas deveria ser depositado em caixões próprios ou bacias colocados no exterior das casas, todos os dias úteis, até as três horas da tarde.

Prática que adentrou o século XX foi o toque de silêncio e em seguida a vigia da polícia “o toque de corneta partia da cadeia e muitas vezes era reforçado pelo bimbalar de sinos. Fechavam-se o comércio, fechavam-se as casas particulares, populares se recolhiam às suas residências, raro era o transeunte pelas ruas” (GUERRINI, 2009, p. 282).

Novas posturas também eram impostas aos vendedores ambulantes. Já em 15 de dezembro de 1896 houve indicação na Câmara para sujeição de imposto de 20\$000 anuais para vaqueiros que circulassem pelas ruas da cidade com intenção de vender leite, caso o vaqueiro portasse mais de uma vaca, haveria acréscimo de 10\$000.

Já em 1883 o abastecimento de água parecia controlado na cidade. Em um artigo de postura aprovado pela câmara municipal, em artigo único, dizia ser proibido os

agueiros da cidade prover-se de água do rio para venda, tanto em carroça ou outro veículo “em qualquer ponto do rio Piracicaba, abaixo da barra do Corrego Itapeva.” (GUERRINI, 2009, p.110) Contando com multa de 5\$000 por cada infração. Estava isenta desta proibição a empresa hidráulica da cidade que em 1887 propôs um espetáculo ao fazer “subir” até o Largo da Matriz e jorrar água de um chafariz a 12 metros de altura (imagem 5⁴⁴).

Tais empreendimentos geraram várias mudanças no viver na cidade. Já em 15 de maio de 1887 um leitor da *Gazeta de Piracicaba* perguntava o que é que se devia fazer com a água servida “agora que temos água em abundância”? A novidade parece trazer uma série de indagações. Meses depois, em agosto do mesmo ano foi projetado irrigação a frente das casas da cidade, para evitar a ação terrível do pó.

A presença do campo de futebol também é significativa neste aspecto. Segundo Hobsbawn (2011a) a prática de esportes se formalizou na Inglaterra e alastrou-se como incêndio aos demais países. “Que o esporte era considerado elemento importante na formação da nova classe governante, segundo o modelo do gentleman britânico burguês treinado em escola pública, é evidente, pelo papel das escolas ao introduzi-lo no continente.” (2011a, p. 287). E embora representasse um aspecto patriótico, e até militarista, serviu para “criar novos padrões de vida e de coesão da classe média” (2011, p. 287), tanto na manutenção de posturas quanto nas redes de sociabilidade que o esporte proporcionava entre as elites. Isto levou Hobsbawn a considerar que,

De fato, a extraordinária rapidez com que todas as formas de esporte organizado conquistaram a sociedade burguesa, entre 1870 e os primeiros anos de 1900, sugere que o esporte preenchia uma necessidade social consideravelmente maior que a de exercícios ao ar livre. (2011a, p. 288).

Destarte, em nome da implantação do progresso e da civilidade, travou-se uma verdadeira luta contra “caturrici, doença, atraso, preguiça”. Uma luta onde ações policiais não eram poupadas. Reeducar os sentidos dos habitantes da cidade era assunto de polícia. Atitudes policiais cercadas de brutalidade eram recorrentes, tanto que em

⁴⁴ Esta imagem corresponde a inauguração do chafariz na praça central da cidade de Piracicaba em 1887 e faz parte também do acervo do IHGP. Nela o contexto envolto a praça bem como a presença de grande número de pessoas que dispostos como a um teatro foram observar o chafariz. Uma carroça grande puxada por dois cavalos (bem diferente daquela que observamos em outras imagens aqui tragas). Há pessoas sentadas, há pessoas em pé, em geral todos bem vestidos com muitos chapéus. Percebe-se a presença de homens e senhores, assim como de mulheres e meninas, e muitas crianças ao redor de possivelmente familiares.

1888 organizou-se na cidade a *Associação Protetora Mútua*, com a finalidade de proteger todos que sofressem violência de Praças, de Polícia ou, de autoridades.

Para Tercei,

A persistência dos excessos policiais na República tinham relação com o rigor com que se legislava sobre as posturas municipais, tendo à frente a concepção higienista do Dr. Paulo de Moraes Barros, através da qual a coibição policial tornava-se elemento fundamental para o cumprimento das normas de conduta tendo como principal alvo a população pobre da cidade. (1997, p. 127).

Algumas modernizações também chegavam às prisões. Em 1º de junho de 1891 temos notícia de um ofício do delegado de polícia, Manuel Morato de Carvalho, solicitando uma mesa de mármore e instrumentos cirúrgicos para os exames de corpo de delito, “bem como a criação do lugar de médico da polícia, pago pela municipalidade e a colocação de folhas de janelas na sala do júri e nas prisões” (GUERRINI, 2009 p. 211).

Quase um ano após, em fevereiro de 1892 encontra-se a abertura de um edital de concorrência para construção de uma nova cadeia pública no Largo do Gavião. Em outubro do mesmo ano iria o Barão de Rezende apresentar uma proposta de ser construída a cadeia nova no local da velha cadeia, alegando que edificar a cadeia no Largo do Gavião iria destruir um dos pontos de passeio na cidade e os presos teriam um longo trajeto a percorrer para serem presos nas grades. Apesar de seus argumentos foi recusada sua proposta e a cadeia foi erguida no Largo do Gavião.

Em junho de 1891, ofício da Delegacia de Polícia encaminhado a Intendência Municipal solicitava ação conjunta para combater a vadiagem que imperava na cidade. A autoridade policial, para tanto, pedia informações como o número dos quarteirões, nomes das ruas, os limites do município e os nomes dos bairros para nomeação de inspetores que auxiliassem a delegacia.

Entretanto, como nos lembra Doin et all (2007) vale destacar que alguns membros da elite política do Brasil caipira também lançavam mão do monopólio privado da violência tecendo crimes por muitas cidades do interior paulista. Exemplos podem ser o crime de Cravinho envolvendo uma fazendeira de Ribeirão-Preto e um crime político ocorrido em Araraquara, denominado “Linchaquara”. Em razão disso “para que a população esquecesse o trágico episódio e as respectivas famílias continuassem a dominar o poder público municipal, foi construída uma bela e

ajardinada praça pública, exatamente no largo onde a chacina foi consumada” (DOIN et al., 2007, p. 96).

Vale a pena lembrar que as fronteiras entre público e privado são também construções históricas e seu equilíbrio muda conforme o tempo. Exclusão das mulheres no espaço público tem a ver com o velho discurso, estruturado também pela ideologia dominante que, apoiando-se em descobertas da medicina e da biologia, se revigora no século XIX ao acentuar “a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual” (PERROT, 2001, p. 178). É discurso naturalista que volta em insistir na existência de duas “espécies” com naturezas, qualidades e aptidões particulares. Nesta lógica cabe ao homem o público e à mulher o privado. Cada um teria: sua função, seu papel, suas tarefas, seus espaços. Pode-se reutilizar a argumentação da linguagem do trabalho, que se torna uma das mais sexuadas possíveis.

Dentre as várias formas de confinamento (e enclausuramento) feminino de que se tem notícia, “o gineceu, o harém, o quarto das mulheres do castelo feudal retratado por Jeanne Bourin num romance recente, o convento, a casa de estilo vitoriano, o bordel” (PERROT, 2007, p.136), o século XIX irá privilegiar o lar.

De fato, a sociabilidade entre pessoas que moravam próximo era um exercício que impunha e divulgava modos de ser. A presença de vizinhança como testemunhas é perceptível na maioria dos seis Processo-crime. Claremundo Martins⁴⁵, por exemplo, aproveitou bem desse expediente ao desqualificar a ofendida por além de seus *maus hábitos* morar próximo a casa de uma conhecida prostituta. Perrot (2010) percebe que a relação entre vizinhança constituem importante “olhar do outro” do qual é preciso se defender e ao mesmo tempo conquistar a estima. Assim, “os vizinhos estabelecem um código de decência da casa e da rua, norma que o indivíduo deve acatar para ser aceito e que tende a reproduzir o mesmo e excluir o diferente (...)” (PERROT, 2010, p. 177).

Aos olhos da moral oficial, caberia ao homem honrado o público e a mulher honrada o privado. É interessante perceber que a abordagem do espaço privado como espaço da mulher honesta é articulada durante o decorrer do Processo. Todas as seis testemunhas, informantes no Processo de Benec dita Pereira da Silva⁴⁶ fazem questão de evidenciar essa divisão espacial.

⁴⁵ Claremundo Martins e Maria Angelina Alves da Silveira, 1906. doc. cit.

⁴⁶ Camillo André Silva (e Benec dita Pereira da Silva), 1905. doc. cit.

A primeira testemunha é Valencio Isaias de Campos, um homem de meia idade, por volta de 30 anos, lavrador, casado com a mãe da menor. Embora possamos pensar que várias ressalvas poderiam ser feitas pelos interrogadores por ter ele uma relação de amaziamento (relação que, também, se referia a um hábito ao qual se tentava disciplinar) esse tipo de ressalva não se destaca. O que se evidencia pela pergunta dos interrogadores é o fato de Valencio morar na mesma casa onde Camillo visitava a ofendida em virtude da promessa de casamento. Assim, quando se tenta destacá-lo como uma testemunha importante, usa-se a convivência no domínio privado (âmbito que seria de grande importância para a mulher honesta) como elemento de evidência.

Estephania Pereira da Silva, mãe da ofendida esclarece que deixava Camillo visitá-la em sua casa (os endereços são atenuantes nesse sentido: rua Alferes José Caetano) tendo por conta do trato de casamento que se estabelecia. E que, após três meses de promessa findada, estando noivos, permitia que saíssem a sós e caminhassem pelas ruas da cidade, mesmo à noite. Evidenciou, ainda, que após tê-la deflorado ele não mais a visitou em sua casa.

Ora, mesmo as demais testemunhas destacam que com frequência viram ou souberam (*por ouvir dizer*) que Camillo a visitava em sua casa. Muitos os viram passeando pelas ruas da cidade. Outro elemento que se destaca repetitivamente entre as testemunhas é que todos sabem que o defloramento ocorreu na casa dele (rua 13 de Maio n. 62), ou, nas palavras da terceira testemunha: *o crime foi consumado na casa dele*. A ofendida explica que em dezembro (1904) ele a convidou para ir a sua casa, ela negou, mas por temer que ele retirasse a promessa, acabou aceitando o convite.

Pode-se perceber que há uma intenção, das testemunhas e dos interrogadores, em marcar espaços. Camillo teria podido visitar Benec dita, moça recatada, confinada ao domínio privado, através do trato de casamento, ato através do qual Benec dita seria confinada novamente ao mesmo domínio. Após trato firmado a mãe de Benec dita permitiu que passeassem pelo espaço público, atitude que demonstra confiança, já que ele seria o guia de Benec dita pelas ruas da cidade. Até que Camillo acabou levando-a em seu próprio espaço privado, ambiente que seria confinada após o casamento, e abusando de sua autoridade (vinda da confiança no trato de casamento) Camillo a teria deflorado.

As *saídas às ruas* (como passeio no jardim público) com Camillo seriam momentos singulares em sua vida. Embora seja uma característica, que para o discurso

oficial, significaria desonestidade as testemunhas apelam em favor da ofendida. A mãe só teria permitido porque há meses a promessa já estava tratada. E as testemunhas esclarecem que essa experiência de passear pelas ruas, ou o próprio defloramento, eram condutas excepcionais no comportamento da ofendida. É recorrente no depoimento das testemunhas destacarem que “até então ela tinha um bom comportamento”, inclusive acreditavam que ela era virgem já que nunca ouviram “referências desfavoráveis da honra da ofendida”.

Se sair com ele a sós poderia significar desonestidade para as moças, para os rapazes, como demonstra Caulfield (2000), o oposto ocorria, já que “quando uma testemunha dizia que um rapaz ‘tinha muita liberdade’ na casa da moça, ou que os pais da moça concediam ao jovem ‘liberdade para passear com ela’, isso significava que o moço era considerado honrado e de confiança” (p. 210). Em suas palavras,

Dessa forma, tanto a honra masculina como a honestidade feminina eram atreladas á rede de relações socialmente estabelecidas entre as pessoas – mas enquanto a honestidade da mulher dependia de sua submissão à vigilância de seus protetores (normalmente a família), a honra do homem era reconhecida quando ele já não estava submetido a essa vigilância, passando a impô-la ele mesmo (p. 210).

Pode-se perceber que “‘liberdade’ significava algo diferente para os homens”. Dessa forma “não chega a surpreender que várias atividades vedadas às mulheres honestas fossem completamente aceitáveis para os homens” (CAULFIELD, 2000, p. 210).

Ora, não só a ação policial e a violência privada foram reempregadas. Pode-se perceber empenhos legislativos, executivos e judiciários na reeducação dos hábitos populares, pois, era preciso classificar, coibir e disciplinar em nome da civilidade.

O papel da experiência dos indivíduos dentro da cidade não pode ser desconsiderada. Estudar a história da cidade afastada dessas experiências se torna um discurso vazio. O “(...) que define, conserva e transmite o caráter de uma cidade é o impulso, a pressão ou apenas a resistência que cada um, em sua esfera ‘particular’, opõe à destruição de certos fatos que têm para ele [o habitante] valor simbólico ou mítico (...)” (ARGAN, 1993 apud in BRESCIANI 2004, p.20).

Estes empenhos que visavam interferir cotidianamente até aos âmbitos mais privados da população. Como nos lembra Chalhoub:

Note-se, ainda, que o problema do controle social da classe trabalhadora compreende todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano, pois este controle se exerce desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo e do espaço na situação de trabalho até o problema da normatização das relações pessoais ou familiares dos trabalhadores, passando, também, pela vigilância contínua do botequim e da rua, espaços consagrados ao lazer popular. (1986, p. 51).

Dessa forma, junto com o saneamento e equacionamento físico, como o equacionamento dos lugares de festa e o conseqüente aburguesamento da paisagem central, efetuava-se o saneamento moral, com intenção de reeducar hábitos populares em função de um novo código de posturas que se tentava implantar.

E neste sentido várias medidas foram tomadas: ao mesmo tempo que se criavam lugares disciplinares, seja asilo ou escola⁴⁷, outras medidas eram tomadas. Como a cassação de circos (como em 1875 de touros e 1901 de cavalinhos), ou a proibição, em 1892 da festa da Santa Cruz.

Em abril de 1884 “Contata-se que no dia 21, comemoração na respectiva capela as novenas, isto é, muita pagodeira, jogos e as vezes muita briga, parecendo que tudo isso não se aplica em louvor à Santa Cruz”. E concluía que “ali reúnem-se também numerosos devotos de Baccho” (GUERRINI, 2009, p.115).

Um ano depois as reclamações de festas populares continuavam. Em 2 de agosto de 1885 diziam-se que “As festas de Santa Cruz, de triste memória na parte profana, constituída de batuque, jogatina desenfreada, ‘gafieira’ em grande estilo, onde se reuniam os piores elementos da região e de fora” (GUERRINI, 2009, p. 125).

Torna-se evidente o esforço do poder público em buscar, através do código de posturas que se construía, apagar o contraste gerado pelo apogeu da *Belle Époque* e da burguesia urbanizada advinda do café com a presença desagradável de certos elementos, seja vendedores ambulantes, vagabundos, mendigos, moças perdidas...

É dessa forma que em 1906 criava-se uma junta médica em uma sala da Câmara, encarregada de examinar mendigos, dando autorização aos verdadeiramente inválidos para esmolarem pelas ruas da cidade. Tempos antes havia uma Junta classificatória de escravos, interessada em fazer e averbar as declarações de fuga e apreensão de escravos.

⁴⁷ Em 1904, segundo anúncio da Gazeta de Piracicaba publicado em 01/04/1906 o número de alunos era de 2.114, quantidade expressiva considerando que a população infantil urbana em 1900 era de 2.372 crianças.

De qualquer modo efetuou-se um cadastro de mendigos, ao mesmo tempo em que se construiu um “Asilo da velhice e mendicidade”.

Vale destacar que preocupando-se em sinalizar a influência do método indiciário, que com a ciência galileana perdia lugar, Ginzburg (1989) explicita que, interessado no que é singular, o método fôra aplicado em outros âmbitos da sociedade. Para Ginzburg (1989) a aplicabilidade do método se destacou no sistema identificatório e prisional entre os séculos XVII e XVIII, quando o aumento populacional e o amadurecimento do sistema capitalista necessitam classificar e ordenar os indivíduos. “Cada sociedade observa a necessidade de distinguir os seus componentes; mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e lugares” (GINZBURG, 2006a, p. 158). Neste sentido, a respeitabilidade burguesa precisava de sinais de reconhecimento individual.

A questão que se apresenta é como colocar em diálogo esta lógica que se propunha especializa e de ação genérica, com as individualidades das experiências vivenciadas pelos cidadãos dessa Piracicaba antiga. É muito alentador pensar que nem todo mundo concordava com as medidas engenhadas pela elite que reformava a cidade.

Dessa forma, se torna apropriado perceber as propostas urbanísticas:

como projeto estruturado por dados “objetivos”, contudo, nutrido também por imagens idealizadas e utópicas, cujo norte se situa em um lugar idealizado de perfeição. Isto implica afirmar a existência de uma distância entre a prática de projeto por mais ‘realista’ que se proponha, e sua efetivação tal como se interpõe uma distância entre a intenção projetiva da lei e o comportamento que objetiva disciplinar (BRESCIANI, 2004, p. 15).

O papel da experiência dos indivíduos dentro da cidade não pode ser desconsiderada. É necessário buscar uma relação entre os projetos arquitetados e o saber que o alicerçou, com a experiência vivenciada do cidadão, de modo a compor um intervalo em que seja possível sugerir cumplicidade e participação na formação das cidades.

No caso de Piracicaba, como sugere Terzi (1997):

De qualquer forma, um outro traçado foi se impondo na escrita da cidade, a partir da luta cotidiana das populações pobres, na busca da sobrevivência, nas festas populares e nas mobilizações, construindo espaços próprios para o exercício de sua sociabilidade (144).

Permitindo-nos problematizar situações, podemos argumentar “por sentir a defasagem entre o saber e a prática dos especialistas em intervenções urbanas e o modo

pelo qual o cidadão se apropria da cidade” (CAUQUELIN, 1982 apud in: BRESCIANI, 2004, p. 14). Os projetos se formam a partir de imagens projetadas de estilo de vida sobre o qual será estruturado um saber, e da maneira pela qual se vive em cidades, formada de fragmentos, opiniões correntes e alteráveis, lembranças históricas, lembranças pessoais entrelaçada com o que se escuta e se lê, bem como os monumentos e os costumes, assim como com as histórias de vida.

Dessa forma, pode-se entender a presença significativa de Processos de Defloração encontrados no arquivo do Fórum da cidade. Segundo pesquisa realizada no Relatório do acervo Judiciário da cidade de Piracicaba, entre 1890 a 1925 foram registrados 148 Processos (conforme tabela 1). E se comparássemos o número de Processo de Defloração com outros crimes e documentos do judiciário (conforme tabela 2) é possível apreender seu maior número frente aos outros crimes, sobretudo ainda aqueles relacionados a normatização da sexualidade (ver estupro, divórcio e desquite). Afinal não é de se estranhar que em meio a tantos esforços, o poder público tenha tentado interferir nas formas de amar dos piracicabanos, com a intenção, sobretudo, de reeducar os hábitos femininos: *Deve ser sagrada a mulher em botão*⁴⁸ enaltecia um poema de autoria anônima no Jornal da cidade, em meio a tantas outras ladainhas e poemas que se divulgava um estereótipo feminino que desejavam difundir.

Não é de se estranhar que em meio a tantos esforços o poder público tenha dado empenho ao o que podemos chamar de controle da sexualidade, e por meio dele tenha tentado interferir nas formas de amar dos piracicabanos, com intenção de reeducar os hábitos populares.

Um poema do Jornal de Piracicaba de 1900 retrata um modelo disciplinar normativo da mulher que se tentava criar. Em seu quarto, vê-se, confinada no domínio privado. Impedida de ser vista, e até mesmo de sentir os raios do sol. Doce inocência, virgindade, pureza, delicadeza, recato. A delicadeza mais fina de toda a natureza. A flor por desabrochar. *Deve ser sagrada a mulher em botão*.

⁴⁸ “A Virgem”, 1900. doc. cit.

4. Mulheres (Re) Educadas, ou a Mãe Educadora

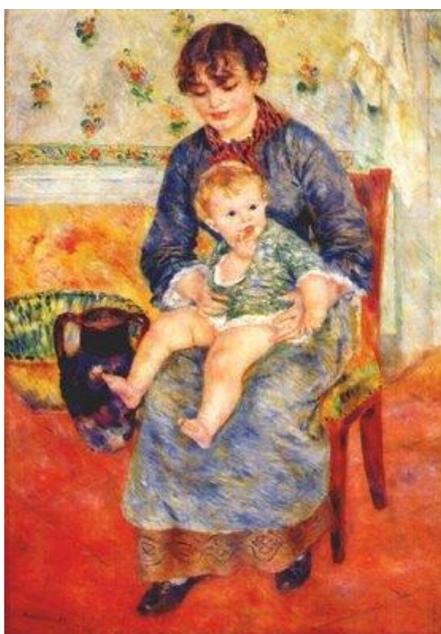


Figura 3: Mother and Child de Pierre Renoir (1881)



Figura 4: Cena de Família de Almeida Júnior (1891)

Em 1908 o soldado do destacamento local Luiz Augusto da Silva⁴⁹ foi acusado de ter deflorado uma moça italiana de 18 anos de idade, Maria Antonia (imagem 11). Depois de seis meses de namoro, o rapaz que frequentava a casa da moça na presença de seus pais sempre na qualidade de noivo, abusa do trato de casamento. Confessou depois que nas primeiras declarações que prestou estava *sob certo medo*. Fugiu da cidade para Limeira no dia 9 para escapar de seu casamento que se realizaria nesse dia, desertando do destacamento. Foge para Limeira onde é *preso e trazido* a cadeia desta cidade onde fica preventivamente. A ofendida diz que ofensor sabia que deveria *reparar a ofensa* (imagem 12).

De fato, para muitos envolvidos, sejam eles ofendidas, seus pais ou os deflорadores, bem como as testemunhas, o casamento aparece como algo de muito valor, seja na cobrança ou na fuga. E todos parecem, em princípio, estabelecer a mesma sincronicidade entre relações sexuais e casamento. Conforme as considerações de Gramsci pode-se considerar a família, pensamos aqui naquela instituída através do

⁴⁹ Processo-crime de Defloramento. Réu: Luiz Augusto da Silva. Requerente: a justiça. Ano de 1909, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 18/D. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

casamento, também como um horizonte de formação do indivíduo. E ao tratar-se dos Processos percebe-se que casamento era ato reparador.

Nas palavras de Perrot,

A família, átomo da sociedade civil, é a responsável pelo gerenciamento dos ‘interesses privados’, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. Cabe-lhe um sem-número de funções. Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão de patrimônios. Como é célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. Garantia da espécie, ela zela por sua pureza e saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. É a criadora da cidadania e civilidade. (2010, p. 105).

Como lembra Priore (2006), Lucien Fébvre já sinalizava os enigmas em torno de estudos sobre casamento no passado. “Enigma, pois se encontram milhares de construções jurídicas e teológicas sobre o sacramento”. E “enigma, também, porque, durante séculos, um imenso esforço se faz nas sociedades cristãs para “policar e civilizar” seus membros; para fazer triunfar sobre os instintos, uma moral fundada na razão” (p.86).

Mas, para além das dificuldades tradicionais para encontrar alguém, namorar e/ou noivar, o casamento na igreja também não era nada fácil. Priore (2006) traz a queixa do jornalista português Thomas Lino d’Assumpção, em 1876, para ilustrar as dificuldades em se casar. Thomas Lino d’Assumpção teria escrito:

A reprodução desta carta faz-me lembrar uma armadilha que há sempre em exercício na câmara eclesiástica para apanhar o dinheiro dos que intentam casar-se. Entre outros vou narrar um fato que ali se dá com todos os portugueses que precisam arranjar os papéis necessários ao casamento. Para A..., depois de provar que é livre, é preciso que a noiva vá a câmara eclesiástica declarar que quer casar com ele, como se A... depois de provar que é livre, não possa casar com quem quiser; mas como as senhoras brasileiras geralmente alegam um impedimento qualquer para não se exporem às vistas lúbricas dos sátiros da câmara eclesiástica, há sempre um que vai tomar a casa aquela declaração pela qual recebe duas libras. O português é obrigado a fazer — depois de justificado o seu estado livre — correr banhos em Portugal deixando de fiança 20\$000 réis. Assim que o noivo larga os tais 20\$000 réis pode logo casar. Ora, vamos supor que os banhos vão para o Rio com impedimento. O que farão os reverendos da Conceição? Descasam o homem? Ou os proclamas são uma formalidade necessária e então sustêm o casamento até que elas cheguem ou se é um pretexto para apanhar os tais 20\$000 réis, ajuntem-nos aos emolumentos e escusem de apoquentar os que caem na asneira de subir à Conceição quando à falta do registro civil podem lançar mão da Igreja protestante, onde os sacerdotes são mais sérios... e mais baratos. Sobre a porta da câmara eclesiástica deve colocar-se como sobre os muros das quintas do Minho: Aqui á uma ratoeira! (apud IN Priore, 2006, p. 176/177).

E a comemoração podia, obviamente, variar muito. Casamento considerado “de bom gosto” era acompanhado de longa festança que duravam vários dias. Já “Casamento de mulher pobre e de escrava não envolvia dote, nem acerto de família, mas era um valor”. E “Segundo a tradição, matuto só casava quando tinha uma roupa domingueira, um cavalo para o começo da vida e uma modesta casa de palha. Pedir a mão da moça antes de ter essas coisas seria receber um não, na certa” (PRIORE, 2006, p. 144).

Aqui vale uma ressalva considerando que numa mesma cidade em que 27 de abril de 1893 chegou o dr. Américo Brasiliense, ex-presidente do Estado, para casar seu filho com uma das filhas do barão de Rezende, com “bandas de música e o pessoal monarquista da cidade, enquanto os Moraes Barros esfregavam um olho...” (GUERRINI, 2009, p. 237), no dia 1 de janeiro de 1889 entrava em execução, em Piracicaba, assim como em todo o Brasil, a regulamentação do casamento civil com muitos conflitos dificultando ainda mais os casamentos sobretudo no meio popular.

Como ressalta Priore,

Não faltava quem, no início do século XX, enxergasse nas diferenças até políticas razão para ter saudade da monarquia e dos casamentos endogâmicos do século anterior. Um exemplo? O caso ocorrido com D. Maria Vicentina de Azevedo Pereira de Queiroz. Ao casar-se com um republicano, ela que era filha de um ex-deputado conservador, recebe uma carta da baronesa de Jundiaí, monarquista convicta, que, além de cumprimentá-la, assinalava que “os republicanos fanfarronavam muito mas vinham buscar as noivas na toca dos cascudos”. Coisas de antigamente, deve ter pensado nossa D. Maria Vicentina. (2006, p. 236).

Como sabemos, antigamente os registros de casamento eram serviços que se faziam diretamente nas paróquias, estando subordinados à Igreja Católica. Segundo Miranda (2011), o casamento civil é a questão central que liga a família e a legislação civil republicana e pode ser visto como o arauto de um processo revolucionário de modernização que se iniciou na França e que forçou o processo de secularização mesmo em formações sociais fortemente controladas pela Igreja como Portugal e Brasil.

Então o primeiro casamento civil de Piracicaba ocorreu dia 25 de junho de 1890 com os noivos Claudino José Mariano e Adelina Correia da Silva. Os proclames foram feitos em 18 de junho e anunciavam o também casamento civil de José Gomes de Moraes com d. Rita Alves de Abreu. Noticiava o jornal que:

Em nossa terra realizou-se o primeiro casamento civil, depois da publicação da lei n. 181 de 24 de janeiro de 1890, que instituiu os casamentos fora da igreja. O ato foi presidido pelo juiz de paz em exercício, João Morato de Carvalho, e os noivos eram da vila de São Pedro. (GUERRINI, 2009, p. 198).

Entretanto, a secularização dos casamentos e seu registro em cartório não foi passivamente introduzido na sociedade piracicabana. É expressivo se considerar que um ano antes, no mês de abril, havia desaparecido da igreja matriz a imagem de Santo António, que ocupava o nicho do altar-mór. Especulações à parte sobre o motivo do roubo, ou o lugar reservado ao santo, dito casamenteiro, no altar-mór, as informações nos transmitem indícios de que na época era evidente a ideia de casamento dentro do domínio religioso.

E a lembrança do dia 17 de julho em que *como nas fitas de cinema* estavam os noivos na igreja matriz, à espera da ultimação sagrada do ato, quando “Eis que aparece ali o indivíduo Francisco António Gonçalves e, desafiando céu e terra, rouba a noiva, Maria Júlia de Oliveira, com quem se casa no dia 19” (GUERRINI, 2009, p. 149). Crime relativamente comum no cenário desta pesquisa, o rapto também poderia estar relacionado aos Processos de defloramento e muito corroborar com as questões sobre casamento. “A moça (raptada) mandava avisar a família: só sairia de lá casada. Os pais não tinham alternativas. Faziam o casamento sem ser ‘de gosto’, no dia seguinte; sem festas, sem proclamas”. (PRIORE, 2006, p. 148). Desta forma pode-se perceber diversas concepções de casamento num mesmo tempo e espaço que entram em conflito com as oficiais, sobretudo aquelas relacionadas ao registro civil. Como percebemos na Tabela 3, ocorreu no período vários Processos envolvendo casamento, demonstrando como este tinha representação forte (há vários pedidos de licença para casamentos), porém, com aspectos contraditórios (como os documentos abertos contra casamento realizados ‘ilegalmente’ tendo ocorrido primeiramente na Igreja).

Em 1897, no dia 20 de novembro o cunhado de Geraldina da Conceição⁵⁰, é quem dá queixa de seu defloramento. Geraldina tenta articular em seu discurso elementos importantes para se enquadrar no estereótipo legal. Quando o pai e a madrasta são chamados, pouco sabem sobre o fato do defloramento, mas deixam transparecer uma grave questão: Geraldina, em adiantado estado de gravidez, já poderia ter sido deflorada por outro. Alegando casamento e medo de que a filha fosse prejudicada, João José de Oliveira

⁵⁰ Processo-crime de Defloramento. Sobre a honra de Geraldina da Conceição. Ano de 1897. Doc. Cit.

Bello, pai da requerente (lavrador que também não sabia escrever), pede para que o Processo seja abandonado. À vista dos motivos alegados na petição, e o promotor não se opondo ao pedido do pai, o processo é encerrado. A palavra do pai, que é escrita em requerimento (imagem 13 e 14) e levada à cartório, pedindo a anulação do Processo, e desistindo de sua parte de qualquer procedimento policial, para que se proceda o casamento da filha (imagem 15), que se achava grávida e ocorra o batismo é o que leva o fechamento do Processo-Crime.

De fato, contradições, como estas, são facilmente percebidas nos Processos analisados, fator que torna os processos de difícil leitura e entendimento. Descobrir o que se passou é uma tarefa quase impossível. O Processo de Gertrudes⁵¹ é um exemplo claro.

Tanto a ofendida quanto o ofensor procuram estabelecer um discurso capaz de classificar o outro como culpado. E dessa forma pode-se entender por que as duas versões envolvendo sedutor e seduzido são tão variantes. Mas, as contradições não se esgotam neste sentido. O que se destaca, no decorrer do Processo de Gertrudes, são as versões conflitantes sobre o trato de casamento.

Segundo Gertrudes, Lucio a teria pedido em casamento, mas este pedido teria sido recusado, pois nem ela nem seus pais queriam, *por forma alguma*, o casamento, o que grande parte das testemunhas confirmaram.

Mas já segundo Lucio, o trato estava firmado, eram noivos, e foi por isso que a chamou para *conversar* quando a viu passando perto do seu local de trabalho. Se ela não quer mais se casar, isso pode se dever, segundo Sebastião Gabriel Ihe contara, às instruções que Maria teria dado à sua irmã Gertrudes.

Versões à parte, o que nos interessa é procurar entender seus motivos, tanto para a construção de determinadas versões, como para a própria busca por *justiça*. E procurar perceber o que os envolvidos estavam buscando com o Processo, além de não ser fácil, nem sempre é aquilo que os juristas gostariam que fossem.

Como é difícil de encontrar alguma resposta concreta, o possível é procurar evidências que emergem dentro das contradições, de que existiam entre os populares envolvidos uma moral diferente daquela estabelecida pela moral oficial. E mais uma vez, o caso de Gertrudes se faz como exemplo.

⁵¹ Lucio Medeiros (e Gertrudes Ferreira), 1905. doc. cit.

Quando a atenção do pesquisador se dirige para essas questões, a versão de Lúcio se torna um campo de possibilidades. Afinal, apesar de ter tido suas próprias provas e conclusões a respeito da *desvirgindade* de Gertrudes, com o provável interesse de se livrar da culpa pelo defloramento, deixa escapar uma intenção que se contradiz ao discurso moral. Lúcio afirma que, apesar de acreditar em sua verificação da *desvirgindade* de Gertrudes, *está disposto, contudo, a se casar com ela* (imagem 16).

Aos olhos da moral oficial Lucio estaria então dizendo estar disposto a se casar com uma mulher não mais virgem, isto é, sem honra. Esta prática que seria desencorajada e condenada, pois é sabido, como argumentou Azevedo (1986), que as mulheres desonestas são as quais não se pode casar. Afinal, “há coisas que uma vez perdida, nunca mais se recuperam: na mulher, a inocência e no homem, a confiança nela” (PRIORE, 2006, p. 180).

Como bem ressaltou Esteves, “é através de uma pequena frase contraditória aqui, acolá, que se podem perceber atitudes representando significados e concepções diferentes de amor, casamento, honestidade, etc” (1989, p. 119). Tais considerações nos permitem argumentar que, como conclui Soihet, sobre a desmistificação de passividade entre as mulheres:

Assim, ao contrário de algumas afirmações tradicionais, vimos mulheres que lutaram, amaram, odiaram, xingaram... Não poucas, vendo-se prejudicadas em seus direitos e violentadas em suas aspirações, não hesitaram em lançar mão dos recursos de que dispunham, até mesmo de investidas físicas, para fazer frente a uma situação que considerava danosa à sua honra (1997, p. 399).

Aproveitando a citação de Soihet (1997), pode-se perceber que o conceito de honra existia também entre as moças populares, mas muitas vezes se encontravam em lugares distantes da virgindade, tal como propunha a ideologia dominante.

Nas palavras de Esteves:

Mesmo que a virgindade e o casamento regular fossem atitudes e valores presentes entre populares, possuíam um tom original, e não deveriam ser vividos como influências externas passivamente recebidas. O descumprimento desses valores entre populares não seria motivo de marginalização dentro do próprio grupo (1989, p.120).

Encontramos, dessa forma, uma possível explicação para o interesse de Lucio⁵² de casar-se com Gertrudes, mesmo que ele realmente acreditasse que ela não era mais virgem.

A prática de amasiamento entre os populares mais uma vez comprova a existência de um “código alternativo”. Como ressaltou Soihet (1997), pode-se perceber que o casamento legal aparecia como um valor entre os populares. Em seu texto a historiadora mostra que algumas de suas fontes, traziam o uso de expressões como: “agia assim apesar de ser casada”. Dessa forma, é possível perceber que entre os populares a condição de ser casada pressupunha um comportamento irrepreensível da mulher. No entanto, com dificuldades em conseguir um casamento formal, não raro as moças populares embarcaram em formas ilegais. Ora, havia moças que encontravam alternativas fora daquela oferecida pela Justiça. Os casamentos arranjados com terceiros são prova concreta da existência de alternativas para *Moças Perdidas*, Esteves (1989) também os percebeu como sinalizadores da existência de alternativas para ex-donzelas.

Destarte não podemos negar a existência de alternativas, mais adequadas aos meios populares, para nossas conhecidas ex-donzelas. O pai de Geraldina⁵³, provavelmente, conhecia essas alternativas e, acreditando nelas, preferiu encerrar o Processo.

Em uma petição, dia 20 de dezembro⁵⁴, ele diz que por não ter certeza de quem é realmente o deflorador de sua filha, já que ela, possivelmente, já se encontrava grávida quando teve relações com Cadinho, *tem receio de que o Processo possa prejudicá-la*. Dessa forma preferiu *desistir de sua parte* de qualquer procedimento policial contra Candido Pedro. Já em uma carta (de 14 de dezembro) autenticada em cartório, anexada ao Processo em seguida, João José de Oliveira Bello pede, por favor, que suspendam o Processo. Dessa vez justifica que seu pedido é para *que se proceda o casamento*, já que sua filha *teve de se casar* pelo adiantado estado de gravidez, e para se tratar do batismo.

⁵² Lucio Medeiros (e Gertrudes Ferreira), 1905. doc. cit.

⁵³ Geraldina da Conceição, 1897. doc. cit.

⁵⁴ É interessante perceber que as datas não correspondem à lógica anexada ao Processo, pois a petição de 20 de dezembro se encontra à frente da carta de 14 de dez. Isso pode corresponder a uma possível demora da chegada da carta. E dessa forma pode mudar a lógica de análise.

Podemos perceber que na carta anexada por último, o que prevalece como justificativa para o encerramento do Processo são procedimentos oficiais que na teoria seriam capazes de normatizar e disciplinar a relação ilícita. Seja o batismo, sacramento que deveria trazer a ordem a criança, fruto de uma relação ilícita, ou mesmo pelo casamento, artifício que recivilizaria a relação amorosa. Cabe destacar que não é especificado com quem Geraldina irá se casar, e neste caso, podemos pensar que se trata de um terceiro.

Especulações à parte, o arranjo desse casamento demonstra ter ocorrido à revelia do Processo. Na petição anterior, dada depois de ter escrito a carta, João José de Oliveira Bello deixa transparecer seu medo de que a filha seja prejudicada caso o Processo continue. João devia conhecer a dificuldade da moça popular em se adequar ao estereótipo exigido, sabia de fato, que quem seria julgada no decorrer do Processo, era a ofendida.

Independente do real motivo que tenha levado João a abandonar de sua parte a queixa, deixa transparecer que haveria outras alternativas fora àquele tão conhecida pelos nossos juristas.

Mas, provavelmente, Geraldina também sabia que poderia ser prejudicada no Processo e que havia alternativas fora da moral oficial. Entretanto, muito se pode pensar sobre o real interesse de Geraldina que a levou procurar a justiça. Mais do que procurar recuperar sua honra perdida pelo defloramento, Geraldina poderia ter outros interesses, como talvez buscar recuperar uma honra que não necessariamente está ligada à sua perda de virgindade.

Nota-se que, fugindo à regra, quem inicia a queixa é o cunhado e compadre da ofendida. Percebe-se que o apelo à figura masculina não é abandonada, no entanto a figura do pai é substituída pela do cunhado. Tem-se dessa forma a transferência de autoridade. Pode-se pensar que essa transferência é, de certo modo, desejada por Geraldina, já que também é perceptível na sua fuga de casa. Geraldina morava em Serra Negra, Piracicaba, até um mês antes da autuação. Depois mudou-se para Conchas no distrito de Tietê, na casa de seu cunhado, configurando-se assim uma forma de evasão.

É clara a tentativa de fugir à autoridade tradicional representada pelo pai (e mesmo a da madrasta) situação comum nas famílias com novos arranjos. Pode-se argumentar em que sentido o consentimento do defloramento ou a própria iniciativa do processo,

estaria ligada a essa tentativa. O pai e a madrasta, pouco sabem sobre o fato que será julgado no processo. Estão distantes.

Em seu auto de perguntas João José de Oliveira Bello, respondeu apenas conforme *ouviu dizer*, pois não conversou mais com a filha desde que ficou pública a desonra. Situação fácil de entender quando se pensa novamente na honra das moças como apanágio da família, cuja posse se concentra na figura do pai. Assim, o pai rancoroso, que corta relações com a filha é uma figura fácil de ser imaginada.

Entretanto, pode-se, neste caso, argumentar que em certa medida, o fato também se deve à própria Geraldina, que acaba saindo de casa sem lhe contar. Seria uma tentativa de evitar transtornos com o pai? Seria uma tentativa de fugir à autoridade do pai? Ora, talvez Geraldina estivesse buscando liberdade e quebra de laços de dependência. Com a virgindade eliminada grande parte das restrições feita às jovens não mais se justificavam.

No processo de Benec dita⁵⁵, segundo as partes envolvidas, o defloramento ocorreu em dezembro de 1904, e até janeiro do ano seguinte mantiveram *relações ilícitas*, como se faz questão de ressaltar no decorrer do Processo. Benec dita *compactuou até que ela percebeu que estava sendo enganada*, e aí então é que foi com sua mãe dar a queixa.

Todas as testemunhas parecem saber que após o defloramento, Camillo recusou cumprir sua promessa. Mas será que o casamento era o principal motivo que levava Benec dita a abrir um inquérito policial? Ela poderia estar tentando forçar seu casamento, tentando não perder um *bom* partido ou mesmo uma paixão. A confirmação, feita pelo exame de corpo delito, de que Benec dita *era portadora de um infecção resultante de um cópula infectante* (Imagem 17), pode sugerir envolvimento de Camillo com outras mulheres. Se Benec dita soubesse desses envoltimentos, poderia ter ido buscar no decorrer do processo recuperar seu namorado, forçando casamento, seria uma forma de não perdê-lo. Diferentes concepções de casamento de fato existiam, mas não deixaria de ser por isso um aspecto altamente valorizado.

De fato, a família acaba por oferecer muitos elementos para o discurso jurídico sobre as mulheres, e também sobre o meio social popular. Como sugere Rago (1985), instruir hábitos moralizados e costumes regrados, que se contrapunham as suas práticas, significava, de fato, revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir. A

⁵⁵ Camillo André Silva (e Benec dita Pereira da Silva), 1905. doc. cit.

família nuclear teria a função de tentar seduzir o trabalhador, ao mesmo tempo que pretendia remodelar seus hábitos e costumes. A intenção seria implantar um padrão de mulher higienizada capaz de civilizar seus familiares, educando seus filhos com bons valores e transformando seus homens em trabalhadores ordeiros e disciplinados.

Como ressalta Tilio (2005) as mudanças que se davam no período não eram só econômicas, mas também de maneiras de socialização e educação entre homens e mulheres. Seus correlativos papéis sexuais esperados se entrecruzavam com as concepções reguladoras do espaço social, por meio de medidas médicas, jurídicas e religiosas/morais. É neste cenário que o casamento condensaria, em sua complexidade, as permissões e proibições destinadas aos indivíduos quanto ao uso de sua sexualidade, transposta em maneiras de inserção dos indivíduos na esfera pública.

O impacto dessas mudanças nas relações pessoais e amorosas também foi percebido por Priore. Em suas palavras,

Nunca, em período anterior, tantas pessoas foram envolvidas em um tal processo de transformação de hábitos cotidianos, convicções e percepções, influenciadas, querendo-se ou não, pela expansão do capitalismo: a energia, o petróleo, os altos fornos, o desenvolvimento da indústria química e metalúrgica, e também da bacteriologia e da bioquímica, os impactos de novas medidas de higiene e profilaxia, isso e muito mais influenciou definitivamente o cotidiano, bem como controle de doenças, da natalidade e prolongamento da vida. Surgem os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, os telefones, os utensílios eletrodomésticos, o rádio, o cinema e a televisão, a anestesia, a penicilina etc. O impacto dessa revolução científico-tecnológica se fez sentir nos hábitos do dia-a-dia e, por conseguinte, nas formas de relacionamento. (PRIORE, 2006, p. 231/232).

Pensando nos casamentos Tilio (2005) destaca que foi entre final do século XIX e início do XX incentivado maciçamente, como forma de preservar a ordem social, que médicos, religiosos, educadores e juristas divulgassem as concepções de “famílias higiênicas e morais”. A materialização dessas ideias encontra-se no Código Penal de 1890, que oficializa e define regras para o matrimônio.

Mais do que um ato cívico ou religioso, o casamento deveria reeducar as pessoas envolvidas divulgando costumes morais e impondo condutas a serem seguidas. Em Heller (2011) percebe-se que a manipulação social acaba por fragmentar o indivíduo em papéis sociais. E neste sentido, “as exigências e normas da ética formam a intimação que a integração específica determinada (e a tradição do desenvolvimento humano) dirige ao indivíduo, a fim de que esse submeta sua particularidade ao genérico e converta essa intimação em motivação interior” (HELLER, 2011, p.39). Segundo a

autora, há numerosos indícios e numerosos componentes da atitude própria do papel social que já estão dados de modo geral na existência social do homem, não havendo fronteira rígida entre os comportamentos destituídos do caráter de “papel” e aqueles que o possuem. É necessário na convivência social um determinado plano de relações mecânicas que são fornecidas pelo papel social. As funções de tipo papéis são, antes tudo, condicionadas pelo conjunto da sociedade e estão, assim, disseminadas no corpo social.

Alguns argumentos de Carvalho (1990) são interessantes a este trabalho por tratar da relação e do papel que os populares representavam no contexto da Primeira República. Dando continuidade a seus estudos que mostraram a nula participação popular na proclamação da República, Carvalho (1990) se pergunta sobre se houve tentativas de legitimação que a justificasse. Carvalho entende que, como discurso, as ideologias republicanas permaneciam restritas ao círculo das elites educadas, e o autor propõe que o extravasamento do mundo extra-elite deveria acontecer por sinais universais. Assim, a aproximação da população com o novo regime não deveria ser realizada por meio de discurso inacessível ao público de baixa instrução. Ao contrário esta batalha ideológica em torno do regime republicano deveria ser elaborada através do imaginário⁵⁶ por meio de símbolos.

Proclamada a República, logo a corrupção e a negociata passaram a caracterizar o novo regime, desapontando⁵⁷ muito dos republicanos que haviam se empenhado na mudança de regime político e fazendo com que os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente percebessem que não se tratava da república dos seus sonhos. Muitas representações da República nas caricaturas da época, como demonstra Carvalho (1990) e Lustosa (2008), evidenciam a rápida deterioração da imagem do regime. E da clássica figura da matrona romana passa-se à figura da cortesã.

Logo, como mostra o autor, a virgem, ou a mulher heroica dos republicanos foi facilmente transformada em mulher da vida, em prostituta sendo esta a representação

⁵⁶ Ver Carvalho (1990) “A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro” (p.10).

⁵⁷ Ver Carvalho (1990) “A formulação mais forte do desencanto talvez tenha vindo de Alberto Torres, já na segunda metade do século: ‘Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos’” (p.33).

dominante usada mesmo por quem havia apoiado inicialmente o novo regime. “A República, quando não se representava pela abstração, clássica ou romântica, só encontrava seu rosto na versão da mulher corrompida, era uma res pública, no sentido em que a prostituta era uma mulher pública” (CARVALHO, 1990, p.89).

Dessa forma, a tentativa de manipular o imaginário da República por meio de representação feminina, “caiu no vazio, quando não no ridículo” (CARVALHO, 1990, p. 89). “Entre nós, se o povo masculino esteve ausente da proclamação, que dizer do povo feminino? Se não havia povo político de homens, que eram chamados públicos. A mulher, se pública era prostituta” (p. 92). Além delas não terem sido contempladas nesta participação, muito menos era considerado próprio que elas participassem.

No cenário público da época, encontram-se pouquíssimas aparições de mulheres. Algumas acompanhavam os maridos ao saírem as tropas na madrugada do dia 15, outras acompanharam seus maridos que partiram à expedição de Canudos em 1896. Mas em nenhum desses casos a adesão feminina é percebida como adesão à República. E pelo contrario, em 1904, durante a revolta da vacina, jornais haviam registrado a participação de prostitutas junto aos rebeldes. Ou seja, “a mulher que os melhores pintores da época representavam não tinha lugar no mundo da política, não tinha lugar fora de casa, a não ser nos salões e nos teatros elegantes, ou nas butiques da rua do Ouvidor” (CARVALHO, 1990, p. 95).

Havia assim alguns obstáculos ao uso da alegoria feminina para além do significado de que a República se mostrava distante do sonho de seus idealizadores, havia o obstáculo de que a mulher como figura pública inexistia e a mulher cívica não era uma representação que convencia.

Talvez a representação feminina mais próxima seja a de Miguel Lemos no quadro intitulado “Pátria” (imagem 6 e 7⁵⁸). A cena do quadro retrata um grupo de mulheres localizado no espaço privado de uma casa, representado em todas as idades, filha, mães, avós, confeccionam a bandeira. A imagem é “exaltação tanto à bandeira e à pátria quanto ao papel moral da mulher na educação dos filhos e no culto dos valores morais da família e da pátria” (CARVALHO, 1990, p. 121). O quadro apresenta figuras idealizadas de mulheres que amamentam, abraçam e beijam uma criança, numa atividade considerada típica do universo feminino no contexto do lar. E a figura masculina, um velho, aparece apenas no canto direito. Aparentemente se referindo ao

⁵⁸ Fotografia do quadro “A pátria” de Pedro Bruno disposto em parede do Museu da República.

fato de terem as filhas de Benjamin Constant bordado uma bandeira positivista que foi oferecida à Escola Militar.

Para Carvalho (1990) ainda que se tentasse por meio da construção de símbolos que visavam à criação de um imaginário popular republicano, seja na tentativa de criação de mito da proclamação, do herói cívico, de alegoria feminina do regime republicano ou por meio dos símbolos oficiais, hino e bandeira, e outros, todas as tentativas tiveram pouco êxito. De forma que “o esforço despendido não foi suficiente para quebrar a barreira criada pela ausência de envolvimento popular na implantação do novo regime”. Não havia raiz na vivência coletiva, e “a simbologia republicana caiu no vazio, como foi particularmente o caso da alegoria feminina” (p.141).

A novidade, a modernidade que ocorrera com o novo regime, como argumenta Carvalho (1998), significava muita coisa. Poderiam ser as novidades tecnológicas:

a estrada de ferro, a eletricidade, o telégrafo, o telefone, o gramafone, o cinema, o automóvel, o avião; eram as novas instituições científicas (como Manguinhos, Butantã, a Escola de Minas, as escolas de Medicina e Engenharia); eram as novas ideias, o materialismo, o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo social, o livre cambismo, o secularismo, o republicanismo; era a indústria, a imigração europeia, o branco; era a última moda feminina de Paris, a última moda masculina de Londres, a língua e a literatura francesa (...). (CARVALHO, 1998, p. 120).

Mas esta modernidade não incorporava a ideia de igualdade e de democracia. “O povo era na maior parte hostil ou indiferente ao novo regime, e nenhum esforço foi feito para incorporá-lo ao sistema político por meio do processo eleitoral” (CARVALHO, 1998, p. 120). Não havia um significado de civilização que os contemplasse, pois o conceito indicava antes uma aristocratização da vida urbana do que sua democratização. Divulgando uma modernidade que não se baseava na força da iniciativa individual, nem tinha lugar para o exercício da fraternidade da tradição popular brasileira, “a relação do Estado com o indivíduo era uma combinação de repressão e paternalismo” (p. 126).

Certamente grande parte da preocupação de juristas sobre o Crime de Defloramento era considerar que, possivelmente, logo a requeira poderia vir a ser mãe e dessa forma recebendo a potencialidade de ser educadora. Assim, ela deveria estar enquadrada na estrutura familiar seguindo modelos normativos. Neste sentido não só a família é considerada meio educativo como também ela está sendo educada por meio do empenho judiciário. Havia normas e expectativas sobre as diferentes funções que cada um teria

neste núcleo. Algumas ladainhas encontradas no jornal de Piracicaba durante esta primeira década de 1900 sobre a qual tanto falamos nos trazem características ideais que se esperavam destas pessoas. O papel da mulher é muito significativo.

Boa parte das representações sobre as figuras do homem e da mulher foram divulgadas nos jornais da cidade por meio de poemas e ladainhas que se seguem.

Texto 1 :

No Nosso Noivado⁵⁹

Quando no dia alegre do noivado
Teu braço no meu braço eu vir pousar,
Inda julgo isto um sonho a sonhar
Me quisera eu ficar sempre a teu lado

Hei de então querer ver o teu olhar
Fitando no meu olhar enamorado.
Para ver se minha alma tem sonhado
Venturas que não passam de sonhar

Mão de fada, pequena e tão branquinha,
E depois der-te-ei, cheio d' unção
Finalmente sou teu e tu és minha!

No texto, poema intitulado *No nosso noivado*, temos o ideal de amor romantizado, o destaque à importância do momento do noivado e a espera do casamento. A aproximação física dos dois quando o noivo coloca o braço no ombro da noiva, troca de olhares enamorados, e a lembrança dos sonhos que o noivo teve e espera alcançar. A *mão de fada da noiva* pequena e branquinha lembra o momento doce em que em breve *sou teu e tu és minha*. A aproximação de imagens referentes à vítima e ao indiciado é fortemente utilizada no processo de Maria Angelina A. Silveira⁶⁰. O texto jurídico logo começa traçando imagem idealizada dos envolvidos dizendo que eram *Jovens da mesma cor. Ele alto e esbelto, ela graciosa e ardente*. O princípio básico que norteava tal escolha era o da igualdade, claramente enunciado nos tais provérbios: “se queres bem casar, casa com o teu igual”, “casar e comprar, cada um com seu igual”. (PRIORE, 2006, p.24).

⁵⁹ Texto assinado por Mario Monteiro e publicado na edição de sábado do Jornal de Piracicaba no dia 8 de outubro de 1904.

⁶⁰ Processo-crime de Defloramento. Réu Claremundo Martins. Ano de 1906. Doc. Cit.

Texto 2 :
Amor de família⁶¹

“As lágrimas são raras no homem, e essas poucas estimuladas pelos afetos do coração, e pelas paixões violentas da alma, não seriam bons exemplos aos filhos. Mas a mulher, anjo das lágrimas...”

A palavra família simboliza, a suprema das venturas mundanas, o sacralo misterioso onde se divinizam as grandes virtudes, que, depois se apresentam à luz da publicidade, ao comércio do mundo para serem admiradas.”

Já no texto 2, *Amor de família*, o casamento já foi consumado e agora está em destaque o papel que homem e mulher devem desempenhar na presença dos filhos. As lágrimas que pouquíssimas vezes devem molhar o rosto do homem devem ser por outros motivos que os sentimentos. O pai choroso não seria bom exemplo para os filhos. Já a mulher *anjo das lágrimas* estaria liberada para demonstrar seus sentimentos por meio do choro. E segue ao conceituar a palavra família, espaço *supremo das venturas mundanas*, lugar onde se divinizam as grandes virtudes dos indivíduos, ainda mais que só boas pessoas formariam famílias, como forma de se apresentar à sociedade, à *luz da publicidade, ao comércio do mundo para serem admiradas*, e aí poderia acrescentar neste contexto, analisadas e julgadas.

Texto 3 :
Ladainha das Moças⁶²

São Bartolomeu
Casar-me quero eu
Com moço bem rico
São Nicolau
Que não seja muito máo
São Benedicto
Que seja bonito
São Vicente
Que não seja pertinente
São Sebastião
Que me leve à função
Santa felicidade

⁶¹ Texto publicado no Jornal de Piracicaba no dia 11 de outubro de 1900, escrito por C. Castelo Branco.

⁶² Ladainha publicada em 13 de outubro de 1904 no Jornal de Piracicaba.

Que me faça a vontade
São Benjamin
Que se apaixone por mim
Santo André
Que não tome rapé
São Gabriel
Que seja fiel
Santo Anceto
Que ande bem quieto
São Miguel
Que me perdure a lua de mel
São Bento
Que não seja ciumento
S. Margarida
Que me traga bem vestida
SS Trindade
Que felicidade!

Texto 4 :

Ladainha dos Moços

“Santa Guiomar, eu quero me casar.
Santa Helena, com moça morena.
Santa Cecília, de boa família.
Santa Gabriela, que não seja tagarela.
Santa Matilde, que seja bem humilde.
Santa Rita, que seja bonita.
Santa Filomena, que não seja pequena.
Santa Inês, que fale francês.
Santa Rosa, que não seja muito prosa.
Santa Generosa, que não seja raivosa.
Santa Leonor, que me consagre muito amor.
Santa Vitória, que não conte muita história.
Santa Sinfrorosa, que não seja preguiçosa.
Santa Julieta, que não me faça careta.
Santa Beatriz, que não tenha grande o nariz.
Santa Cristina, que não seja libertina.
S. Pedro e S. João,
livrai-nos daquelas que estejam destinadas ao tacho de sabão.
S. Sebastião, mártir e penitente,
livrai-nos da sogra impertinente. Amém”

Os textos 3 e 4 são ladainhas publicadas no Jornal de Piracicaba durante o período estudado e trazem várias imagens de como se deveria desejar os pretendentes, moço e moça. Vale lembrar que a linguagem da ladainha era relacionada a práticas religiosas e estava ligada à memorização, que neste contexto, segundo Vidal (2005)

assumiu posição ambígua no período tratado. A memorização “era detratada por políticos e educadores que pregavam seu banimento da escola e sua substituição pelo uso de novos métodos pedagógicos” (VIDAL, 2005, p. 112). Entretanto no caso destas ladainhas percebe-se que por meio da linguagem empregada os textos tratam são de domínio popular e trazem de maneira bem humorada uma espécie de lista das características desejadas em moços e moças ainda que mantenha presente referência aos santos católicos.

No texto 3, a ladainha conta com um “eu lírico feminino” e detalha o tipo de homem desejado, já que quer se casar. O eu lírico deseja encontrar um moço rico, bondoso, bonito, que não seja teimoso, apaixonado, que não seja de beber, não ciumento, que a traga bem vestida. E que ainda “ande bem quieto” pelo espaço público, e que no privado a “leve a função”, sendo duradoura a lua de mel.

O texto 4, traz a visão de um moço sobre o tipo de moça ideal, já que o “eu lírico” também quer se casar. E deseja moça morena, bonita, humilde, de boa família (ora a honra da moça seria demonstrada pelos bons modos da família que educou a moça), fale francês, esteja longe *das destinadas ao tacho de sabão* e lhe consagre muito amor. Só que além dessas características o texto ainda aborda uma série de *não deveres* de sua mulher ideal. Ela deveria não ser tagarela, nem muito prosa, nem contar muito histórias, a moça devia ser bem calada, não fofocar, nem ficar de papo com conhecidos, nem ser conversadeira. Não deveria ser pequena, ter grande nariz, nem ser raivosa. Não poderia ser preguiçosa, fazer careta e muito menos ser libertina. E que a futura sogra, se for impertinente, esteja longe.

Era *Ao chic piracicabano* que se dirigiam os anúncios da *grande alfaiataria de Almeida e Santos* nas páginas do *Jornal de Piracicaba*, ao lado dos muitos anúncios de professores de música, ama de leite, e loteria promovendo viagens à Europa, em princípios de 1900. Elegância e bom gosto ganhavam também espaço nas páginas do outro jornal local. Sentenciando como “verdadeiro trabalho paulista” a *Gazeta* noticiava em setembro de 1889 os excelentes chapéus de palha de milho fabricados por d. Maria Angélica de Carvalho moradora da rua Direita no número 157. Segundo Heller (2011) a orientação para o futuro termina por transformar-se em moda. “Da mesma maneira como vão se estereotipando os sistemas funcionais da sociedade, do mesmo modo como os tipos de comportamento tendem a converter-se em ‘papéis’, assim também a orientação para o futuro transforma-se na necessidade de não ficar atrasado com relação

a moda” (HELLER, 2011, p.118), sendo então manifestação alienada da orientação para o futuro e estando em relação direta com o crescimento da categoria de “papel”.

Segundo Oliveira (1995) quando se pensou na atuação de atores sociais na prática educativa, a mulher passou a ser vista como agente privilegiado na formação dos indivíduos na sociedade. Estudando diversos manuais, composta por uma intelectualidade plural (leia-se composta por homens letrados, políticos, médicos e juristas), para a conduta feminina Oliveira percebe que havia um modelo de mulher que passa a vigorar como norma para que estas se tornassem fonte de “progresso e civilização” (p. 19). Caberia à mulher manter posturas adequadas, pois os exemplos conseguiriam educar mais do que palavras, e porque seria na vida cotidiana que se conseguiria educar diariamente. Aparecendo em muitos textos como agente principal de uma sociedade disciplinada, e entendendo então, a categoria de gênero como “elemento constitutivo das relações sociais, expresso nas práticas normativas que compõem uma cultura dada e como o modo mais imediato de expressão das relações de poder” (p. 23).

Oliveira afirma:

A mulher, engrenagem central da família, organizadora da vida doméstica, educadora e principal responsável pela saúde e grandeza das gerações futuras, aparece como a figura central dentro da estrutura de pensamento dos homens desse período. O seu duplo papel de objeto de normatização e irradiador do mesmo processo reforça a sua importância e lhe confere uma situação estratégica na implantação das relações de poder da sociedade que este escritores tinham em seu horizonte. (OLIVEIRA, 1995, p.76).

Como ainda argumenta Oliveira, os livros de bons modos visavam à “classe média” como principal grupo de leitores (as). Seus ensinamentos dialogavam com as concepções científicas vigentes na época e teriam público selecionado. Mas não é difícil se pensar que seus ensinamentos também chegassem a outros grupos sociais, exemplo disso seria, a divulgação de citações de Aimé Martin nos corpos dos jornais entre o final do século XIX e o início do XX.

Em um desses “manuais de ensinamentos para mulheres” Aimé Martin, discutia o problema da valorização do ensino intelectual em detrimento da valorização do desenvolvimento da alma e concebia 3 tipos de educação: a física, a moral, e a intelectual. Para o autor o engrandecimento do intelecto através de apenas aquisição de conhecimentos só faria agravar os problemas sociais existentes.

Relembrando os argumentos de Rosseau sobre a valorização da família, para Martin ao mudar a educação dada às meninas, os homens mudariam e, também numa relação recíproca: mudando-se a Educação reabilitar-se-ia o casamento.

Afinal,

O que é uma criança para um preceptor? É um ignorante, que se tracta d'instruir. O que é uma criança para a sua mãe? É uma alma, que se tracta de reformar. Os bons professores fazem os bons estudantes: **só as mães fazem homens**: d'aqui resulta que o cuidado de educar as crianças pertence à mãe e só a ela: e que, se os homens o tem usurpado, é porque teem confundido a educação e a instrução, cousas essencialmente diferentes, e que é muito importante distinguir, porque a instrução pode interromper-se e passar em perigo d'uma para outra mão; a educação porém deve ser inteiriça: quem a interrompe não a consegue; quem a abandona, depois de a ter começado, verá parecer o seu filho nas divagações do erro, ou, o que é mais deplorável, na indiferença da verdade. (grifo nosso) MARTIN, 1870, p. 48-49⁶³

Destarte a “figura da mãe educadora de seus filhos pode ser interiorizada pelas mulheres, como foi, porque estas se reconheciam neste modelo, e não devido a uma sujeição imposta unilateralmente. feita pelos sujeitos históricos” (OLIVEIRA, 1995, p. 128). O papel das mães nos Processos de defloração também se destaca neste aspecto. Muitos Processos se preocupam em sinalizar a presença da mãe na vida das filhas, quando elas autorizavam que passassem, permitiam que frequentassem sua casa, faziam café para o noivo de sua filha e as investigavam quando suspeitavam de alguma ação diferente por parte das filhas.

Comparando o processo de implantação do modelo nuclear burguês entre os grupos populares europeus e o caso brasileiro, Claudia Fonseca pretende, dentre outros objetivos, mostrar a desmistificação da família conjugal moderna como unidade natural, provar que a urbanização não traz a nuclearização da família, ao contrario, redes de parentesco são favorecidas, e sugerir a possibilidade de existência de outras formas familiares específicas às camadas populares. Abrindo a possibilidade de se pensar as diferentes versões da família que as diferentes classes podem compor, cita-se Fonseca:

A história nos ensina quão difícil foi a implantação do modelo nuclear burguês entre os grupos populares europeus. As medidas coercitivas de enclausuramento dos séculos XVIII e XIX visava sanear a rua, retirando mendigos, órfãos e prostitutas do espaço público. A família conjugal só veio a consolidar no início do século XX, com as táticas sedutoras de persuasão:

⁶³ MARTIN, Luis Aimé. Família, ou a civilização do gênero humano pelas mulheres, Porto, TYP. da livraria nacional, 1870. / Biblioteca Nacional – Setor de obras gerais.

salários dignos, escolarização universal de alta qualidade e uma melhoria geral das condições de vida da classe operária (1997, p.521).

Exemplificando a precariedade da família conjugal nos meios populares, Fonseca (1997) destaca alguns elementos. Em primeiro lugar, é destaque entre os populares a necessidade de se acionar estratégias coletivas para a sobrevivência de crianças, sem as quais é difícil de imaginar como esta população teria conseguido se reproduzir. Em segundo momento podemos pensar na provável dificuldade da polícia em intervir no meio popular, o que leva a historiadora a sugerir que aí se encontrava a necessidade de estratégias de proteção próprias, para além da encontrada na polícia, e seja talvez este o caminho para que se possa encontrar um fator que justifique a necessidade da presença masculina (forte e valente) para atestar a integridade moral das mulheres.

Dessa forma pode-se entender situações mostradas por Soihet (1997), quando o homem ao se sentir adverso aos padrões e tentar exercer seu papel ideológico no espaço privado, o que muitas vezes o levava a explosões em episódios violentos, encontraria resistência familiar frente à sua autoridade. E em muitos casos, contrariando as expectativas, invertem-se os papéis. Pode-se perceber, analisando os crimes de violência entre casais populares, preocupação de Soihet que muitas vezes o poder privado era feminino.

Se os homens se mostravam mais influentes aos padrões previstos pela ideologia dominante para a sociedade mais ampla, no espaço privado do lar mostravam-se sem autoridade. Antes de tudo, o papel de mantenedor atribuído ao homem dificilmente se concretizava no meio popular. E esta dificuldade do homem de ser o provedor do lar, dava às mulheres certa autonomia.

Considerando as características dessa autonomia feminina que se instaurava, Soihet (1997) propõe que:

O estereótipo do marido dominador e da mulher submissa, própria da família da classe dominante, não parece se aplicar in totum nas camadas subalternas. Muitas mulheres assumiram um comportamento negador de tal pressuposto. Algumas reagiam à violência, outras recusavam-se a suportar situações humilhantes chegando mesmo, a abrir mão do matrimônio – instituição altamente valorizada para a mulher, na época. As condições concretas de existência dessas mulheres, com base no exercício do trabalho e partilhando com seus companheiros da luta pela sobrevivência, contribuíram para o desenvolvimento de um forte sentimento de auto-respeito. Isso lhes possibilitou reivindicar uma relação mais simétrica, ao contrário dos estereótipos vigentes acerca da relação homem/mulher que previam a subordinação feminina e a aceitação passiva dos percalços provenientes da vida em comum. (p. 377).

Não se pode deixar de lembrar que o próprio discurso oficial, em suas entrelinhas, considera o poder da mulher. Se a intervenção policial tinha dois polos, como destaca Esteves (1989), a marginalização e a civilização, o mesmo ocorria com as mulheres. Ao mesmo tempo em que a intervenção policial, podia marginalizar, seja a mulher por considerá-la não honesta ou o próprio ofensor por meio de prisões; também tinha caráter civilizador, ou seja, tinha função instrumental, tinha que recivilizar a moça ofendida, e a própria relação de amor entre os dois, o que na maioria dos casos significava forçar casamentos.

A mesma dicotomia abrangia a mulher que se associa a um duplo pólo: se por um lado tinha seu caráter marginalizador, sobretudo quando associado à figura da mulher decaída, enquanto mãe cabe a ela o caráter civilizador.

A maternidade, conforme o estereótipo estabelecido pelo discurso oficial era função da mulher, e sua fonte de identidade. Mais que um momento, era um estado que deveria durar para a vida toda. De acordo com o modelo normativo, a mãe deveria civilizar por meio da maternidade. O que demonstra que mesmo dentro do discurso dominante podemos encontrar uma brecha para se perceber a mulher ativa.

Como sugere Perrot (2001) as mulheres possuem poder de forma fragmentada e múltipla, ou seja, possuem poderes em sua forma polivalente. Os poderes das mulheres têm traços interessantes enquadrados pelas ideias dominantes do século XIX: o primeiro, diz respeito à potência civilizatória, que é atribuída à mãe, tendo em vista seu papel desempenhado na maternidade; já o segundo representar o poder da força do mal na imagem da mulher decaída, que a sociedade pretendia marginalizar.

Pensando na pequena participação das mulheres no interior das entidades de classe, Rago (1985), não desconsidera a ocorrência de participação em outros momentos de resistência feminina: “Penso, nesse sentido, nas lutas que representavam um questionamento prático das imposições que pesavam sobre a mulher, na própria definição de sua identidade e não apenas na condição de trabalhadora” (p.73). Dessa forma, a autora acaba por sugerir que a ação das mulheres estava mais no campo moral que político: o que se coloca, segundo a autora, “é a necessidade de apreender as diversas formas que a resistência feminina assumiu e, neste caso, especialmente no campo da moral” (p. 74).

Os crimes de defloração são muito ricos a esse respeito. A presença ativa das mães na maioria dos Processos é um forte exemplo. No Processo de Benecedita⁶⁴ é interessante perceber que quem assume o papel de liderança sobre a honra da ofendida é a mãe. E é ela, quem se torna a protagonista da história, seja por que inicia o inquérito, no dia 9 de Janeiro de 1905, ou ao descrever porque deixou o noivo da filha frequentar sua casa.

Se, como nos explica Caufield (2000), o casamento fazia com que judicialmente a mulher se tornasse uma entidade amorfa, incapaz de representar a família judicialmente, podemos destacar a ação da mãe como representante legal da filha em caso inverso. Prática e discurso se opunham, e neste meio a figura da mulher emerge com destaque nos dramas sexuais de suas filhas.

Percebendo esse descompasso, Caufield esclarece que:

O interessante é que as mães agiam como representantes legais das filhas mais frequentemente que os pais e não sentiam necessidade de explicar ou de justificar seu papel como chefe de família. Em resumo contrariando os conceitos sobre gênero que informavam a subjetividade jurídica, as mães existiam como sujeitos autônomos que exerciam autoridade, sozinhas ou com o companheiro, tanto em público como no âmbito privado. Pelo menos nos casos documentados nos processos criminais, geralmente era a mulher, não o homem, a responsável pela guarda da honra da família (2000, p. 241).

Não se pode esquecer que no Processo de Benecedita⁶⁵, a falta do pai biológico poderia explicar por que a autoridade sobre a filha era, em certa medida, exercida pela mãe. Mas, se na teoria, a posse sexual simbólica criava uma rede de dominação a qual o homem possuía a mulher, os Processos analisados são exemplos opostos. Ou seja, como percebeu Caufield, na prática os conflitos de autoridade em torno da sexualidade, geralmente envolviam protagonistas do sexo feminino.

A chefia da mãe nesta família pode ser uma das explicações para essa alteração de liderança, frente à falta do pai biológico. Mas conforme nos lembra Caulfield:

Tanto a alta incidência de famílias chefiadas por mulheres entre a população da classe trabalhadora do Rio de Janeiro como o recurso dos homens às estratégias extrajudiciais para defender a honra provavelmente ajudam a explicar por que as mães ou outras mulheres (tias, irmãs ou patroas de empregadas domésticas) desempenharam um papel de liderança nesses dramas sobre a honra. Mas os processos de defloração também sugerem que as mães empregavam estratégias variadas e atuavam como protagonistas, mesmo quando os homens estavam presentes (2000, p.241).

⁶⁴ Camillo André Silva (e Benecedita Pereira da Silva), 1905. doc. cit.

⁶⁵ Camillo André Silva (e Benecedita Pereira da Silva), 1905. doc. cit.

Entretanto, apesar desta evidência de desvio da norma, não se pode esquecer que estas mães, ou mesmo as ofendidas, procuraram ao longo do decorrer destes Processos articular um discurso convincente sobre sua honestidade, conforme os parâmetros esboçados pelo saber jurídico e também médico.

Seja no destaque dado às atividades domésticas, conforme o relato de Geraldina⁶⁶, que lavava roupas na gruta do sítio, onde o defloramento se deu, ou no relato de Gertrudes⁶⁷, que fora deflorada no caminho de buscar água; ou mesmo, como vimos, na tentativa percebida, em pelo menos três dos Processos analisados, de provar submissão por parte das ofendidas, Geraldina dizia ter sido constantemente perseguida, antes de ser desonrada por seu deflorador. Benecedita⁶⁸ também só cedeu porque Camillo a ameaçou. E Gertrudes só não resistiu mais, as investidas de quem tirar-lhe o balde da cabeça, por saber que Lucio era forte demais e que seus esforços seriam fracassados. De fato, as mulheres procuraram, ao longo do decorrer dos Processos, se associar à moral oficial.

Como vimos, criar um discurso condizente com os padrões da moral era a forma de que dispunham essas mulheres para se fazerem merecedoras da honra perdida. Era também a forma de que dispunham para merecerem o status de ofendida. Todavia, não podemos desconsiderar que esse padrão talvez não fosse de fato vivido pelas moças que, podiam ter dito que haviam feito por temerem ser julgadas. Sabiam que poderiam vir a ser “[...] marginalizadas porque não tinham essas características ou porque não foram avisadas da obrigação de declará-las. Neste último caso, alguém tinha falhado na sua educação” (ESTEVEVES, 1989, p. 65). Esta compreensão sobre o problema permite pensar na possibilidade de ter dito, por que fora *ensinada a dizer*. Daí, também a importância de se entender o papel da educação na sociedade deste período, realizada dentro ou fora da escola.

⁶⁶ Geraldina da Conceição, 1897. doc. cit.

⁶⁷ Lucio Medeiros (e Gertrudes Ferreira), 1905. doc. cit.

⁶⁸ Camillo André Silva (e Benecedita Pereira da Silva), 1905. doc. cit.

5. Bilhetes de amor e cultura letrada fora da escola



Figura 5: A Leitura de Pierre-Auguste Renoir (1841-1919)



Figura 6: Almeida Junior 1899, Saudades.

Em maio de 1908 um episódio narrado no Processo de Defloração⁶⁹ sobre a honra de Amélia Lima, nos traz indícios desse envolvimento de cultura letrada em lugares diversificados. Amélia de Lima, menor de 21 anos, diz que há um mês foi deflorada pelo administrador da fazenda onde mora. Foi *perseguida por ele*, após o mesmo ter lhe escrito uma carta *declarando seu amor*. Por ocasião da festa de Santo Antonio, sabendo que ela esteve no baile de sábado a noite, no domingo o indiciado teria entregue a Amélia um novo bilhete censurando-a por ter ido a festa.

⁶⁹ Processo-crime de Defloração. Réu: José Pacheco (Pedro) Alvino. Requerente: a justiça. Sobre a honra de Amélia de Lima. Ano de 1908, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 8/A. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

Na segunda-feira da semana corrente, quando a menina foi levar comida na roça para seus pais e irmãos ele fez novas pretensões de promessas e tiveram pela segunda vez *relações carnavais*. Amélia, que a três anos frequentava a escola da fazenda, guardou o bilhete numa caixa de livros da escola que ficava em seu quarto. Quando este foi encontrado pela mãe, embora tenha tentado fugir, teve a moça que revelar seu segredo.

Normas do bem falar, como sabemos, eram determinantes ainda mais para aqueles que não sabiam ler e escrever, durante a pesquisa foi possível considerar que a expressão *Ouvir dizer* era prova incontestável que a maioria das testemunhas utilizavam. Por outro lado o réu e a ofendida precisavam saber declarar bem, cumprindo protocolos de modos e posturas, demonstrando seu bom comportamento. Em poucos episódios a cultura letrada aparece, mas quando o faz é significativa, pois ganha diversos contornos e significados durante o decorrer dos Processos. O pai de Geraldina⁷⁰, por exemplo, por meio de carta oficializa seu pedido. Já Alvino⁷¹, faz um texto longo, com citações e cumprindo protocolos de escrita, sua prova de honestidade. E a carta e o bilhete que poderiam ser prova de desonestidade do administrador nas mãos de analfabetos é peça rara.

Os argumentos de Bakhtin mais uma vez nos ajudam a entender a importância da fala e da escrita neste contexto, tendo considerado, conforme aponta Toledo que “numa interlocução entre dois sujeitos, é importante analisar não só os vocabulários e as sentenças mas também os protocolos que determinam quem está falando, com quem está falando, como está falando” (2011, p.117).

De modo que,

O respeito às regras da ‘etiqueta’, ‘do bem falar’ e as demais formas de adaptação da enunciação à organização hierarquizada da sociedade têm importância imensa no processo de explicitação dos principais modos de comportamento (BAKHTIN, VOLPCHINOV, 1981, p. 43 Apud In: TOLEDO, 2011, p. 118).

É significativo perceber, neste caso, como o saber escolar, nas habilidades ler e escrever, se relacionava com a sociedade como todo, tanto porque foi vivenciado na fazenda pelas pessoas que reconheceram o bilhete, quanto foi articulado como prova de honestidade pelo administrador de um conjunto de fazendas.

⁷⁰ Sobre a honra de Geraldina da Conceição, 1897, doc. cit.

⁷¹ Sobre a honra de Amélia de Lima, 1908, doc. cit.

Talvez aqui caiba um pequeno diálogo com o conceito de *cultura escolar* para pensar nas experiências de internalização no interior da sociedade de instrumentos ou ferramentas (no caso leitura, escrita e, porque não, retórica) produzidos pela escola. Pensando a *cultura escolar* à época, como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”, conforme dada por definição de Julia (2001, p. 10), pode-se argumentar que,

(...) para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização (...) (JULIA, 2001, p. 11).

A aproximação deste conceito ajuda-nos a estudar a “escola como fenômeno cultural descrever suas práticas e buscar captar os significados atribuídos a ela pelos sujeitos” (VIDAL e SCHWARTZ, 2010, p.19). É necessário perceber como a produção da escola é levada para o interior da sociedade e como ganha sentido, tanto dentro da vivência da fazenda como na construção dos autos. Podemos aqui concordar com a concepção de que André Chervel que, preocupado com a história das disciplinas escolares, defende a ideia de a instituição escolar ser capaz de produzir saberes específicos que ao emergir de seu funcionamento interno se estendem à sociedade podendo então ser percebidas as diferentes expectativas sobre a função social da escola em distintas relações de poder.

Pensar nas expectativas geradas na sociedade como um todo sobre o “ler e escrever” bem como sobre o “bem falar”, no período estudado, é significativo. Neste período a exigência da alfabetização proclamada na Constituição de 1891, para acesso ao voto, restringia a participação política da mesma forma que, segundo Vidal (2005), ampliava-se neste contexto o valor social e político da escola. Segundo a autora, novos métodos pedagógicos ligados ao método intuitivo, a leitura e a escrita “cantada como possibilidade de construção da nacionalidade, unificando a pronúncia e o vocabulário, ou percebida como recurso para a difusão da escrita ortograficamente correta” (112), substituíam as lições de memorização. Leitura em prosa e verso, leitura expressiva e declamação faziam parte dos programas de leitura dos terceiro e quarto anos da escola primária em São Paulo em 1894, construindo o referencial escolar da leitura como fundamental para convívio nos meios sociais. Neste sentido é possível afirmar “o ensino

da língua a principal tarefa da escolarização, tanto no que concernia à disseminação do mundo letrado como separação entre civilização e barbárie quanto no que tangia ao preparo para a escrita” (119).

Segundo Fausto, os primeiros dados gerais sobre instrução mostram enormes carências nessa área, e pondera o autor que em 1872 o índice de analfabetos atingia, entre a população livre, aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos só mulheres. Apurou-se, ainda, que somente 16,85% da população entre seis e quinze anos frequentavam escolas. E segue,

Entretanto, calcula-se que chegava a 8 mil o número de pessoas com educação superior no país. Um abismo separava, pois a elite letrada da grande massa de analfabetos e gente com educação rudimentar. Escolas de cirurgia e outros ramos da medicina surgiram na Bahia e no Rio de Janeiro, por ocasião da vinda de D. João VI (2010, p. 237).

Durante o período estudado, Piracicaba teve um número significativos de escolas. Além de serem vistas pelos políticos locais com grande destaque, a cidade recebeu doações de prédios por populares para construção de novas escolas, o que demonstra que a população de maneira geral dava importância às escolas. O período de transição do século XIX ao XX é marcado por várias medidas de intervenção no espaço público, com intenção de difundir no espaço da cidade a modernização que reclamavam as elites cafeiras, as quais modificam as experiências dos cidadãos. Juntamente com as melhorias neste espaço, como edificação de prédios (em 1892 foi necessário a contratação de um engenheiro), tenta-se educar no campo das posturas e atitudes, criando-se lugares disciplinares como asilos, bibliotecas públicas e escolas.

Dessa forma, também o ideal de instrução se fortalece orientado por concepções de mundo que buscam definir condutas e hábitos. Esse discurso que articula escolarização e civilização é visto por Faria Filho como um discurso fundador do campo educacional e que “pretendem mostrar a centralidade da educação escolar e da instrução na constituição da civilidade e, mais tarde, da ordem e do progresso” (2003, p. 81-82). O processo de escolarização, então entendido como medida para propagar a instrução, une-se aos projetos de modernização da cidade e passa a ser empreendido em escala significativa.

O *Relatório da Câmara* do triênio de 1890-1901 descreve ainda um fato curioso de que aproximadamente 5.555 pessoas sabiam ler, ou seja, metade da população, o que

era incomum para a época. Entretanto, esse dado parece bastante incorreto, vale considerar a intenção e o significado de declarar esse dado no Relatório da Câmara da cidade e, também, procurar compreender o que o conceito de leitura e de leitor significava para as pessoas daquela época. Sabe-se que em 28 de fevereiro de 1892 inaugurava-se o Gabinete de Leitura, segunda biblioteca pública da cidade, localizada à rua Prudente de Moraes na casa de seu presidente, o senhor José Miguel de Andrade. Como aponta Galzerani “no interior [de] ´novos` contextos urbanos de leitura, isto é, nas bibliotecas, gabinetes de leitura, associações, escolas, aprofunda-se o projeto moderno – republicano ou não – de uma prática sócio-cultural ancorada na escrita” (1998, p. 238).

Neste Relatório da Câmara de Piracicaba, apresentado à Câmara em 7 de janeiro de 1902, Moraes Barros⁷² deixa claro que “os registros só concentram nos fatos mais dignos de nota”. Tentando abranger os diversos ramos do serviço público que “visavam o progresso material e elevação moral do município” (p. 6), se dedicam aos seguintes temas: instrução, finanças, higiene, rede de esgotos, abastecimento de água, viação pública, iluminação, recenseamento urbano, leis e resoluções.

Em relação à instrução pública, o Relatório considera “bastante animador o estado atual da instrução no município, quer na parte devida à ação do Estado, quer na parte devida à ação da Câmara municipal” (p. 6). Sinalizando que todas as instituições de ensino interessariam direta ou indiretamente, passou-se a descrever o estado atual das escolas, separando-as entre estaduais, municipais e particulares.

Em ofício da Câmara, localizado por Guerrini (2009), datado do dia 5 de abril de 1895, endereçada à presidência do Estado, estava uma proposta do Dr. Manuel de Moraes Barros, considerando necessária a criação, nesta cidade, de um Grupo Escolar acompanhado de uma Escola Complementar e oferecendo para a edilidade a soma de 20:000\$000. Em fevereiro de 1900, a Câmara teria representado ao governo do Estado interesse e necessidade de se criar dois Grupos Escolares na cidade, oferecendo a quantia de 20:000\$000 para sua criação.

O Primeiro Grupo Escolar (depois Barão do Rio Branco) é descrito no relatório como portador do prédio mais belo dentre as demais escolas públicas. Tal prédio foi construído pelo Governo do Estado, na parte sul da cidade, ao longo da rua Ypiranga,

⁷² Paulo de Moraes Barros era no triênio tratado Presidente da Câmara Municipal. É uma figura importante para a História de Piracicaba dando nome, como já dito, a rua e escola.

tendo a Câmara concorrido com 38500\$00. O Grupo escolar vinha atendendo 370 alunos. Já o Grupo Escolar Moraes Barros estava situado em prédio particular, alugado pelo Estado por 2000\$000. Situado na parte norte, atendia 320 alunos de ambos os sexos. A Câmara tinha construído 2 telheiros para abrigo de alunos no recreio e vinha se esforçando, apesar de não ter conseguido, para obter do governo edificação de casa própria para o Grupo funcionar. As duas escolas, em 1901, atendiam em sua capacidade máxima, deixando de atender novos pedidos de matrículas: o 1º Grupo Escolar deixara de atender 100 pedidos de matrículas e o Grupo Escolar Moraes Barros outros 160. A Escola Complementar (depois Sud Menucci), que estava situada na Rua do Rosário, em um prédio construído pela Associação Propagadora de Instrução, então extinta, foi adquirida pela Câmara Municipal e doada ao Estado para manutenção de curso secundário. Com o propósito de formação profissional, com habilitação para o magistério público, em 1901 chegou a ter 85 alunos e 109 alunas. Em 1902 já possuía um número superior a 120 matrículas. Para o Relatório, este seria o estabelecimento que mais mostraria resultado para o município, tendo 15 professorandos da 1ª turma de 1900 e 14 na turma de 1901. Mas Chiareli (2008) alerta que vários fatos, como a distância da escola para os moradores da zona rural e a falta de vagas, os afetava e dificultavam o acesso à escola. Em suas palavras eram “poucos que tinham recursos materiais e físicos de freqüentarem e viverem o universo escolar republicano. Na verdade, era uma elite da sociedade que conseguia ingressar na Escola Complementar” (p.92).

A Escola Noturna Estadual estava situada na Rua do Comércio e possuía 34 alunos, sendo quase todos operários menores. Sobre esta escola Guerrini (2009) destaca que em 5 de abril de 1894 informavam as notícias locais que a escola noturna municipal funcionava no prédio da cadeia pública, e “estava às moscas, pois os alunos estavam com medo do 'recrutamento’” (p.249). Quando mudou para um prédio particular, as matrículas se elevaram.

Das escolas isoladas, foram descritas a da 2ª Cadeira, situada na rua São José com 48 alunas; a 5ª cadeira, na rua Boa Morte com 30 alunas. Nesta escola destaca-se a presença da professora Francisca Elisa da Silva que se aposentou em dezembro de 1901, com 28 anos de exercício sem ter tirado uma única licença; e uma terceira escola na Vila Rezende (Imagem 7⁷³) destinada aos alunos do sexo masculino que, na época,

⁷³ A imagem presente no acervo do IHGP sem data, mostra parte da Vila Resende a ponte e parte de cima do rio. Nela percebemos pouca vegetação no bairro da Vila Resende e também no trecho que observamos

segundo o Relatório, contava com 26 alunos. Mas não se pode desconsiderar que outras instituições no campo também surgiram, como a Escola na Fazenda Pau d'Alho, na zona rural que, em março de 1898, segundo Chiareli (2007) já funcionava. Das escolas desenvolvidas por meio de iniciativas de fazendas particulares, não temos notícias pelo Relatório da Câmara investigado, mas por outras fontes⁷⁴; sabe-se que durante a primeira década de 1900 também havia uma escola na Fazenda Santo Antonio.

A Escola Agrícola foi inaugurada em 3 de junho de 1901, com 30 alunos. O Relatório destaca que a distância de 2 km da Escola Agrícola da cidade oferecia dificuldade de transporte para alunos e professores e indica a necessidade de empenho da Câmara nesse sentido ao afirmar que "a Escola Agrícola há de ser um sinal do progresso do nosso Estado, incontestavelmente será um verdadeiro patrimônio do nosso município, tão grande, tão importante, que um futuro não remoto, serão largamente compensados todos os sacrifícios que por ela forem feitos" (p.8).

De acordo com Percin (2004) teria sido a necessidade de transformação dos meios produtivos, pensando em melhores resultados qualitativos e quantitativos exigidos pelo mercado, que induziu a construção social da ciência agrônoma. Durante o primeiro semestre de 1901 a Escola Agrícola estava passando ainda por sua pré-inauguração e como lembra Molina (2011), o acordo de doação da fazenda realizado entre Brazilian Gentleman e o Estado de São Paulo estava expirando, tendo inclusive uma cláusula determinando a devolução da propriedade, caso a construção da instituição escolar não vingasse em dez anos. Para Molina (2011), os trabalhos de adaptação foram realizados com certa pressa sendo de caráter emergencial para que, por contrato, a propriedade não fosse desvinculada das mãos do Estado. Mas, pelas notícias divulgadas no jornal Gazeta, muito relacionadas à elite política local, se imprimiam ideais de sucesso na instalação.

Apesar de destacar as escolas estaduais, a Câmara procura deixar bem claro que, tem procurado auxiliar o Estado na instrução pública, mas que não tem, contudo, se olvidado de impulsionar a sua própria. Nas escolas do Campestre e Baptista, a Câmara espera que a população ajude (oferecendo casas e colaborando com os provimentos). Na

poucas construções. Há um trilho. E algumas pessoas que posaram para o retrato, duas carroças mais simples com cavalos. Possivelmente onze homens e uma mulher, duas crianças e mais um animal próximo as pessoas.

⁷⁴ Processo-Crime de Defloramento acervo judiciário de Piracicaba. Espaço Memória Acervo Piracicabana/CCMW/UNIMEP.

escola do Campestre os moradores pretendem construir casas e oferecer à Câmara. Já no Baptista, a escola esteve funcionando, mas foi suspensa porque a média de frequência dos alunos estava muito baixa.

A Escola Municipal Noturna funciona em salas do prédio da própria Câmara Municipal, com 33 alunos, do sexo masculino, sob o controle do prof. Jacintho Antenor da Silva Mello, que estava na época quase inválido e contava com um ordenado mensal de 100\$000. A Escola de Tanquinho também se destinava à educação dos meninos, tendo no período 22 matriculados. O prof. dirigente era João Alves de Almeida que tinha um ordenado de 150\$000. Havia uma preocupação quanto ao decréscimo das matrículas no triênio e se esperava apurar as causas que deveriam ser removidas. A Escola de Xarqueada⁷⁵ funcionava em prédio cedido, era uma escola mista, que contava com 72 alunos e estava sob controle da profa. Carolina Cintra que também tinha um ordenado de 150\$000.

Quanto aos colégios e escolas particulares contava-se neste triênio 10 instituições. Algumas particulares em pouco tempo de instaladas fechavam as portas como nos lembra Guerrini (2009) ao retratar que o colégio Ipiranga iria fechar as portas, na década de 1890, depois de 5 anos de existência.

A escola Igualitária Instructiva era fruto de uma associação realizada por senadores, era noturna e possuía 60 alunos, em geral operários e menores. Os professores eram: uma aluna da Escola Comunitária e um aluno da Escola Agrícola. A Escola Cooperativa da Fábrica de Tecidos fora fundada por ex-proprietários da fábrica e se destinava aos funcionários, sendo, portanto noturna. Contava com 90 alunos e estava situada na rua Luiz de Queiroz.

Já o Colégio Piracicabano é descrito no Relatório como o estabelecimento particular mais antigo da cidade, contando na época com mais de 20 anos de experiência. Tinha sido fundado e dirigido por uma associação de senhoras dos Estados Unidos do Norte e “assegura aos seus alunos a mais sólida instrução, ministrada de acordo com os métodos da moderna pedagogia” (p.11). Tinha na época 133 alunos de ambos os sexos.

A importância deste colégio costuma ser sempre lembrada por quem se volta para a História da Educação na região, sobretudo no que se refere ao currículo escolar que incorporará uma série de conteúdos inéditos nas escolas brasileiras. A hipótese

⁷⁵ Com X conforme grafia da época.

levantada por Boaventura (2007) de que o projeto educacional da Igreja Metodista alcançou relativo êxito, também pelo fato que encontrou na cidade um ambiente favorável à circulação de sua proposta dentro da fase de transição do Brasil Império para o Brasil Republicano ajuda a entender a importância de sua proposta pedagógica no contexto da cidade para o presente projeto.

Já o Colégio Assumpção era modelado pelo Colégio Patrocínio da cidade de Itu, fundado por freiras irmãs de São José. Segundo Guerrini (2009) foi em 10 de agosto de 1893 que chegaram as 6 primeiras freiras irmãs de São José de Chambéry para tomar conta do colégio de meninas que mais tarde recebeu o nome de Colégio Nossa Senhora da Assunção. Tinha mais de 150 alunas e em 25 de janeiro de 1901 seu prédio junto à Igreja Boa Morte foi completamente destruído por um incêndio, tendo funcionado, a partir de então, em 2 edifícios alugados no extremo sul da rua do Comércio para acolher suas 80 alunas. Novo prédio estava sendo construído no mesmo lugar do antigo a partir de março do ano em que escreviam o Relatório.

Por sua vez a Escola dos Capuchinhos era gratuita e se dedicava também à catequese, tinha prédio próprio ao lado da Igreja e se situava na rua Saldanha Marinho, tendo mais de 120 alunos. Para os relatores este fato demonstra a necessidade de construção de mais de um grupo escolar e da criação de novas escolas públicas, que possam abrigar o maior número possível de crianças, “onde lhes seja ministrada a salutar instrução leiga” (p. 12).

Havia outros colégios, um pouco menores, cujas informações postas no Relatório eram escassas. É o caso do colégio Tristão Mariano situado na rua Prudente de Moraes, que possuía 48 alunos de ambos os sexos; também havia a escola da rua Luiz de Queiroz que possuía 38 alunos, já a Escola Italiana Humberto I, da rua da Direita, tinha 65 alunos, a Escola Instrução da Sociedade de Mútuo Socorro estava na rua do Comércio e também atendia exclusivamente a meninos e estava no período com 30 alunos. Outra escola era a da Dona Eulalia Pinto, situada na rua da Direita e por último a escola de Dona Guilhermina Huffer Becher próxima ao largo municipal que se dedicava apenas à educação de meninas. A primeira estava com 13 alunas e a segunda com 25.

Algumas dessas escolas, como seria o caso do Colégio Piracicabano e do Colégio Assumpção, tiveram sua criação relacionada à grupos de outras localidades, mas, obviamente, suas aspirações tinham significados para os cidadãos de Piracicaba a

ponto de se destacarem. Outras escolas, sobretudo relacionadas a grupos e organizações civis locais, também estavam presentes no cenário piracicabano e nos mostram a direta relação sociedade e escola. As questões relativas a concessão de prédios às escolas públicas também evidenciam a proximidade dessa relação. Todas as Instituições pareciam compor, aos olhos dos relatores do Relatório, o quadro de otimismo em que a educação formal era percebida, considerando que as instituições escolares produzem e são produzidas a partir das relações com seu meio social.

A desoficialização do Ensino estabelecida no cenário brasileiro por conta de várias medidas que se mesclavam com o federalismo desejado, política e economicamente, possibilitaram que esta relação fosse se fixando em tons locais. As instituições escolares eram correspondentes às necessidades que os próprios habitantes sentiam. O processo de escolarização, então entendido como medida para propagar a instrução, une-se aos projetos de modernização da cidade e passa a ser empreendido em escala significativa. De todo modo, o Relatório aponta que a isenção de impostos a diretores e professores de colégios, facultada pela Câmara Municipal, incentivaram esse desenvolvimento. E ainda, o orçamento para a instrução pública era de 8000\$, verba que excedia às necessidades de despesas das escolas existentes, o que permitiria a instalação de novas escolas.

Entretanto, não vale a pena ser simplista a ponto de imaginar que este quadro signifique acesso ao ensino a todos os habitantes. O quadro demonstrativo dos alunos nos 22 estabelecimentos de ensino de Piracicaba, no período, aponta o atendimento de 1881 alunos, sendo 1787 da cidade e 94 dos bairros de Tanquinho e Xarqueada. Ressalta-se o fato de que tendo o recenseamento de 1900 verificado a população escolar urbana em número de 2.372, destes 583 crianças ainda não recebiam instrução; destas, mais de 300 não recebiam porque não encontraram vagas nas escolas. Uma vez que, evidentemente, muitas pessoas não tiveram acesso à escola, outras nem tinham necessidades dela, e também não se tem notícia sobre em que medida os matriculados chegaram a frequentar efetivamente as aulas. De fato não se visava Instrução a toda a população. Mas é evidente que havia outras formas de transmissão de saberes nas camadas populares. E também, é perceptível que deveria haver outras formas de se educar as camadas baixas da sociedade que também compunham a nova sociedade republicana.

Neste contexto em que havia tantas escolas na cidade torna-se pertinente argumentar como as diferentes concepções educacionais circulam no espaço da cidade e como as instituições de fato compunham os espaços das ruas e como chega para as pessoas em áreas rurais. Não se pode também desconsiderar a grande quantidade de escolas que fechavam durante o ano letivo pelo baixo número de alunos que a frequentavam. Mas o importante é que todos eram envolvidos, mesmo fora das escolas, pelas culturas que as rodeavam e invadiam o cenário da cidade ultrapassando as paredes das instituições.

Para Rocha (2006) a modernidade da nação exigia o enfrentamento da questão educacional:

A nação moderna será construída em longo prazo, com o enfrentamento dos principais problemas nacionais e a formação do seu povo. Em decorrência desse enfoque, parte dessa geração dos críticos republicanos engajou-se na militância educacional (p. 137).

A questão da construção de uma modernidade para a nação está então articulada a uma proposta de modernização educacional, a partir de uma transformação social como um todo. De maneira que: “Ao invés da compreensão da modernidade como obtenção de metas, pensou em formação de atores” (ROCHA, 2006, p. 142).

Nesta perspectiva Cury (2010) também discute o lugar da Educação nos novos projetos de República, e destaca a mensagem presidencial de Deodoro da Fonseca encaminhada à Constituinte de 1890-1891 que continha a tríade República, Educação, Cidadania e propunha sua efetivação no novo regime. A ideia de progresso que o novo regime aspirava se entrelaçava com o critério de Educação: “Se não poderiam faltar as ideias de progresso material como fator de luta pela vida, tais ideias seriam incompatíveis com a ignorância, símbolo do atraso e fator de involução” (CURY, 2010, p.33).

Neste sentido em que “falar bem significava escrever bem, fosse pelo arsenal de palavras representando socialmente como ‘de qualidade’, fosse pelo primado da identidade fonética entre a boa articulação dos sons e a escrita correta” (VIDAL, 2005, p. 119), como vimos no texto anterior, muitas mulheres e homens foram marginalizadas por não conseguirem criar um discurso condizente com os bons modos. A organização do pensamento pela lógica escritural era um artifício decisivo nas tramas dos Processos.

Culturas e práticas centradas na atividade escolar formal rodeavam as pessoas e invadiam o cenário da cidade ultrapassando as paredes das instituições. A valorização da oralidade, leitura e escrita encontrados nos Processos relaciona-se com a escola formal podendo ser analisada pela categoria “cultura escolar”. Julia (2001) pesquisando sobre as versões documento *Ratio Studiorum* percebeu que o colégio era também um lugar de incorporação de saberes, comportamentos e hábitos exigidos pela sociedade. Seria necessário então, estudar o conceito de cultura escolar pela análise “das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular” (JULIA, 2001, p.10).

Já para Chervel, como aponta Vidal (2005), “a instituição escolar era capaz de produzir um saber específico cujos efeitos estendiam-se sobre a sociedade e a cultura, e que emergia das determinantes do próprio funcionamento institucional” (p.26). Com as contribuições de Chervel pode-se pensar como saberes próprios do domínio da educação formal emergiam em contextos diversos dentro da vivência de diversas pessoas. Pensando no ensino de língua pode-se considerar segundo o autor que “(...) uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massas que ela determina (...)” (CHERVEL, 1990, p. 184). Teria-se assim, uma forte relação nem sempre pacífica segundo Julia (2001), entre o saber escolar e a cultura da sociedade, demonstrando como critérios puramente escolares poderiam se tornar elementos de distinção na tessitura dos autos dos Processos analisados nesta pesquisa.

Poderíamos aqui especular que entre os documentos estudados, só nos casos em que o réu pertence às atividades de soldado, praça ou administrador, sabiam ler. Na maioria dos casos em que o rapaz sabia ler, a moça também sabia. Não foi possível perceber em nenhum dos Processos que os pais sabiam ler e a ofendida não. A grande maioria das testemunhas sabe ler, ainda que o réu e a ofendida não saibam. Já no Processo de Amélia encontramos um bilhete escondido em seu quarto, mas como será que fora “lido” pelas pessoas envolvidas? Ou seja, será que todos sabiam ler naquele tempo?

Vale lembrar que o papel era um objeto delicado e luxuoso, não incorporável ao fazer escolar que só no século XIX, com a relativa redução dos custos de produção, passa a ser introduzidos no universo escolar. No entanto, como destaca Vidal “teria que guardar até as primeiras décadas do novecentos para tornar-se o suporte privilegiado

para a execução de tarefas escolares” (2005, p.126). Dessa forma, no contexto tratado, ainda mais no ambiente de uma fazenda, era de rara circulação, podendo ser no contexto do cotidiano da família de Amélia um elemento raro. Por outro lado, a perspectiva amorosa/intima do bilhete que fora guardado em seu quarto, e da carta anterior (que já fora queimada pela menina no momento em que Amélia conta sua história) nos dão outras pistas sobre as apropriações que a leitura possibilitou aos protagonistas envolvidos.

Ora, se “o quarto é apenas uma das formas do direito ao segredo” (PERROT, 2011, p. 72), a leitura solitária e silenciosa encontra no quarto seu refúgio. Ler no quarto significa em parte estar livre de convenções sociais habituais, embora como no caso das mulheres, no século XIX, sua leitura, mesmo no domínio do privado, “preocupa padres e moralistas que temem a influência dos romances em seu emprego de tempo, seus nervos e seu imaginários” (PERROT, 2011, p. 88). O quarto também é, por excelência, lugar do pensamento, é “também propício a escrita pessoal, que não necessita do recurso a bibliotecas, a dossiês”. Trata-se da “escrita de si, por si, para os íntimos, que requer dispositivos cuja simplicidade aparente é fruto de um extremo refinamento técnico: mesa, cadeira, papel, pena, caneta...” (PERROT, 2011, p. 90).

Da mesma forma, o quarto também é lugar das memórias e das relíquias pessoais. É lugar de maravilhas, de coleções, de livros preferidos, objetos favoritos, de relíquias e seu esconderijo. E conforme Perrot (2011), os quartos-museus a partir do século XIX são muito mais privados. “Referem-se menos aos aparelhos científicos do que aos livros, aos móveis, aos quadros e sobretudo aos objetos, tornando-os obsessão de um século que faz do bibelô uma paixão e do bricabraque uma arte de viver” (PERROT,2011, p. 99).

Ainda que Amélia more em uma fazenda que tem características distintas da “casa burguesa”, que esta mais relacionada ao privado, as evidências que encontramos no Processo, sejam realmente ditas por Amélia e os pais ou criadas pelos escrivães, traz à leitura do pesquisador características do quarto como espaço de relíquias de Amélia. Não é evidenciado quem mais divide o quarto com a menina, nem são fornecidos detalhes sobre os móveis ou seus rituais de leitura, hora de dormir, etc. Mas a mãe só mexeu na caixa de materiais escolares da filha quando esta foge de casa e é preciso se descobrir para onde e porquê, e aí descobre o objeto escondido. Pode-se pensar que a guarda do bilhete e de seus livros escolares no quarto significasse também que a leitura

para Amélia e sua família estava sendo entendida como relíquia e bibelô, ainda mais estando numa casa onde apenas ela sabia ler.

A mãe de Amélia não sabia ler, não consegue decifrar o bilhete e então, em companhia de seu marido (pai de Amélia) pede ao padeiro que o leia. A fuga para a família é prova de que algo diferente ocorrera com a menina.

Como a mãe e o pai, bem como possivelmente os irmãos, de Amélia não sabiam ler, e a possibilidade da leitura precária do padeiro não teria sido suficiente, a mãe pede para que a professora de Amélia leia o bilhete em voz alta para que possa ouvir sua leitura. Elas o leem por pelo menos três vezes. No entanto, a professora era irmã do administrador da fazenda e guarda o bilhete longe da posse da família de Amélia.

Nesse caso, sem a presença física do papel resta ao decorrer do Processo apenas a palavra da ofendida contando sua leitura, e a memória das três leituras do bilhete que os pais de Amélia puderam ouvir, a palavra do padeiro, primeiro leitor e a palavra da professora e sua mãe, mãe e irmã do indiciado.

No decorrer do Processo todos são unânimes em destacar que o bilhete reservava uma linguagem punitiva/afetiva por Amélia ter frequentado o baile de Santo Antonio, que ocorrera sábado a noite na fazenda onde morava. Segundo a professora o bilhete dizia: “Minha querida, você também no baile no meio daquela gente nem fez caso de mim” (Imagem 18). Mas, sem ter nome assinado, conforme a professora, o bilhete parecia guardar a saudação “de sua amiga”, demonstrando ter sido de modo escrito por uma amiga não podendo ser considerado prova do envolvimento de José Alvino.

O Processo continua contando com várias testemunhas confirmando a honestidade de Amélia, apesar desta ter sido vista no último baile. E a honestidade de José Alvino também é destacada, tanto como administrador das fazendas como no particular.

Negando seu envolvimento com a menor, o administrador pede 10 dias para que possa providenciar uma prova de sua honestidade. Escolheu como prova de honestidade, como nos parece, escrever um texto provando não ter sido autor do defloramento. Muito diferente da leitura precária do padeiro, da própria menina (afinal, ela frequentava escola a apenas 3 anos), e do analfabetismo dos pais, familiares e vizinhos de Amélia, o administrador prepara um texto de 14 páginas com argumentos muito bem estruturados. Além de se valer de textos jurídicos brasileiros para seus argumentos José Alvino ainda cita textos jurídicos em francês em sua defesa (Imagem

18). Argumentando que apenas a declaração de uma moça não pode ser considerada prova suficiente.

No texto de defesa, possivelmente escrito pelo advogado Francisco A. de Almeida Morato em conjunto com o administrador indiciado, o primeiro argumento é o do bom nome do réu, tendo sido acusado por injúrias o que atesta, segundo o(s) autor(es) a necessidade de tal texto para o decorrer do Processo.

A falta de motivos do acusado para deflorar a menor são evidenciadas: ele não sacrificaria seu futuro por um casamento *nestes termos*, nem se sujeitaria a pagar um dote confessando culpa e perdendo a fama de homem honesto. O Processo está *carregando uma porção de vícios da injustiça*.

Sendo o administrador das fazendas dos irmãos Moraes Barros ele trata constantemente com várias famílias de colonos e empregados, nunca tendo faltado aos *deuses da honra*, o que para ele é dever de todo homem de bem, e também condição de manter seu prestígio e a autoridade com que se faz obedecido por seus subordinados. Defendendo seu caráter, o advogado diz que essa situação é de responsabilidade, tendo o acusado certamente o direito de implorar que a justiça tenha um estudo calmo, completo e imparcial dos autos, pois o indiciado corre risco duplo nessa acusação que impõe risco em seu nome e sua carreira.

Para o(s) autor(es) a acusação não se baseia apenas na palavra da ofendida que nos termos em questão não passa de uma fonte única, sendo considerada, segundo ele(s), indicio remoto ou livre. O desenrolar dos depoimentos dados pelas testemunhas também não trazem outra prova contundente.

Por sua vez, eles acusam de ilusório o caráter amoroso do bilhete. E desconfia do fato da mãe só ter investigado os papéis da filha quando ela tinha fugido. E como a mãe da menor, analfabeta, pode distinguir entre os papéis escolares da menina o bilhete? Só depois da fuga ela se preocupou com os papéis da filha? Como pode desconfiar do administrador? E sem saber ler como se pode confiar o que ela diz, já que este é um assunto em que saber ler e escrever é condição indispensável? Ele, um homem inteligente, nunca frequentou bailes, porque escreveria um bilhete? Não seria melhor dizer pessoalmente?

Segundo o(s) autor(es) do texto de defesa a história do defloramento é falsa e mentirosa e ninguém pode comprovar se não estava mesmo o bilhete assinado por *tua amiga*. O *contra-indício* que se infere do bom comportamento e moralidade do acusado

é de grande valor e se opõe aos maus modos de narrar o defloramento por parte da ofendida.

Considerações:

Ao término deste trabalho, na busca de problematizar os aspectos educativos do cotidiano popular, tendo como tema a *Educação e o cotidiano nas histórias de amor na Primeira República em Piracicaba* resgato, em caráter provisório, considerando a permanente provisoriedade da interpretação dos dados-fonte da pesquisa, questões fundamentais que nortearam toda a discussão. Com isso, as considerações trazem o término deste trabalho, mas não das inquietações que me movem, na direção de pensar a educação. Assim, poucas considerações posso traçar, sendo breves e possivelmente provisórias. Isto porque proponho a educação como uma articulação complexa com o processo social e como forma permanente de transmissão de saberes, ou seja, porque estou trabalhando com um conceito de educação que vai para além da educação formal. O conceito de educação com o qual trabalho, ultrapassa os portões da escola e é flagrada nas entrelinhas dos Processos-crime de Defloração. Mesmo as mulheres e homens ali declarantes ou depoentes, que não frequentaram as iniciativas da educação formal, todos demonstram suas posições diante da vida e de suas ações e demonstram a existência de uma educação produzida na prática da vivência social.

Os objetivos específicos que o trabalho procurou atender foram: a) dar destaque, no período recortado, a figuras informais, como os populares; b) propor a abordagem de uma educação fora do ambiente escolar; c) dialogar tanto com as pesquisas existentes no campo da História quanto com as produzidas no campo da História da Educação; d) fortalecer o debate sobre a importância da utilização de fontes não usuais no campo da História da Educação; e) pensar sobre os lugares e espaços de transmissão de saberes na Primeira República; f) contribuir para a história da cidade de Piracicaba reafirmando a pertinência de trabalhos ancorados na história local.

Ao longo do texto, focado nos *Processos-crime de Defloração*, fonte primeira da pesquisa, foram sendo discutidos os conceitos de *educação e cotidiano*, presentes nas histórias de amor emergentes da consulta aos textos dos Processos. O objeto da pesquisa foram os aspectos educativos do cotidiano encontrados nos seis Processos-Crime de Defloração pesquisados.

A preocupação com o **conceito de educação** – aqui entendido como *processo permanente de construção e compreensão da realidade, entendido como espaço de transmissão da cultura* – foi alimentado pelas ideias de Cambi, em suas proposições

sobre múltiplas vias e técnicas em que se faz a educação (aqui poderíamos pensar nas vias da cidade e a remodelação do espaço urbano, no domínio da vida em família e na amplitude das culturas escolares que disseminavam instrumentos próprios do domínio escolar no convívio social), José Veríssimo, que logo a após a república propunha uma educação que ultrapasse a “mera instrução” e Gramsci, que ao escrever em um contexto muito peculiar nos traz possibilidade de pensar educação de uma maneira ampla e presente nos processos de formação humana em meio às diversas dimensões sociais.

Como já dito, por conta do conhecido cenário federalista do período, bem como pela preocupação com os aspectos do cotidiano do período estudado, o trabalho parte de uma pesquisa em escala reduzida que, pela proximidade com os acervos, elege como palco o cenário piracicabano privilegiando os anos entre 1890 e 1910 ainda que, de fato, seja necessário considerar que embora os crimes se passem na cidade, *locus* da pesquisa, o acervo faz parte dos documentos do poder judiciário e assim extrapola os limites do municipal. Politicamente, o período oficial, é o da Primeira República, embora a dimensão do *cotidiano* mostre as fragilidades dos recortes temporais.

José Veríssimo e outros intelectuais da época chamam a atenção dos republicanos para a importância da educação no Projeto de República gestado no período. Para isso, em sua obra, o autor aponta para a necessidade de uma política educacional que responda às aspirações das *mulheres e homens* do novo Regime.

Claramente, não encontramos rupturas profundas com as concepções passadas do período imperial quanto às *moralidades* e às *formas de conduta* nas décadas pesquisadas. São pequenas diferenças aqui e ali que podem se somar com o encaixe da propaganda republicana.

Como sinaliza Hobsbawm,

Há épocas em que o modo de aprender e estruturar o universo é transformado inteiramente num breve lapso de tempo, como nas décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Todavia, na época, essa transformação foi entendida, ou mesmo notada, por um número relativamente reduzido de homens e mulheres em alguns países e, às vezes, apenas por minorias, mesmo dentro dos campos de atividade intelectual e criativa que estavam sendo transformados. E nem todas essas áreas passaram por uma transformação, nem foram transformadas da mesma maneira. (2011a, p. 377).

A utilização de fontes usuais no domínio da História talvez tenha necessitado um cuidado a mais ao compor este trabalho que se preocupa com a História da Educação. Ao acreditar numa relação intensa e direta entre os campos de pesquisa da História e da

História da Educação, vale considerar que a educação oferece ao historiador um conjunto amplo de fontes para estudo, e que a ciência da história fornece ferramentas e metodologias de investigação dos fenômenos que permite a ambas construir conexões que auxiliam no aprofundamento do objeto de estudo. É interessante destacar a potencialidade das fontes judiciais que se entrelaçam em uma grande variedade de temas, sinalizando que passagens deste trabalho podem ser indicações de possibilidades do uso de fonte judicial, mesmo para um trabalho preocupado exclusivamente com as questões da educação escolar.

Da mesma forma ainda se faz necessário considerar que a utilização dos Processos nos permite uma entrada diferenciada para a história da cidade de Piracicaba, no contexto do trabalho. Ao permitir acesso a experiências e vivências de protagonistas informais, os documentos fazem emergir contextos da cidade como ruas, locais, escolas-fazenda, que não foram registrados por outros meios, como os aqui também pesquisados, Jornais e Relatórios da Câmara.

As histórias de amor e as questões de gênero, inclusas as manifestações artísticas do período apresentadas nas poesias e retratadas também nas gravuras de Renoir e Almeida Júnior, saltam dos textos dos Processos e permeiam todo o texto da pesquisa, na perspectiva de mesclar o trabalho de cunho acadêmico com as pulsões de vida e de moralidade presentes no período.

O que podemos perceber, ao final deste trabalho, é que não vale a pena ser simplistas a ponto de imaginar que todas as mulheres tenham digerido passivamente as normas impostas pela moral oficial, e nem acreditar que os empenhos investidos tenham, de fato, conseguido interferir diretamente nas formas de amar dos populares.

Afinal, encontramos várias evidências de que, de certa forma, os *valores morais* não estava apenas sendo incorporada. Estava sendo, sim, apropriada nos processos, mas podemos encontrar evidências que garantem, concordando com Chartier (1995), sua “reapropriação” em novas adaptações e, ou a “subversão” de sua lógica.

Gramsci propõe também neste sentido que,

Na realidade, mesmo que quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão na realidade apenas em estado de defesa, sob alerta (pode-se demonstrar esta verdade com a Revolução Francesa, pelo menos até 1830). Por isto, todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral; daí decorre que uma tal história só pode ser tratada através de monografias e que cada monografia

demanda um acúmulo muito grande de materiais frequentemente difíceis de recolher. (GRAMSCI, 2004, vol.5, p. 135/136).

Contrariando as expectativas, próprias de sua construção, os Processos-Crime são evidências de *circularidade de culturas*, sintetizadas, misturadas, opostas que nos permitem fazer emergir cotidianos, experiências e vivências de protagonistas reais, sendo assim, experiências complexas e plurais.

Cabe a intenção neste trabalho de ser mais uma forma de desmitificação da fonte de pesquisa judicial. Considerando que,

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mais também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 2003, p. 538).

No que se refere ao conceito de cotidiano, conforme as considerações de Heller (2011) entendeu-se que a vida cotidiana é o lugar privilegiado de apreensão do processo histórico. A abordagem do *cotidiano* foi possível, uma vez que empenhos legislativos, executivos e judiciários foram investidos na reeducação dos hábitos populares, e visavam remodelar até os âmbitos mais privados e cotidianos da população tendo os processos educativos cercado as personagens envolvidas nos Processos-crime.

Os protagonistas das histórias de defloramento eram pessoas comuns, considerados os populares do período – mulheres das classes populares e homens comuns, com destaque para um personagem que tinha uma função de maior proeminência – administrador de fazendas. Foram as histórias de Benedicta e Camillo, Gertrudes Ferreira e Lucio Medeiros, Claremundo Martins e Maria Angelina Alves da Silva, Luiz Augusto da Silva e Maria Antonia, Amélia de Lima e José Pacheco, Geraldina da Conceição, mas também de seus pais, vizinhos e demais testemunhas que por meio de falas, por vezes desconexas, permite a aproximação desse passado. Neste sentido, trazem ao presente, como num fragmento despercebido, indícios de experiências, de existências, de práticas amorosas, de transmissão de conhecimentos e comportamentos entre populares, que auxiliam na compreensão sobre o passado.

No que se refere ao conceito de *educação* pode-se considerar que há educação consistente e preponderante fora do ambiente escolar formal, e isto é perceptível nos relatos dos depoentes, nos textos consultados e escritos no período e sobre o período, nas relações que aparecem a partir dos depoimentos das testemunhas e nas expectativas

perceptíveis nas articulações das diversas falas, inclusive das autoridades que coordenavam os Processos.

No início do trabalho percebeu-se que o Crime de Defloramento, ao divulgar modos de condutas e acabar resultando em forçar casamentos, agia mais como prática educativa do que como lei punitiva.

Em sintonia com o aspecto educativo, presente na prática dos Processos-Crime de Defloramento, a própria concepção de casamento tinha caráter (re)educativo. Dentro do casamento supostamente cada um dos personagens desempenhava determinadas funções, como a linguagem bem humorada das ladainhas apresentava. O casamento era a saída que muitos Processos-crime de Defloramento usavam para reeducar os personagens envolvidos, aparecendo nos Processos aqui investigados como um artifício valorativo para amenizar um mau comportamento passado e, em função disto, muitos dispositivos eram acionados.

Alguns elementos da educação formal, como oralidade e escrita por exemplo, eram decisivos e estavam postos na cultura da época, independente da frequência ou não das pessoas a educação formal. Este é o caso da história envolvendo Amélia, em que percebemos que para além das prerrogativas políticas (como a necessidade de saber ler para votar) a instrumentalização do ler invadia a cotidianidade dos personagens envolvidos demonstrando que havia uma prática sócio-cultural ancorada na escrita.

Não houve, de modo algum, a intenção de esgotar as fontes, afinal se já não se esgota uma vez por todas o material esta não é a intenção ainda mais dos trabalhos que usam como fonte Processos-crime. Como diz Farge (2009) neste caso, “a escrita dessa história deve manter o gosto do inacabado” (p.118). Pois entende-se que “o arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado” (Farge, 2009, p. 14) e que a a história dos grupos sociais subalternos, como identifica já Gramsci é necessariamente desagregada e episódica (2004, vol.5, p. 135).

Assim, emprestamos das tantas histórias e versões indícios que nos permitissem apropriar de partes dos aspectos educativos no trânsito do cotidiano e das experiências de vida. Longe de procurar pela verdade procuramos nela a “verossimilhança”, como propõe Ginzburg (1991). Não houve a intenção de buscar ao longo dos textos dos processos as versões mais plausíveis, muito menos, averiguar qual seria o verdadeiro culpado, acreditando que este trabalho não deve servir para promover julgamentos. O que foi proposto na busca, por tais indícios, foi interpretar a sua presença, nas palavras

de Farge (2009) “a questão reside na difícil interpretação de sua presença, na busca de seu significado, na localização de sua ‘realidade’ em meio a sistemas de signos dos quais a história pode tentar ser a gramática.” (2009, p. 19).

Espero que este trabalho possa contribuir de alguma forma com reflexões a respeito da concepção de educação, de moralidade, bem como para as reflexões preocupadas com indivíduos populares. Muitas outras abordagens estão por serem feitas e muitos outros sujeitos merecem seu espaço. Espero que este trabalho possa dialogar e contribuir para a historiografia, bem como para nossa própria prática como educadores em vários ambientes, que possa auxiliar reflexões sobre o papel educativo da vivência social.

Anexos:

Anexo I: Capítulos I e II do Livro II “Dos crimes em espécie” do DECRETO N. 847 - DE 11 DE OUTUBRO DE 1890 que Promulga o Código Penal.

TITULO VIII

Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje publico ao pudor

CAPITULO I

DA VIOLENCIA CARNAL

Art. 266. Attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violencias ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral:

Pena - de prisão cellualar por um a seis annos.

Parapho unico. Na mesma pena incorrerá aquelle que corromper pessoa de menor idade, praticando com ella ou contra ella actos de libidinagem.

Art. 267. Deflorar mulher de menor idade, empregando seducção, engano ou fraude:

Pena - de prisão cellualar por um a quatro annos.

Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta:

Pena - de prisão cellualar por um a seis annos.

§ 1º Si a estuprada for mulher publica ou prostituta:

Pena - de prisão cellualar por seis mezes a dous annos.

§ 2º Si o crime for praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será augmentada da quarta parte.

Art. 269. Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violencia de uma mulher, seja virgem ou não.

Por violencia entende-se não só o emprego da força physica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psychicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e em geral os anesthesicos e narcoticos.

CAPITULO II

DO RAPTO

Art. 270. Tirar do lar domestico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta, de maior ou menor idade, solteira, casada ou viuva, attrahindo-a por seducção ou emboscada, ou obrigando-a por violencia, não se verificando a satisfação dos gosos genesicos:

Pena - de prisão cellualar por um a quatro annos.

§ 1º Si a raptada for maior de 16 e menor de 21 annos, e prestar o seu consentimento:

Pena - de prisão cellualar por um a tres annos.

§ 2º Si ao rapto seguir-se defloramento ou estupro, o rapto incorrerá na pena correspondente a qualquer destes crimes, que houver commettido, com augmento da sexta parte.

Art. 271. Si o rapto, sem ter attentado contra o pudor e honestidade da raptada, restituir-lhe a liberdade, reconduzindo-a á casa donde a tirou, ou collocando-a em logar seguro e á disposição da familia, soffrerá a pena de prisão cellualar por seis mezes a um anno.

Parapho unico. Si não restituir-se a liberdade, ou recusar indicar o seu paradeiro:

Pena - de prisão cellualar por dous a doze annos.

Art. 272. Presume-se commettido com violencia qualquer dos crimes especificados neste e no capitulo precedente, sempre que a pessoa offendida for menor de 16 annos.

Art. 273. As penas estabelecidas para qualquer destes crimes serão applicadas com augmento da sexta parte:

1º, si o criminoso for ministro de qualquer confissão religiosa;

2º, si for casado;

3º, si for criado, ou domestico da offendida, ou de pessoa de sua familia.

E com augmento da quarta parte:

4º, si for ascendente, irmão ou cunhado da pessoa offendida;

5º, si for tutor, curador, encarregado da sua educação ou guarda, ou por qualquer outro titulo tiver autoridade sobre ella.

Parapho unico. Além da pena, e da interdicção em que incorrerá tambem, o ascendente perderá todos os direitos que a lei lhe confere sobre a pessoa e bens da offendida.

Art. 274. Nestes crimes haverá logar o procedimento official de justiça sómente nos seguintes casos:

1º, si a offendida for miseravel, ou asylada de algum estabelecimento de caridade;

2º, si da violencia carnal resultar morte, perigo de vida ou alteração grave da saude da offendida;

3º, si o crime for perpetrado com abuso do patrio poder, ou da autoridade de tutor, curador ou preceptor.

Art. 275. O direito de queixa privada prescreve, findos seis mezes, contados do dia em que o crime for commettido.

Art. 276. Nos casos de defloramento, como nos de estupro de mulher honesta, a sentença que condemnar o criminoso o obrigará a dotar a offendida.

Parapho unico. Não haverá logar imposição de pena si seguir-se o casamento a aprazimento do representante legal da offendida, ou do juiz dos orphãos, nos casos em que lhe compete dar ou supprir o consentimento, ou a aprazimento da offendida, si for maior.

Tabela⁷⁶ 1: Quadro de Processos Catalogados como Defloração no Acervo do Judiciário na Cidade de Piracicaba/ CCMW (ano a ano) de 1853 a 1946.

	<i>N. de Processos</i>	<i>Especificação</i>
1853	1	
1870	1	
1881	1	
1882	1	da irmã
1888		
1898	1	
1890	1	
1891	1	
1892		
1893		
1894	1	
1895		
1896		
1897	1	
1898		
1899		
1900		
1901	1	
1902	1	1 tentativa
1903	1	
1904	1	
1905	5	
1906	2	
1907	2	
1908	5	
1909	3	
1910	3	1 tentativa
1911	1	
1912	3	

⁷⁶ As tabelas aqui apresentadas são construções da autora. Embora este trabalho não vise analisar longos conjuntos de documentos as tabelas foram construídas acreditando que poderiam colaborar com os argumentos neste trabalho articulados. Vale destacar que em sua confecção foram levados em conta o registro do próprio acervo do Centro Cultural Martha Watts e os inquéritos policiais, sumário de culpa e Processos. É interessante ressaltar que muitos Processos são abertos dentro de uma categoria e logo depois podem não mais se enquadrar nela sendo que o acontecimento pode acabar no decorrer das informações não configurando tal crime. Nota-se que isto ocorre com alguns Processos-crime de defloração, a presença de agressão, por exemplo, desconfigura o crime como defloração. É importante ressaltar ainda que há de se levar em conta ainda os problemas de seleção dos documentos que compõem o acervo, (mais informações podem ser encontradas em Monsma, 2011).

1913	2	
1914	5	
1915	9	1 tentativa
1916	9	
1917	17	1 rapto e defl
1918	8	
1919	8	
1920	20	
1921	7	2 estupro e defl
1922	6	
1923	7	
1924		
1925	18	1 rapto e defl e 1 estupro e def
1926	6	1 rapto e defl
1927	5	
1928	11	
1929	8	1 esturpo e defl
1930	14	1 del e estupro
1931	11	
1932	6	
1933	9	
1934	4	
1935	12	
1936	15	
1937	16	1 rapto e defloramento
1938	10	
1939	6	
1940	11	
1941	6	
1942	5	
1943	5	
1944	4	
1945	2	
1946	3	
1 sem data		

Tabela 2: Crimes registrados conforme Acervo do Judiciário na Cidade de Piracicaba/ CCMW nos anos 1888, 1898 e 1908.

<i>Natureza do Doc.</i>	1888	1898	1908	1918	1928
Acidente		1(desastre linha trem)		3	8 ⁷⁷
Agressão⁷⁸	6	20	18	27	17
Alvara filho menor			1		
Anulação de casamento					2
Apelação					3
Apreensão de dinheiro por escravo		1			
Apreensão de menor			1	1	
Assalto				1	
Atropelamento				3	5
Autos civeis de sequestro					
Cobrança de divida	6	30	6	68	
Cobrança de divida penhora	1	1			
Contra protesto		1			
Corpo delito	1	2			
Defloramento	1	1	6	8	12
Denuncia de crime				1	
Desobediência a policiais			1		
Desordem				1	
Destituição de pátrio poder					1
Divorcio litigioso		1		1	1
“Disquite” amigável					3
Doação de terreno		1 e 1 predio	1 imovel		
Dote de casamento	1				
Embargos	1		1	1	
Emancipação					1
Encontro de cadáver			3	2	
Entrega de carroça por divida				1	
Estupro				1	
Exame cadavérico		1			1
Fuga de preso		1	1		
Furto	1	2 (1no engenho)	3 (1animais)		7
Homicídio	3 ⁷⁹			6	4

⁷⁷ Neste ano 5 acidentes ocorreram em ambiente de trabalho.

⁷⁸ O crime de agressão aparece de forma diversificada: em 1888 o maior número ocorre com faca. Já em 1898, temos até agressão com podão, o número de uso de armas aumenta e parece diversificado os personagens, temos 1 contra preso e 1 contra soldado, e envolvendo menor e 1 por divida. Já em 1918 temos apenas 1 com faca e 3 por motivos de cobranças de aluguel.

⁷⁹ 1 durante jogo de cartas e 1 de ex-escravo.

Incêndio					1
Injúrias		1			2
Injúrias impressas e difamação	1			2	
Intimidação				3	
Invasão de propriedade		1			
Justificação de insanidade mental					1
Legalização de dívida	4	2			
Liquidação da sociedade da firma		1			
Liscença para casamento			3		
Manutenção de posses		1			
Negócios fraudulentos			1		
Nomeação de menor					1
Ofensa				1	
Prática de aborto				2	
Prática medica s/ conhecimento				1	
Prestação de contas		2			
Provar existência de servidão					1
Queixas de ofensas	1				
Rapto e ameaça				4	
Registro de nascimento					2
Renovação de inst		1			
Resistência a prisão					
Roubo				4 ⁸⁰	1
Suicídio			1	2	3
Tentativa de furto			1		
Tentativa de homicídio	3	2	3		
Tentativa de tomar preso de escolta	1				
Tomada de contas	1	7	9		3
Troca de bens		1			
Troca de tiros					
Tutela				5	3
Venda de propriedade alheia					1
Suprimento para casamento					4
Sobre como foi tratado na cadeia					1

⁸⁰ Sendo 1 de animais.

Tabela 3: Processos envolvendo Casamentos durante o período de 1888 a 1930

Forum	Ano	Tipo	Procedência
Juiz de Direito	1926	inquérito policial	Defl. e autorização p casamento
juiz de Direito	1938	autos de declaração	pedido casamento com menor
Juiz de Direito	1893	processo crime	casamento ilegal prim religioso
Juiz de Direito	1917	auto de petição e alvará	licença para
juiz de Direito	1931	autos de alvará	pedido para
Juiz de Direito	1930	autos de dispensa de prol	Prolomas
Juiz de Direito	1930	autos de alvará	Consentimento
Juízo de paz e casamento	1928	ação sumaríssima	cobrança de pagamento de debito
juiz de Direito	1923	alvará de licença	licença para
juiz de Direito	1928	autos de alvará de suprimentos	para realização de
juiz de Direito	1928	autos de alvará de suprimentos	para realização de
juiz de Direito	1929	autos de alvará de suprimentos	consentimento para realização de
Juiz de Direito	1929	consentimento para	Defloramento
Juiz de Direito	1930	autos de ação ordinária	nulidade de casamento
Juiz de Direito	1928	autos de ação ordinária	nulidade de casamento
Juiz de Direito	1921	autos de alvará de suplementos	consentimento para realização de
Juiz de Direito	1917	autos de alvará de suplementos	licença para
Juiz de Direito	1929	autos de alvará de suplementos	suprimento de idade para
Juiz de Direito	1924	autos de ação ord	Anulação
Juiz de Direito	1912	autos de alvará de suplementos	consentimento para realização de
Juiz de Direito	1927	autos de alvará de suplementos	consentimento para realização de
Juiz de Direito	1925	ação de anulação	ação de anulação
juízo de paz e casamento	1924	ação sumaríssima	cobrança de divida
Juiz de Direito	1912	justificação p/	provar casamento para
Juízo eclesiástico	1872	justificação p/	justificação p/
juízo de órfãos	1901	autos de licença	licença para
juízo de órfãos	1902	licença para	licença para
juízo de órfãos	1901	licença para	licença para
juízo de órfãos	1902	suprimento de licença	licença para
juízo de órfãos	1906	suprimento de licença	licença para
Juiz de Direito	1886	atuação officio	Escrituras
Juiz de Direito	1916	suprimento de licença	consentimento para realização de
Juízo Eclesiástico	1861	justificação p/	justificação de batismo p/
Juízo municipal	1888	insinuação de dote	Dote

Tabela 4: Documentos envolvendo Divorcio durante o período de 1888 a 1909

Ano	N. de pedidos
1888	0
1889	0
1890	0
1891	0
1892	2
1893	1
1894	0
1895	0
1896	0
1897	1
1898	0
1899	0
1900	0
1901	0
1902	1
1903	0
1904	1
1905	2
1906	1
1907	0
1908	0
1909	0

Imagem 1



Rua Morais Barros na década de 1910. Relatório da Camara de Piracicaba de 1915. Acervo CEPEME/UNIMEP.

Imagem 2



Rua Boa Morte antes de 1905. Acervo IHGP.

Imagem 3



Ponte do Mirante em 1875. Acervo IHGP.

Imagem 4



Mercado municipal antes de 1918. Acervo do IHGP.

Imagem 5



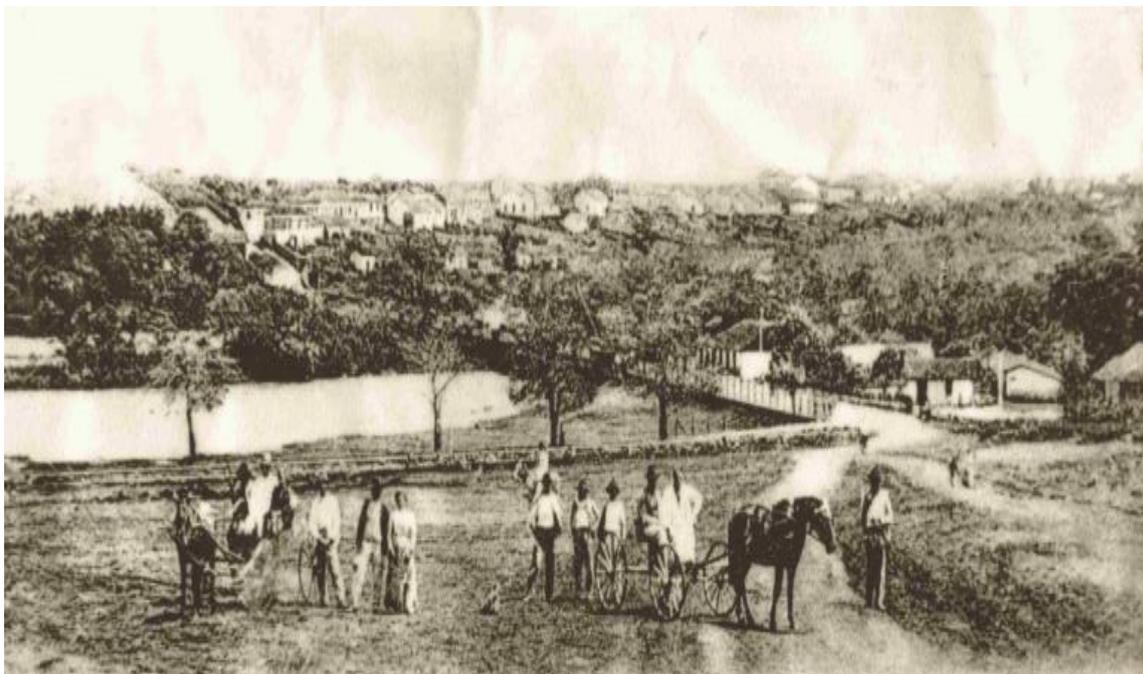
Em 1887 parte da população na praça da Igreja Matriz para distribuição da rede de água encanada. Acervo IHGP.

Imagem 6



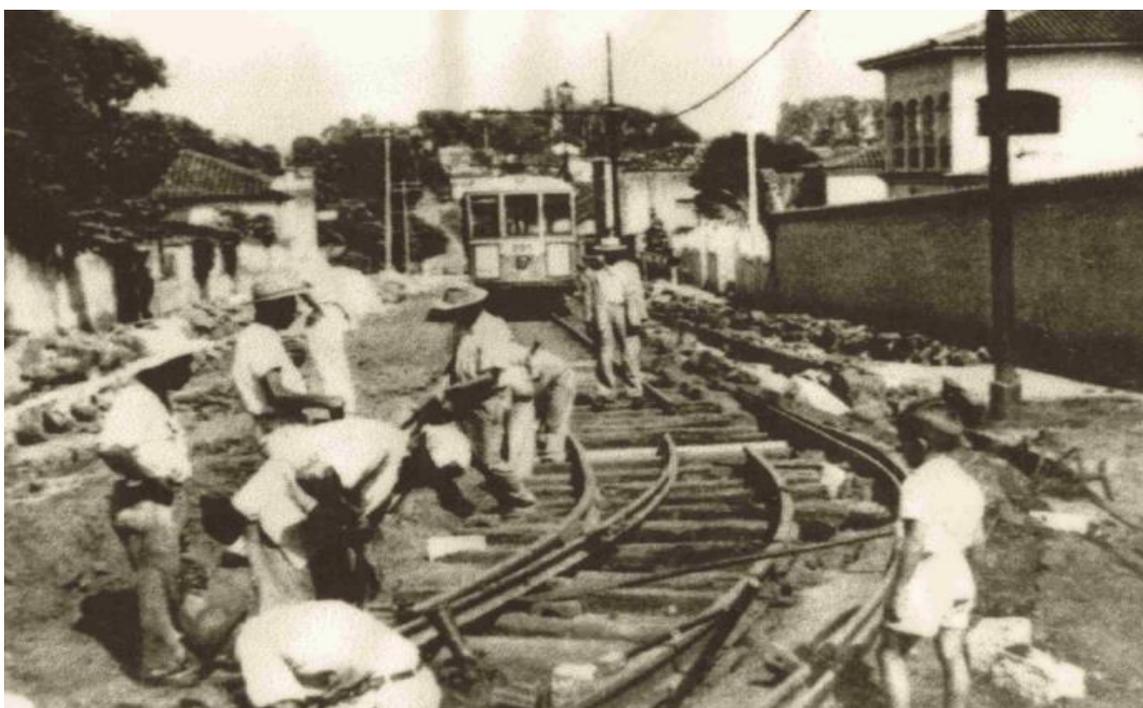
A pátria, Pedro Bruno, Museu da República. Foto tirada pela pesquisadora em 2009 na sala de jantar do Museu da República, no Palácio do Catete.

Imagem 7



Vila Rezende, s. Data. Acervo IHGP.

Imagem 8



Construção dos trilhos dos Bondes 1906. Acervo IHGP.

ja tinha sido com algum, rela-
 ções sexuais, visto ter o canal va-
 ginal plenamente dilatado, que
 elle declarante não forçou a Ger-
 trudes, para levar a effecto a sua
 intentão, que Gertrudes deusa elle
 declarante, motivos para que não
 se procedesse, pois, não foi a pa-
 ssião aqz que ella alli para, para
 quando sempre a elle declarante a
 fim de ter com elle, relações sex-
 tuaes; que elle declarante sempre
 procurara evitar, mas, como um-
 tas ultimos tempos, a tentação fora
 tanta, que não se pôde resistir,
 que se não levou a effecto a um-
 tempo foi por não querer com-
 prometter a Gertrudes, por ser en-
 ta muito nova e tola; que está
 disposto, contudo, a casar-se com
 Gertrudes, que Gertrudes se não
 quer mais casar-se com elle de-
 clarante e por instruções de uma
 sena irmã, de nome Maria, re-
 quando foi dicto a elle declara-
 te, por Sebastião Gabriel. E como
 usada mais disse deu-se por fidede
 a presente declaração que, lida
 e achada conforme, assigna com o
 Delegado, sendo que a seu rogo por
 não saber escrever, o faz Osorio
 Pompeu Paes de Campos. Eu, Vir-
 gilio Pompeu de Campos Toledo, escrivão, e escrivão.
 Osorio Pompeu Paes de Campos.

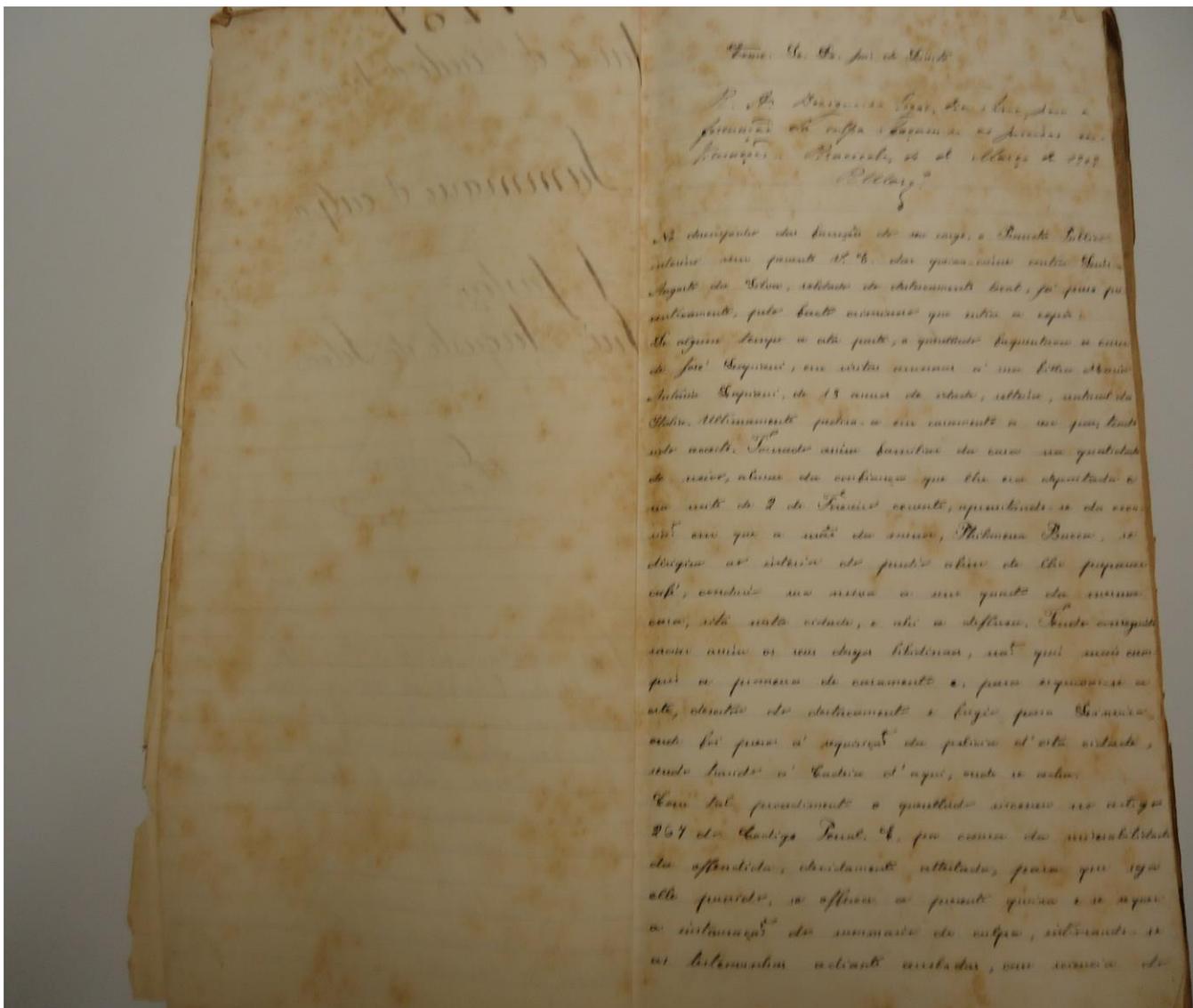
Trecho selecionado da declaração do acusado Lucio Medeiros. Sobre a honra de Gertrudes Ferreira. 1905, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 41/C. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

7/12

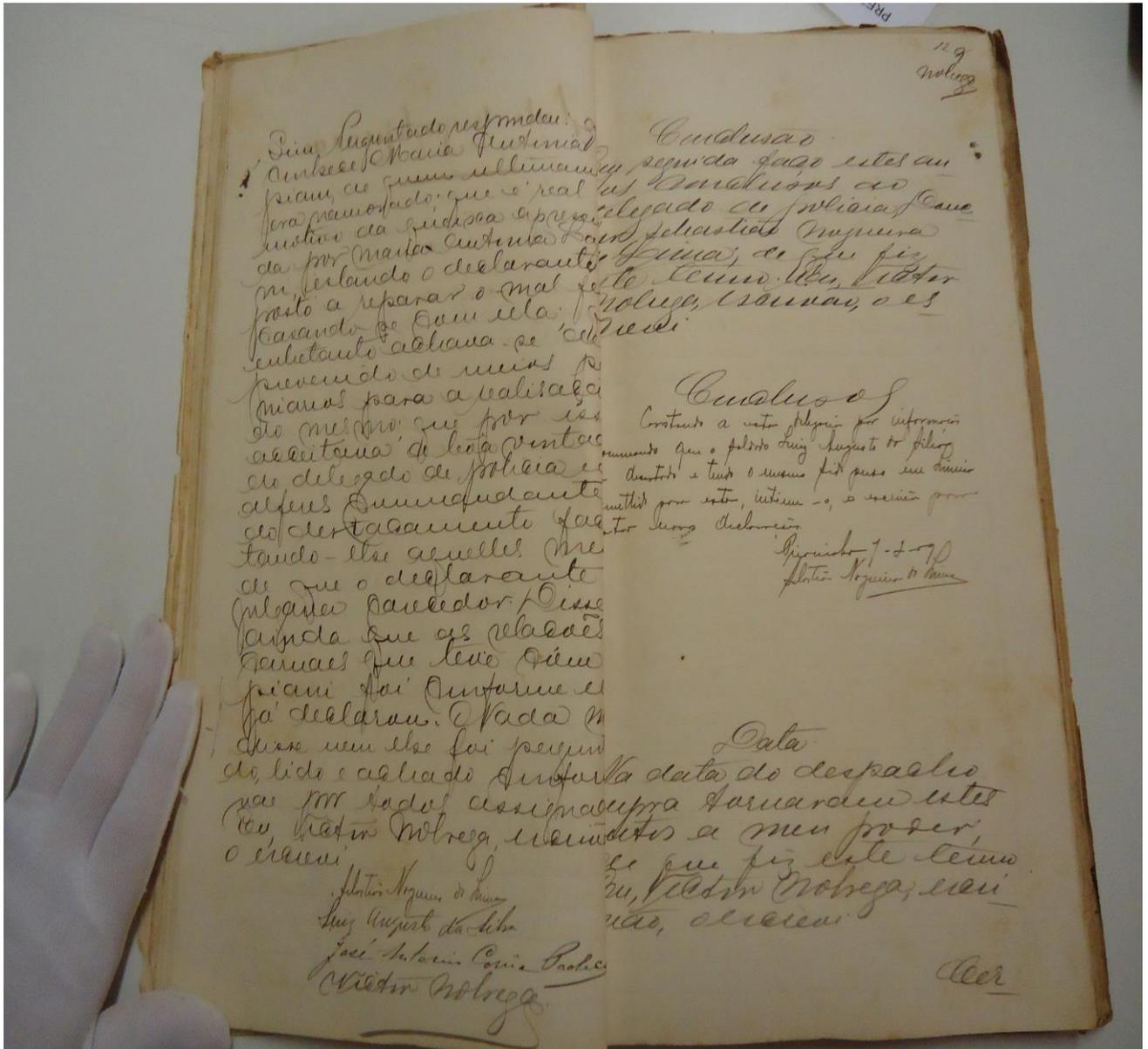
conhecia a referida mulher, nem
 sequer de vista, e, se teve coragem
 de fazer-lhe a proposta, que lhe fez,
 foi por entender que a mesma era
 uma mulher de vida, convencen-
 do-se mais ainda com a promptidão
 com que a mesma accedea ao su-
 pedito, e que a mesma não soffreu
 do declarante nem antes e nem
 no acto da copula, a minima vio-
 lencia ou ameaça, que no acto da
 copula a mesma procurou fingir que
 estava soffrendo d'isso, e que a decla-
 rante não se redimita, visto tal a ac-
 tivação, visto o declarante não ter encon-
 trado resistencia alguma para a in-
 troduccão de penis, estando o canal
 vaginal completamente franco; que
 hoje sabe que a alludida mulher se
 chama Angelina, que Pedro Laurenceo
 Baptista, ora encarregado de legação de poli-
 cia, contou a elle o declarante que Ange-
 lina é prostituta, digo, que Angelina não
 tem bons costumes, estando na janella de
 sua casa, a alta hora da noite, e sain-
 do passar a noite em combarchias de
 Jipe de tal, que os soldados brucino, Le-
 sarice Valerio, conhecem a Angelina
 e poderão dizer sobre os seus proceden-
 tes ou modo de proceder. Nada mais
 ajuizo, mandou o delegado lavrar es-
 te auto, que, ajuizo de lido e concluso con-
 firme, assigna com o declarante em

Trecho da declaração de Claremundo Martins. Requerente: a justiça. Sobre a honra de Maria Angelina Alves da Silveira. 1906, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 52/D. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

Imagem 11



Trecho do processo apresentando detalhes sobre as circunstancias em que o Defloramento se deu. Réu: Luiz Augusto da Silva. Requerente: a justiça. 1909, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 18/D. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.



Trecho da declaração do acusado. Réu: Luiz Augusto da Silva. Requerente: a justiça. 1909, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 18/D. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

17

Cidadão Major Delegado de Policia

Nos autos, vus havendo com clausura.
Piracicaba 8 de Janeiro de 1898.
João Nogueira

Tendo a Promotoria Publica requerido inquerido sobre
defloramento da menor Geraldina da Conceição, de
que se prendeu seu pai João José de Oliveira Bello;
e constando que este apresentou, em cartorio, um requ
rimento despatchado, que interessa ao mesmo inqu
rito, a Promotoria requer a V., para os devidos effe
tos, a remessa do inquerito, no pré ou que elle se actue,
por intermedio do D.º quiz de Direito.

E. B. M.^{ca}

Piracicaba, 8 de Janeiro de 1898.
O Promotor Publico,
Cherubino Ferraz de Andrade

Cau

Em detalhe notificação do requerimento escrito pelo pai de Geraldina da Conceição. Processo-crime de Defloramento datado de 1897, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 1/E. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

18

~~Off. de~~ Delegado de Polícia
 Também se apresenta. Promovido em
 em 1897. João de Deus.

Sigo de bl. Bello que, tendo sido
 feito aberto inquirido policial sobre
 o defloramento da menor Geraldina
 na filha de requerente, sem de
 classes que o facto do - se tra-
 m. mais de 15 annos, achando-se
 perseguido a offendida em
 nome de das a 1897; que, por
 tanto, se se achou no presen-
 te o direito de que se queira
 do, e o reg. de apresentação -
 em que, por parte da offen-
 dida; que as condições pecuni-
 árias de reg. tem melhora-
 da não se acha em estado de
 de miserabilidade, e que se achou
 com vista de que Candido Pedro
 não é o offensor da de
 filha e sim outro, tendo sido
 illudido por falsas informações
 firmadas que a offendida se
 acha contratada para en-
 que se. Sendo esta a relação
 que, segue que se no futuro, no
 auto de inquirição a fim de
 serem tomadas as devidas conse-
 derações por aquelle que for
 competente. Vide Led. penal, art.

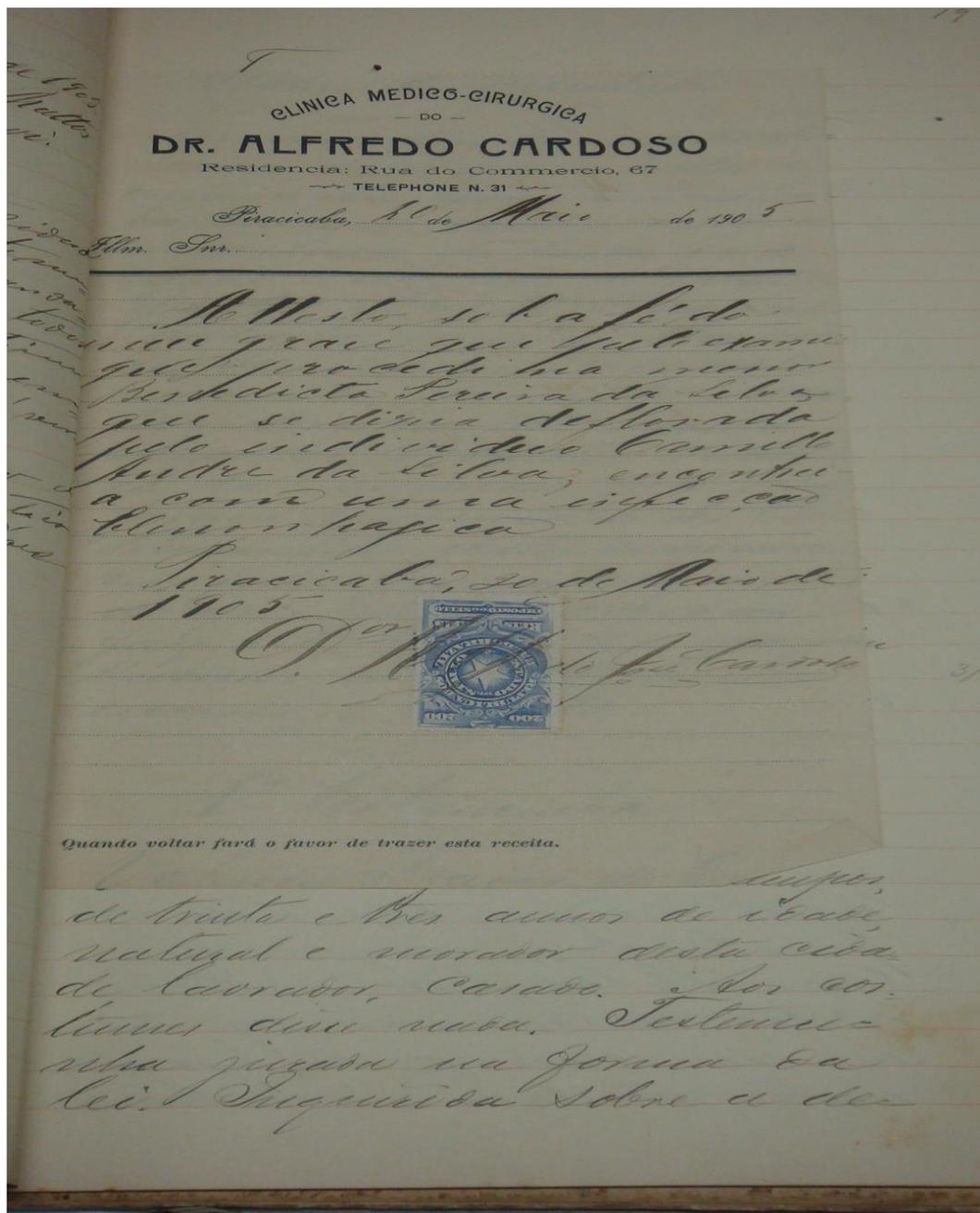
Texto do requerimento escrito pelo pai de Geraldina da Conceição. Processo-crime de
 Defloramento datado de 1897, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 1/E. Arquivo do Tribunal
 Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

Att.º Est.º Sr.º Gec.º juiz de Direito. ²¹hapla
Quarta do ingente p.º 222 unid.
v.º Remota.º
Piracicaba, 14 de Junho de 1897.
P.º
Ois.º Jac.º José d'Almeida Belloy, morador
em Serranegra, dist. de Piracicaba; que tendo
dado alguns documentos para S.º Est.º
fazer seguir processo contra Candido Pe-
dro, auctor da deshonra que praticou com
minha filha; Foi em sup.º verho pedir-lhe
a favor de suspender o processo, visto que
a mencionada minha filha tem de se casar
e para o bato de casamento. Tambem pede
obsequio de obrar em o testamento que juntou
aucto.º etc.

C.º G.º ass.º aza muito am.
E.º B.º M.
Piracicaba 14 de Junho de 1897.
S.º de Sr.º João José de Oliveira Belloy
José Barbosa Leite



Declaração do pai de Geraldina da Conceição pedindo encerramento do Processo. Processo-crime de Defloração datado de 1897, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 1/E. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.



Receita médica recebida quanto ao exame de corpo delito. Sobre a honra de Benedicta. 1905, pertence ao 2º Ofício, caixa n. 55/C. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

Imagem 17

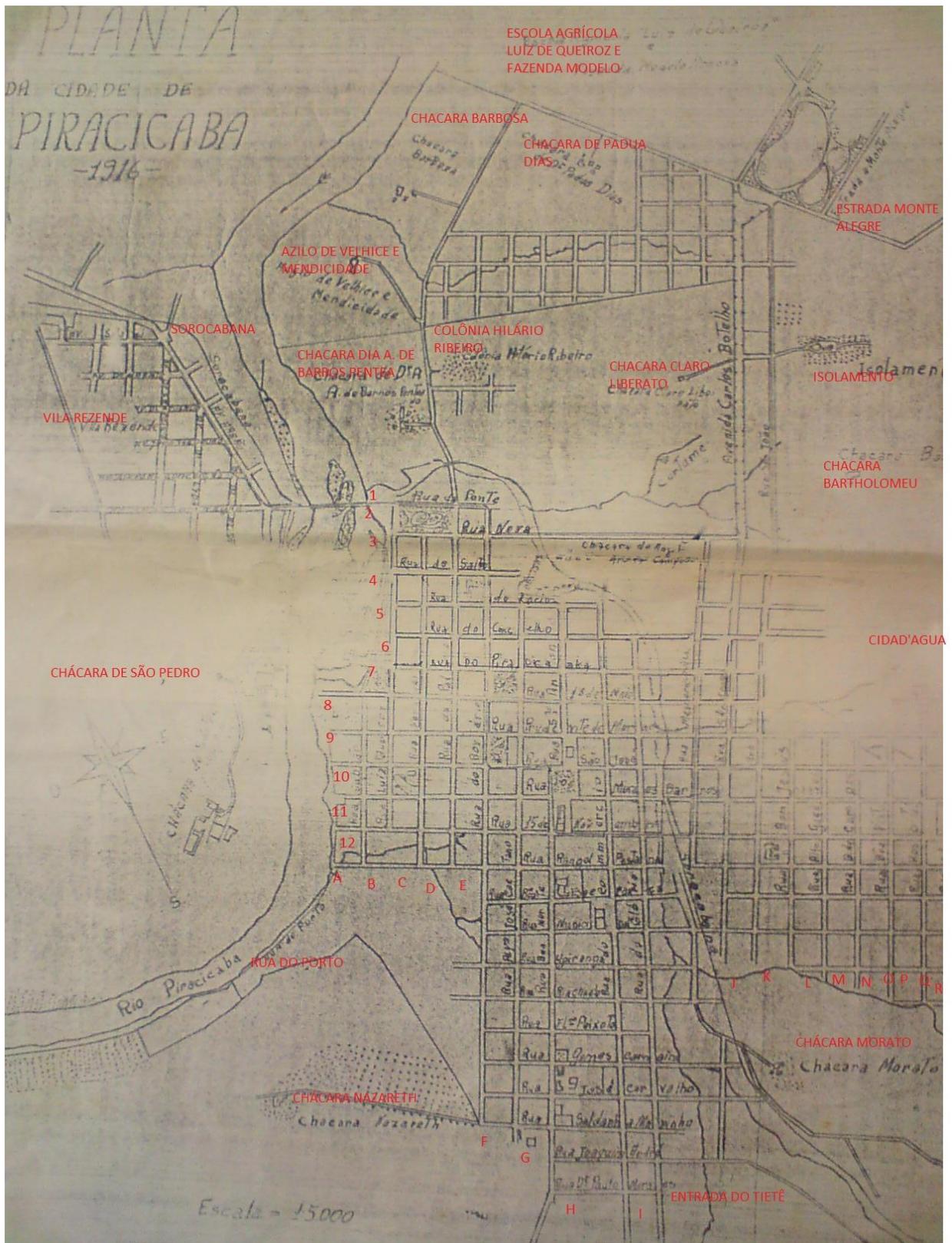
meu coração
te; que na ocasião em que
Aldor leu o bilhete, achou
nam-se presentes a professora
D. Rita Jordino e sua mãe, me
D. Aurora; que os dizeres do bilhete
dites eram todos amorosos, e legi-
mais au menos nestes termos
"meu coração, você tanto me que-
raile no meio d'aquella gente, e
foi caso de mim"; que, logo que
teor terminou a leitura
dites, fez entrega deste a
professora D. Rita e que

Destaque da retratação do bilhete no Processo-crime de Defloração. Réu: José Pacheco (Pedro) Alvino. Requerente: a justiça. Sobre a honra de Amélia de Lima. Ano de 1908, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 8/A. Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

mais ainda que des inclitos ou par des
 présomptions, mais une inclite ou pré-
 sumpcion ne suffirait pas pour assen-
 timent une condamnation; il en faut plusieurs,
 et il faut même qu'ils soient diaboliques
 et considérables. La déclaration d'une fil-
 le, qu'elle a été séduite par un tel, n'est
 point une preuve suffisante pour re-
 rendre (Muller cit. ubi. Fornication).
 Les informations de l'offensé (caso
 absolutamente idéntico ao nosso), em crime
 de estupro, não autorizam a pronuncia,
 decidida unanimemente o nosso Tribu-
 nal de Justiça (S. Paulo Judiciário, IX-153).
 Caso atida mais interessante se nos de-
 para na jurisprudência do mesmo Tri-
 bunal. Tratava-se de uma sumaria
 em que, além das informações da offen-
 sado, havia uma testemunha de sciên-
 cia própria; o Tribunal resolveu não se
 isso bastava para a pronuncia (S. Paulo
 Judiciário, I-163).
 O raso de tudo isto é clara: a palavra do
 acusador, que elle seja a propria parte of-
 fendida, que o Ministério Público (é de
 notar que no caso o de menor falta pe-
 la offensa, vista a sua miserabilidade),
 é sempre suspeito, nada vale. Em gê-
 ral, diz a parol. Tripano citada em Muller,
 ha dificuldade de promover los delitos de for-
 nication ou d'adultère ne doit point faire
 regarder des présomptions.

Destaque da Defesa do Indiciado anexado ao Processo-crime de Defloração. Réu:
 José Pacheco (Pedro) Alvino. Requerente: a justiça. Sobre a honra de Amélia de Lima.
 Ano de 1908, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 8/A. Arquivo do Tribunal Judiciário de
 Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

Imagem 19



Mapa de Piracicaba em 1916. Acervo CEPEME.

LEGENDA DO MAPA

1. rua da Fonte
2. rua Nera
3. rua do Salto
4. rua do Rócio
5. rua do Conselho
6. rua do Piracicaba
7. rua 13 de Maio
8. rua Prudente de Moraes
9. rua São José
10. rua Moraes Barros
11. rua 15 de Novembro
12. rua Rangel Pestana

- A. rua do Porto
- B. rua Luiz de Queiroz
- C. *ilegível no mapa.*
- D. rua da Paú
- E. rua do Rosário
- F. rua Alferes José Caetano
- G. rua Boa Morte
- H. rua do Comércio
- I. rua d Glória
- J. avenida Carlos Botelho
- K. rua São João
- L. rua Bom Jesus
- M. rua Alfredo Guedes
- N. rua Bernardino de Campos
- O. rua Boa Vista
- P. rua do Hospital
- Q. rua Silva Jardim
- R. rua Aquelino P.

Fontes Utilizadas

a) Fontes Manuscritas:

Processos-crime de Defloramento:

1. Sobre a honra de Geraldina da Conceição. 1897, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 1/E.
2. Réu: Camillo André Silva. Requerente: a justiça. Sobre a honra de Benedicta Pereira da Silva. 1905, pertence ao 2º Ofício, caixa n. 55/C.
3. Réu: Lúcio Medeiros. Requerente: a justiça. Sobre a honra de Gertrudes Ferreira. 1905, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 41/C.
4. Réu: Claremundo Martins. Requerente: a justiça. Sobre a honra de Maria Angelina Alves da Silveira. 1906, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 52/D.
5. Réu: José Pacheco Alvino. Requerente: a justiça. Sobre a honra de Amélia de Lima. 1908, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 8/A.
6. Réu: Luiz Augusto da Silva. Requerente: a justiça. 1909, pertence ao 1º Ofício, caixa n. 18/D.

Os Processos pertencem ao Arquivo do Tribunal Judiciário de Piracicaba. Acervo Espaço Memória/ Centro Cultural Martha Watts/ IEP.

b) Fontes Impressas:

DECRETO N. 847 - DE 11 DE OUTUBRO DE 1890 – promulgação do Código Penal. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049> acesso em março de 2013.

“A Educação Nacional” de José Veríssimo, edição de 1902. Acervo CEPEME/UNIMEP.

MARTIN, Luis Aimé. Família, ou a civilização do gênero humano pelas mulheres, Porto, TYP. da livraria nacional, 1870. Biblioteca Nacional – Setor de obras gerais.

Relatório da Câmara Municipal no triênio de 1890-1901 pertencente ao acervo CEPEME/UNIMEP

Relatório da Câmara Municipal no triênio de 1915 pertencente ao acervo
CEPEME/UNIMEP

“Jornal de Piracicaba” entre 1880 – 1910 pertencentes ao Acervo da Biblioteca
Municipal de Piracicaba.

Jornal “Gazeta de Piracicaba” entre 1880 – 1910 pertencentes ao Acervo da Biblioteca
Municipal de Piracicaba.

Referências bibliográficas:

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**, vol.1, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

AZEVEDO, Thales de. “Um sistema de normas e regras: a virgem, a solteirona, a moça perdida. Requisitos para o casamento” In: **As Regras do Namoro à Antiga**. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 46 - 83.

BAKHTIN, Mikhail. O vocabulário da praça pública na obra de Rabelais. IN: BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec; Brasília: editora universidade de brasil, 1999, 4ª edição[trad. Yara Frateschi Vieira], p. 125-171.

BAKHTIN, Mikhail. Estudo das ideologias e da filosofia da linguagem. IN: BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12 edição São Paulo: Hucitec, 2006, p. 31-39.

BAKHTIN, Mikhail. Reformulação do livro sobre Dostoiévski. IN: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Edit ora WMF Martins Fontes, 2011, 6ª edição. [trad. Paulo Bezerra], p. 337-359.

BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. **Práxis e educação em Gramsci**. Revista Digital do Paideia, vol. 2, n. 1 – abril/setembro 2010.

BASSO, Alline Cristina. **Meninas Perdidas: uma possível análise sobre as formas de amar**. Monografia curso de História UNIMEP, 2009.

BASSO, Alline Cristina e GUARASEMINI, Luccas Escher. “Ao Chic Piracicabano: Educação e Cotidiano”. IN: VII Seminário Nacional do Centro de Memória da Unicamp: Memória, Cidade e Educação das Sensibilidades. Campinas: fevereiro de 2012.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: **Walter Benjamin**. Coleção grandes cientistas sociais, ed Atica, 1985 p. 30-43.

BESSA, Karla A. M. **(Entre) Cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira 1961-1996**. Tese de Doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2000.

BIAVASCHI, Magda B. & DROPPA, Alisson. A luta pela preservação dos documentos judiciais: a trajetória do combate à destruição das fontes a partir da Constituição de 1988. **História Social** n. 21, 2º semestre de 2011.

BOAVENTURA, Elias. Duas Ênfases Históricas do Projeto de Educação Metodista no Brasil em seus Primórdios. In: VIII ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 2007, VITÓRIA: UFES, 2007. v. 01.

BONALDO, Rodrigo. Muito além de Queijos e Vermes. **Revista NORTE, ARQUIPÉLAGO EDITORIAL** dez/jan2011. Pp. 8-11.

BRESCIANI, Maria Stella. A Cidade: Objeto de Estudo e Experiência Vivenciada. **Rev Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V.6, N.2 p. 9-26.

BRESCIANI, Maria Stella. A Cidade: Objeto de Estudo e Experiência Vivenciada. **Rev Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** V.6, N.2 / Novembro de 2004 p. 9-26.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 -1930**. RJ: ROCCO, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas**. Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro. RJ: Arquivo Nacional, 1997.

BRUIT, Héctor e ABRANHÃO, Fernando A. Criminalidade e modernização em Campinas: 1880 a 1930 Bases Teórico-metodológicas e fontes para o seu estudo. **RESGATE – Revista interdisciplinar de cultura**, n. 10, 2011, p. 10.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CAULFIELD, Sueann. “Mães solteiras, filhas modernas e políticas de liberdade e virgindade” In: **Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940) – Campinas, SP: Unicamp, 2000 (Coleção Várias Histórias)**, p. 205 - 253.

CARVALHO, Maria Chagas de Carvalho. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6. ed., São Paulo: Contexto, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil – São Paulo: Companhia das Letras, 1990**.

CARPINTÉRO, Marisa V. T, e CERASOLI, Josianne F. A Cidade como história. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**, vol.1, São Paulo, Editora UNESP, 1999.

CASEMIRO, Ana Palmira, et. al. (orgs). **A Pesquisa e a Preservação de Arquivos e Fontes para a Educação, Cultura e Memória**. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986, p. 23 - 55.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos Pagu**, n.4, 1995. pp. 37-47.

CHAUÍ, Marilena. “Repressões Nossas Conhecidas” In: **Repressão sexual essa nossa (des)conhecida**, 9 ed, 1985, p. 77 - 187.

CHAUÍ, Marilena. **Mito Fundador e Sociedade Autoritária**, Editora Fundação Perseu Abramo, 2ª reimpressão 2001.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. Vol. 1, n.2, p. 177-229, 1990.

CHIARELI, Clarice Pavan. **A Escola Complementar de Piracicaba segundo o jornal local Gazeta (1897-1911): uma análise dos noticiários cotidianos à luz dos discursos da Primeira República**. Dissertação de Mestrado em Educação. Piracicaba: UNIMEP, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. República – Educação – Cidadania: Tensões e conflitos”. **Cadernos de Educação**. Vol. 9 n.1. jan/jun, 2010.

DOIN, José Evaldo de Mello; PERINELLI NETO, Humberto; PACANO, Fábio Augusto; PAZIANI, Rodrigo R. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) - a proposta do Cemumc1. **Rev. Brasileira de História**. vol.27 no.53 São Paulo Jan./June 2007.

DUBY, GEORGES (org). **História da Vida Privada** vol. 4, COMP. DE BOLSO, 2009.

DUBY, GEORGES (org). **História das mulheres no ocidente**. São Paulo: Afrontamentos, 1991, vols. 1, 2, 3 e 4.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. RJ: Paz e Terra, 1989.

ELIAS, Cecílio Neto – 1940. **Almanaque 2000: Memorial de Piracicaba – Século XX**. Piracicaba – SP: IHGP, Jornal de Piracicaba, Unimep, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: FONSECA & VEIGA, (orgs.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 77-95.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. et. al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n 11, p. 139-160, jan/abr 2004.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora EDUSP, 2009 [trad. Fática Mourad]

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2012.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: In: FONSECA, Thais Nivia de Lima & VEIGA, Greive. (orgs.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 49 – 75.

FONSECA, Claudia. “Ser Mulher, Mãe e Pobre”. In: Priore, Mary Del (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 510 - 553.

GARZONI, Lericce de Castro. **Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX)**. Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP. Dissertação de Mestrado. Campinas: SP, 2007.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **O almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas décadas 1870, 1880, 1988**. Tese (doutoramento em História), IFCH, UNICAMP, Campinas-SP, 1998.

GAY, Peter. Orientações. In: **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. [trad. Per Salter] – São Paulo: Companhia das letras, 1988, p.13-22.

GAY, Peter. Doces comunhões burguesas. In: **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. [trad. Per Salter] – São Paulo: Companhia das letras, 1988, p.87-128.

GERALDI, Gisela. **Sob a mira da polícia: Homens, mulheres e autoridades policiais em São Paulo na primeira década republicana**. Programa de Pós-Graduação em História: UNICAMP. Dissertação de Mestrado, 2008.

GINZBURG, Carlo. Sinais – raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo Companhia das Letras, 1989, p. 143-275.

GINZBURG, Carlo. História e Cultura. Entrevista. **Estudos históricos**: Rio de Janeiro, vol. 3 n. 6, 1990, p. 254-263.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. [Trad. Maria Betânea Amoroso e Hilário Franco Jr] – São Paulo: Companhia das Letras, 2006a.

GINZBURG, Carlo. **Il Guindice e lo Storico**: considerazioni in margine al processo Sofri. Stampa Grafica Sipiel – Milano, 2006b.

GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. IN: **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. [trad. Rosa F. D’Aguiar e Eduardo Brandão] – São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279.

GINZBURG, Carlo. “Somos todos cercados pela ficção, pela mentira”. Entrevista. **Revista NORTE: ARQUIPÉLAGO EDITORIAL** dez/jan2011; p. 12-15.

GUERRINI, Leandro. **História de Piracicaba em quadrinhos**. Piracicaba, SP: Equilíbrio Editora, vols. 1 e 2, 2009.

GUSMÃO, Chrysolito de. “Moral Sexual e ética jurídico-penal das funções genésias”; “Sedução (Defloração)” In: **Dos Crimes Sexuais**. Rio de Janeiro: Biblioteca Jurídica: Freitas Bastos. p. 71 -86 e p. 184 – 231.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais. O princípio educativo . In: **Cadernos do Carcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 2004 [tradução Carlos Nelson Coutinho]. Vol. 2 – p. 15-53

GRAMSCI, Antonio. Às margens da história (história dos grupos sociais subalternos). In: **Cadernos do Carcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 2004 [tradução Carlos Nelson Coutinho]. Vol. 5 – p. 129-146.

HADLER, Maria Silvia Duarte. **Trilhos da Modernidade**: memórias e educação urbana dos sentidos – tese de doutorado Faculdade de Educação, UNICAMP: Campinas, SP, 2007.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 8ª edição, 2011 [trad. Carlos Nelson Coutinho].

HILSDORF, Maria Lucia. A série Ofícios Diversos do Arquivo do Estado de S. Paulo como fonte para a História da Educação Brasileira. In: VIDAL, Diana; SOUZA, Maria Cecília Cortez (orgs). **A memória e a sombra**: a escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 13-20

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios**, 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 13ª edição, [trad. Sieni M. Campos e Yolanda S. de Toledo], 2011a.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, [trad. Cid K. Moreira], 2011b.

JESUS, Antônio Tavares de. “A Escola Não-Formal”. In: JESUS, Antônio Tavares de. **O Pensamento e a prática escolar de Gramsci** – 2ª ed. – Campinas: SP: Autores Associados, 2005, p. 87-115.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n 1. Campinas/SP: Editora Autores Associados, p. 9-45, 2001.

LARA, Silvia H. e MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs) **Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de História social**. Campinas, SP: Ed da UNICAMP, 2006.

LE GOFF, Jacques. “O fim da cidade ou a cidade sem fim” IN: **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**; trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Prismas), p. 141-153.

LE GOFF, **História e Memória**. Campinas: Ed da UNICAMP, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. **República Velha: temas, interpretações, abordagens**. IN: SILVA, NAXARA & CAMILOTTI (orgs). **República, Liberalismo e Cidadania – Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003, p. 33-51.**

MAGALHÃES. Livia Diana Rocha. Cultura e aprendizagem social. In: LOMBARDI, CASEMIRO, MAGALHÃOS (orgs). **História, Cultura e Educação – Campinas, SP: Autores Associados, 2006 (Coleção educação contemporânea).**

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio Educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, [trad. Willisn Lagos].

MARTINS, Carlos Junior. **Entre a paixão e a civilização**. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1995.

MENDONÇA, Joseli M. N. Evaristo de Moraes: O Juízo e a História In: LARA, Silvia H. e MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs) **Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de História social**. Campinas, SP: Ed da UNICAMP, 2006.

MESQUITA, Zuleica. **Evangelizar e civilizar**. Cartas de Martha Watts, 1881-1908. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2001.

MOLINA, Rodrigo S. **Escola Agrícola Prática ‘Luiz de Queiroz’ (ESALQ/USP): sua gênese, projetos e primeiras experiências – 1881 a 1903**. Dissertação de Mestrado em Educação. Campinas: UNICAMP, 2011.

MONSMA, Karl. O problema de viés de seleção na pesquisa histórica com fontes judiciais e policiais. *História Social* n. 21, 2º semestre de 2011.

NÓVOA, A. A imprensa de Educação e ensino: concepção e organização do repertório português. IN: CATANI, Denie. BASTOS, Helena (orgs). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação**, São Paulo: Escrituras, 2002, p. 11-31.

OLIVEIRA, Ricardo S. Rita. **Educação, Maternidade e Progresso**, uma análise sobre a educação das mulheres entre 1870 e 1910. Dissertação de Mestrado, Faculdade de História. UNICAMP: Campinas, 1995.

PAIVA, Carlos Roberto, et al. Gramsci e a educação (dossiê). **Revista Digital do Paideia**, vol. 2, n. 1 – abril/setembro 2010.

PATTO, Maria Helena Souza. O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em Educação. **Perspectivas**, São Paulo vol. 16. 1993, p. 119-141.

PAULILO, André Luiz. A cidade como programa: Escola pública e vida urbana na capital da Velha República. **História Social** n. 21, 2º semestre de 2011.

PERECIN, Marly Theresinha G. **Os Passos do Saber: A Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

PERECIN, Marly Theresinha G. **A Síntese Urbana (1822-1930)**. Piracicaba: Shekinah, 1989.

PESSANHA, Eurize Calda e SILVA, Fabiana de Cássia Tavares. Tempo de cidade, lugar de escola. In: **Cadernos de História da Educação**, n. 5 jan/dez, 2006.

PESSANHA & SILVA. Tempo de cidade, lugar de escola. In: **Cadernos de História da Educação**. V. 5, jan./dez. 2006, p. 109-121.

PERROT, Michelle. “As mulheres, o poder, a história” In: **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. [trad. Denise Bottmann]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ed. 2001. p. 167 - 184.

PERROT, Michelle. Escrever uma História das Mulheres: relato de uma experiência, **Cadernos Pagu** n. 4, 1995. p. 9 - 28.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. [tradução Viviane Ribeiro], Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Sp: Contexto, [trad. Angela M. S. Côrrea], 2007.

PERROT, Michelle (org). **História da Vida Privada**. Vol 4 Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das letras, 2010. [trad. Denise Bottmann e Bernardo Joffily].

PERROT, Michelle. **História dos Quartos**. São Paulo: Paz e Terra, [trad. Alcida Brant], 2011.

PRIORE & VENANCIO. **Uma Breve História do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

PRIORE, Mary Del. “História das Mulheres: as vozes do silêncio” IN: FREITAS, Marcos (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

PRIORE, Mary Del (org.). **História do Amor no Brasil**. Coleção Caminhos da História, vol.1, 3ª edição, São Paulo, Editora Contexto, 2006.

PRIORE, Mary Del (org.). **História da Criança no Brasil**. Coleção Caminhos da História, vol.1, 3ª edição, São Paulo, Editora Contexto, 1995.

RAFAETA, Edvilson C. **Luminoso Farol: O Colégio Piracicabano e a Educação Feminina em fins do século XIX**. Dissertação de Mestrado em Educação. Campinas: UNICAMP, 2008.

RAGO, Margareth. “A Colonização da Mulher”, IN: **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar**. Brasil: 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 (2 ed. 1987) p. 61 - 116.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira – A organização Escolar**. 18ª Edição. – Campinas, SP: Autores Associados, 2003. Cap. 3- Pp. 51-61. e Cap.4; p. 63-75.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes. Projeto Nacional e Escolarização: a transição para a República e suas primeiras décadas. IN: MORAIS, Christianni Cardoso (org). et al. **História da educação: Ensino e Pesquisa**. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006 [Coleção História da Educação], p. 133-143.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 3ª edição. Campinas, SP: Autores Associados (Coleção Memória da Educação), 2011.

SEVCENKO, N. (Coord.) **História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. 4.reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v.3, p.7-48.

SILVEIRA, Marcel C. **Imigração Italiana em Limeira-SP: Terra, Política e Instrução Escolar (1880-1900)**. Faculdade de Educação. Dissertação de Mestrado. Campinas –SP: UNICAMP, 2007.

SILVIA, Cleusa Gomes da. **Modernizando o casamento: a leitura do casamento no discurso médico e na escrita literária feminina no Brasil moderno (1900-1940)**. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação de Mestrado. UNICAMP: Campinas- SP, 2001.

SILVA, Geraldo B. **A Educação Secundária** (Perspectiva história e teoria). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, NAXARA & CAMILOTTI (orgs). **República, Liberalismo e Cidadania**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003.

SOIHET, Rachel. “Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano”. In: Priore, Mary Del (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 362 - 400.

SOIHET, Rachel. **História das Mulheres e História de Gênero, um depoimento**. **Cadernos Pagu** n.11, 1998, p. 77 - 87.

TERCI, Eliana Tadeu. **A Cidade na Primeira República: Imprensa, Política e Poder em Piracicaba**. USP. Tese, doutorado em História Social, 1997.

TILIO, Rafael de. **Casamento e sexualidade em Processos Judiciais e Inquéritos Policiais na Comarca de Ribeirão Preto (1871 – 1942): concepções, práticas e valores**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia: USP (Universidade de São Paulo), dissertação de Mestrado, 2005.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**. n.3, 1994, p. 29 - 62.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Mickhail Bakhtin: itinerário de formação, linguagem e política. IN: FARIA FILHO, Luciano de Mendes de. (org) **Pensadores Sociais e História da Educação**. – 3º ed. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011, p. 103-124.

VAINFAS, R. (org). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

VAINFAS, R. **Trópicos dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VAINFAS, R. **Micro-história: os protagonistas anônimos da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX) – Campinas, SP: Autores Associados, (Coleção Memória da Educação), 2005.**

VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria. Sobre cultura escolar e História da educação: questões para debate. In: Vidal, Diana Gonçalves; Schwartz, Cleonara Maria. (Org.). **História das culturas escolares no Brasil**. 1ed. Vitória: EDUFES, 2010, v. 1, p. 13-35.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Cultura e Formação Humana no pensamento de Antonio Gramsci. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, 1990, p. 51-66.

VIEIRA, Carlos Eduardo & OLIVEIRA, Marcos A.T. Thompson e Gramsci: História, Política e Processo de Formação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n.111, abril-junho 2010, p. 519-537.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Conhecimento histórico e arte no pensamento de Antonio Gramsci. IN FARIA FILHO, Luciano M. **Pensadores sociais e História da Educação**, 3ª edição – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011, p. 65-88.

VIÑAO FRAGO, La escuela y la escolaridade como objetos históricos, facetas y problemas de la historia de la educación. **Revista de História da Educação**. Pelotas, vol. 12 n. 25, 2008, p. 9-54.

VIOTTI, Emília da Costa. **Da Monarquia à República**, momentos decisivos UNESP, 1999.

ZANATTA, Aline Antunes. **Justiça e representações femininas**: o divórcio entre a elite paulista (1765-1822) – Programa de Pós-Graduação em História UNICAMP – Dissertação de Mestrado. Campinas, SP, 2005.

ZARTH, Paulo Afonso. A importância dos arquivos do poder judiciário para a pesquisa histórica. **História Social** n. 21, 2º semestre de 2011.